Diário de Lisboa

Fevereiro 1977
Quinta-feira
17

Ano 58.º
N.º 19 281
6 escudos

Fundador **Joaquim Manso** Director **A. Ruella Ramos** Director-adjunto **Fernando Piteira Santos**

"D.L." EM ROMA, AONDE SOARES CHEGA AMANHÃ

C.E.E. não vai bem

ROMA, 17 — (por Eduardo Rebelo, enviado especial do «Diário de Lisboa») — Qual o futuro da C. E. E.? Qual a verdadeira natureza da crise que parece paralisar a C. E. E.?

. Estas as interrogações que se colocam aos países membros do Mercado Comum, nomeadamente a Itália, onde os efeitos da crise são particularmente sensíveis no momento em que Mário Soares «bate à porta dos 'Nove'» tentando abrir as negociações com vista à adesão de Portugal.

«A crise que paralisa a C. E. E. continua a não receber a atenção que merece», dizia-nos ontem um jornalista e político da esquerda italiana. «Paralelamente à submissão crescente em relação aos Estados Unidos», prosseguiu, «assistiu-se ao longo deste ano ao fortalecimento no interior da C. E. E. de uma dupla tendência evolutiva. Em primeiro lugar o agravamento do equilíbrio interno na Comunidade, consistindo, sob o prisma económico, numa crescente oscilação entre o que se convencionou chamar «áreas fortes» e «áreas débeis», e sob o plano político na criação e progressiva consolidação de um directório hegemonizado pelos alemães. Em segundo lugar a acentuação do carácter tecnocrático do edifício comunitário, o seu crescente isolamento em relação ao povo europeu, o papel dominante dos órgãos privados, autênticos contrapesos democráticos, e cuja acção está subtraída a qualquer forma de controlo.»

. Ou seja: por um lado, a chamada «cooperação neo-atlântica» cada vez mais dominada pelos Estados Unidos, quer por intervenção directa, quer por via da sua larguíssima penetração nas economias alemã ocidental e inglesa. Há, por outro lado, a expansão incontrolada das multinacionais, hoje as verdadeiras detentoras dos mecanismos de poder na C. E. E.

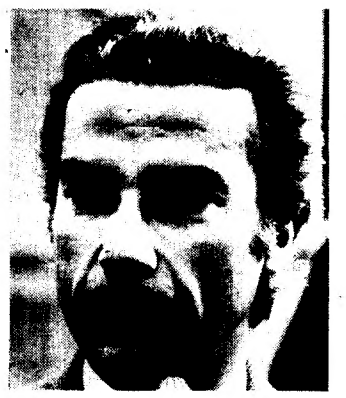
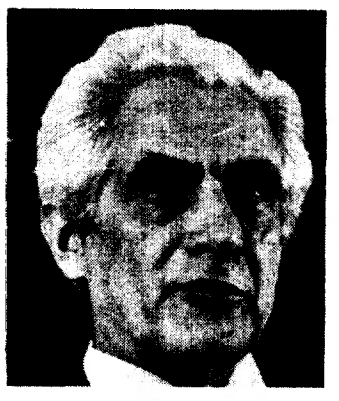
Eis como, enquadrado nesta perspectiva, o menos que se pode dizer é que, é insólita a declaração há dias feita em Londres por Mário Soares, e segundo a qual, a integração na C. E. E. seria um modo de Portugal escapar à submissão aos Estados Unidos...

«A resposta ao fenómeno degenerativo da C.E.E. é a democratização» dizia ontem Bruno Ferrero, do P. C. I. Isto no entanto implicaria (e Bruno Ferrero assim o reconheceu) uma alteração das prioridades e do conteúdo da política comunitária. Ora, como conseguí-lo se esta C. E. E. se apresenta cada vez mais como a «Europa dos monopólios»?

. «Fazer participar os sindicatos e as organizações de massas nas várias fases da actividade comunitária; fazer participar os trabalhadores», dá-se como alternativa e aponta-se para a importância das próximas eleições para o Parlamento europeu, que em 1978 decorrerão directa e por sufrágio universal nos países membros.

Sem exagerarem o real significado destas eleições, os comunistas italianos atribuem-lhe bastante importância (é por exemplo significativo que na última sessão do Parlamento italiano, em que o assunto foi debatido o P. C. I. fosse o principal interolucotr do Governo, numa sessão que primou pelas ausências, já que só 30 deputados estiveram presentes. E o P. C. F. acompanha o partido

Continua na pág. 24

Os quatro chefes políticos que aparecem logo na Televisão

ESTA NOITE NA TELEVISÃO

C.E.E. em debate

A RTP apresenta logo à noite, durante 90 minutos, a rubrica «Tempo de Europa», durante a qual os jornalistas Francisco Pinto Balsemão, F. Sarsfield Cabral e José Gabriel Viegas interrogarão directamente o Primeiro-Ministro Mário Soares, neste momento em Copenhague. O programa começa com uma mesa-redonda entre os três jornalistas, fazendo-se de seguida a ligação à Dinamarca. Durante a emissão serão passadas ainda declarações filmadas de Sá Carneiro (P.S.D.) Álvaro Cunhal (P.C.P.) e Freitas do Amaral (C.D.S.)

TÊXTEIS E AGÊNCIAS DE VIAGENS

Greves para travar boicote patronal

. A obstrução por parte das associações patronais às propostas apresentadas pelos sindicatos nos vários contratos colectivos em negociação, que abrangem algumas centenas de milhar de trabalhadores, começa a ter vastas repercussões no campo laboral. Estão nesse caso as paralisações de trabalho que hoje decorrem em todo o País nas empresas têxteis e nas agências de viagens.

Novos conflitos se avizinham nos sectores da indústria hoteleira, construção civil, metalúrgicos, panificação e químicos, entre outros.

As organizações sindicais, mandatadas pelos trabalhadores que representam em plenários e assembleias, estão claramente determinadas a pôr travão à actuação concertada do patronato contra os direitos de quem trabalha, gravemente afectados pelo contínuo aumento do custo de vida e pelas medidas legislativas adoptadas pelo Governo no campo laboral e sindical. O recurso à greve, como forma de luta extrema, resulta directamente do longo impasse criado à mesa de negociações, nos diversos contratos e acordos colectivos em acordo.

A paralisação nas agências de viagem decorre esta tarde, frustrados os últimos contactos estabelecidos com os representantes patronais. Quanto à greve nos têxteis, ver noticiário no interior.

Entretanto foi adiada uma paralisação prevista para esta tarde no sector do material eléctrico e electrónico, na sequência de negociações efectuadas esta manhã, e que permitiram abrir perspectivas favoráveis aos sindicatos.

(Pág. 9)

C.A.P. afinal pretende revisão da lei

(Pág. 2)

Conivências com bombistas na P.J.M.?

(Pág. 24)

TERMINA HOJE PRIMEIRA EXPERIÊNCIA

O autocarro articulado curvando na zona Campo Grande-Avenida do Brasil

Autocarro articulado fica ou não fica?

Termina esta noite a experiência que o autocarro «Volvo» de dois corpos, acoplados através de um fole, tem vindo a efectuar, desde o princípio desta semana, em várias carreiras da capital, a fim de que os responsáveis pelos Serviços Técnicos da Carris possam determinar a sua viabilidade de adaptação às exigiências actuais do trânsito lisboeta.

De acordo com um responsável daquele departamento, os resultados têm sido positivos, o que não invalida a possibilidade da Carris vir a efectuar futuramente novas experiências com autocarros de outras marcas, até ser tomada uma decisão definitiva sobre o assunto.

Esta manhã, a nossa reportagem efectuou uma viagem no serpenteante veículo, no percurso correspondente à carreira n.º 21 (Rossio-Olivais e volta), ouvindo a opinião dos dois elementos da sua tripulação e de alguns passageiros.

«Sendo mais difícil de conduzir, face aos seus dezassete metros de comprimento, este autocarro logo que sujeito a algumas adaptações poderá vir a descongestionar o trânsito, sobretudo nas horas de ponta», afirmou-nos o motorista, Artur Morais, que com mais três camaradas teve um período de treino intensivo, antes de ser lançado com o veículo para o serviço público.

Quanto ao revisor, Gumercindo da Silva, este autocarro com os seus quarenta e seis lugares sentados e cento e nove de pé, «mesmo nas horas de ponta vai levando todos os passageiros que encontra pelo caminho, evitando atropelos e discussões, para além de permitir a sua chegada a horas aos empregos».

O interior do veículo

Lotaria de hoje

1.º	41 432
2.º	19 784
3.º	604

Nacional

Fascismo

PALAVRAS E FASCISMO

As palavras de D. António Ferreira Gomes, aqui e agora divulgadas, embora sejam reproduzidas de uma resposta à «Action des Chrétiens pour l'Abolition de la Torture», têm indiscutível actualidade, o mérito de nos darem testemunho de um espírito preocupado com problemas extremamente graves, mas poderão alimentar um equívoco, contribuir para uma desmobilização. Com efeito, o bispo do Porto afirmou: «Temos, evidentemente, obrigação humanista de respeitar naturais reacções às humilhações e sofrimentos, sobretudo quando suportados por motivos de consciência ou de liberdade de pensar, bem como de compreender certos traumatismos psicológicos ainda actuantes; mas não devemos aceitar que esses factores perturbem a serenidade do juízo comum; nem, sobretudo, admitir que a acusação e castigo do passado funcionem como esquecimento, alibi, ou executório daquilo que continua a existir, a saber, dessa prática cada vez mais espalhada, sistemática e salvagem da tortura e dos maus tratos.»

Estas palavras na sua larga intenção poderão desviar-nos de problemas nacionais concretos. Homens somos, cidadãos do mundo somos, e do que à Humanidade respeita, coisa alguma nos deverá ser indiferente. Mas para fazermos na nossa velha terra uma vida nova, temos que arrumar a casa. Não se pretende confundir o «regime» e os «homens». Mas pretende-se não relegar para as calendas gregas a denúncia da peste fascista, a justiça às vítimas do fascismo, porque essa denúncia e esta justiça, são condições do reforço da nossa determinação antifascista e, como Mário Soares proclamou no Congresso do P. S. e nas comemorações portuenses do 31 de Janeiro, o perigo fascista existe, a ameaça fascista está presente.

Fazer depender a justiça, na nossa terra de uma justiça universal, é, pelo menos, um modo de não fazer justiça aos que aqui sofreram e na sua dignidade humana foram ofendidos.

Não se trata de julgar «o regime nos homens da PIDE», mas de julgar os homens da PIDE como servidores de um regime e de não esquecer, antes, durante e depois do julgamento, esse regime.

A Universidade? A Imprensa? O Exército? Certo. Também assumiram, institucionalmente e em casos concretos, pesadas responsabilidades. Também terão culpas. Mas... não confundamos questões tão diferentes. A sociedade portuguesa rejeitou o fascismo e a PIDE. Nada os poderá absolver. Nem o escândalo de outras injustiças e de outras violências deverá distrair-mos e desmobilizar-nos. A justiça urge. Aqui e agora.

FASCISMO E ACTOS

Neste plano de uma denúncia urgente da ameaça fascista, de uma mobilização urgente contra o perigo fascista. o acto público de ontem e a declaração — apelos divulgados, assumem a relevância de um «acto político».

Não estava ali, para efeitos parlamentares e de alternativa governamental, a «maioria de esquerda» como, temerosa, a «voz do patrão» logo veio insinuar traindo a surpresa e a patronal intranquilidade das **cip**, das **cap**, dos **mirn**, dos **pap**. Mas estava ali, para efeitos de luta antifascista, reafirmando a solidariedade antiga e a decisão de a renovar em caso de concreto perigo, ou de lhe dar uma expressão adequada perante a necessidade de denunciar a conspiração, a intriga, o cerco das instituições democráticas. Não era a «maioria de esquerda» parlamentar, fundamento legítimo de uma coligação de Governo possível; era, simplesmente, e traduzindo essa força popular imensa, a «maioria antifascista» sem demagogia e sem ódio, mas representando uma grande capacidade de mobilização e de luta.

Homens e mulheres conscientes de que «a situação de **crise**, não permite apaziguamentos e morigeração crítica». Mas conscientes, também, de que «acima e para além das divergências políticas imediatas, situam-se interesses profundos que aconselham a defesa da ordem constitucional e uma significativa resposta ao renascente fascismo».

IMPRENSA E FASCISMO

Os quotidianos que dão pelo nome de «Jornal-Novo» e de «O Dia» reagiram de modo característico. Se o vespertino vem dar o grito de alerta contra o fantasma de uma «maioria de esquerda», o matutino vem intrigar com a possibilidade dessa frente civil e civilista que, em conferência de Imprensa, denuncia a ameaça fascista e o escândalo dos julgamentos dos «pides» e das reintegrações, anteceder, numa bem urdida e maquiavélica manobra, o ressurgimento de uma frente dos militares antifascistas. E como estão bem informados explicam: «Em círculos militares fala-se, por outro lado, na constituição de uma «frente dos militares antifascistas» que estaria a ser impulsionada por oficiais afastados do PREC depois de 25 de Novembro». E acrescentam: «Esta posição de personalidades civis, referem os mesmos círculos, destinar-se-ia a tornar mais fácil o ressurgimento dos que foram responsáveis, no plano militar, pelo trágico **consulado** gonçalvista».

Pobres de espírito e de imaginação estes servidores da «direita», indiferentes à ameaça fascista, vão tecendo a sua cabala. O terreno de manobra começa a ser reduzido. E será mais reduzido se, sem abdicações de posição e de princípio, os democratas e os socialistas se encontrarem, discutirem, dialogarem, recusarem a separação e a inimizade sem perderem a respectiva autonomia e independência.

A «Imprensa fascista» e a «Imprensa da direita» — se nós quizermos — perderão a restante audiência e acabarão por limitar-se à intriga, ao desespero, ao insulto raivoso, à deliquescência impotente.

O QUE QUER A C.A.P., SEGUNDO CASQUEIRO

Reservas não: revisão da Lei

«Aconselhamos os nossos associados a não receberem as reservas de imediato...» — afirmou José Manuel Casqueiro, presidente da C.A.P (Confederação dos Agricultores de Portugal, numa conferência de Imprensa que aquela organização concedeu ontem em Lisboa. Manuel Rebocho outro dirigente da C.A.P., representando a «Federação do Alentejo», iria mais longe, explicando pormenorizadamente a «nova» posição daquela organização sobre a entrega das reservas.

Afirmou que «a pressa do Governo» na entrega das reservas é mais prejudicial do que à primeira vista parece argumentando com o mau ano agrícola e que pode contribuir para que os agrários venham a ser acusados de «baixa produção».

Referiu-se aos cadastros das das terras que neste momento estão desactualizados o que faz com que as reservas não venham a condizer com os limites cadastrais. Criticou o decreto 11/77 que determina um prazo de três dias para os agricultores responderem se estão ou não interessados na reserva.

«Salientou ainda que os agricultores que receberem reservas, como não estão em condições de fazer face aos encargos serão obrigados a recorrer ao Crédito Agrícola de Emergência tendo de pagar o juro («elevadíssimo») de 6,5 por cento. Para que queremos nós a reserva se não temos gado fundo de maneio, máquinas?» — perguntou ainda. O sr. Manuel Rebocho fez ainda extensa prelecção sobre as preferências do ministro António Barreto que na sua alocução na TV deu a entender que estava muito mais virado para as cooperativas que para as U.C.P.s. Daí o facto de se terem constituído cooperativas «independentes» sobretudo no distrito de Beja — cooperativas essas que têm o apoio económico e político do Governo. Entretanto, segundo Manuel Rebocho o dr. Álvaro Cunhal já «furou» a estratégia do Partido Socialista quando no Monte da Loira disse para se formarem cooperativas saídas das U.C.P.s visto que estas eram demasiado grandes. Forneceu depois números seus (da CAP), para tentar demonstrar que a Reforma Agrária é uma grande calamidade para a economia nacional. Na opinião da C.A.P. a produção de cereais baixou, o efectivo pecuário reduziu-se para menos de metade. Um descalabro completo!

Casqueiro, ao centro, no uso da palavra

Entretanto os números — segundo apurámos — são referentes aos anos 72-75 omitindo que foi precisamente nessa altura que os agrários venderam os gados, os desviaram para Espanha, quando os trabalhadores não tinham ainda, desbravado, o mato e semeado as terras.

Em relação às reservas a oposição da C.A.P. através das palavras do sr. Rebocho, parece assim clarificar-se: os agrários não querem reservas porque não estão interessados em trabalhar directamente a terra. Aliás Manuel Rebocho anunciaria: «Todos nós sabemos que o Governo se comprometeu em fazer a revisão da Lei. Disse que o assunto está a ser estudado. Porquê então, a pressa das reservas se vai haver uma revisão da Lei». Sá Meneses, do Norte, disse que a C.A.P. se batia por uma reconversão da agricultura no Minho, sobretudo em relação à vinha. Acrescentou ainda que a sua organização defendia «a qualidade da vida do agricultor» e deu graças ao senhor por no Norte «não ter chegado o vandalismo que assolou o sul».

Finalmente falou o chefe: José Manuel Casqueiro. Compenetrado e convencido do seu papel debruçou-se sobre a entrada de Portugal na C.E.E. Não acredita na «nossa» entrada na C.E.E. «Quando muito podemos ter uma adesão política mas nunca económica dado que as estruturas em Portugal não o permitem nomeadamente as estruturas do sector agrícola». Segundo afirmou, a entrada na C.E.E. depende de uma definição clara da legislação. Houve um jornalista que lembrou ao «leader» da C.A.P. a existência da Constituição. O sr. Casqueiro sorriu e disse que não se tinha referido à Constituição. Nem por sombras... O chefe da C.A.P. lançou um desafio ao Governo e ao M.A.P.: que eles tenham a coragem de elaborar uma legislação que permita fazer agricultura em Portugal. Quando lhe foi perguntado se a C.A.P. lutava pela «revisão da Lei do Arrendamento Rural ou por acabar positivamente com ela» o sr. Casqueiro respondeu que achava bem haver uma Lei do Arrendamento Rural mas não esta. Esta não, porque serve só para certas forças políticas montarem conflitos sociais permanentes. Forças essas empenhadas na luta de classes. — coisa que a C.A.P. não advoga. A C.A.P. pensa que os rendeiros e senhorios devem entender-se às mil maravilhas para «criarem uma agricultura de grupo». Para o sr. Casqueiro a Lei do Arrendamento Rural serve para dinamizar a luta de classes... E também já chegarmos ao momento (segundo Casqueiro) de deixarmos de falar em reservas. «Isso faz-me lembrar os indios na América».

A PARTIR DE HOJE NO RIBATEJO

Trabalhadores agrícolas manifestam-se contra desemprego

Num significativo apelo aos órgãos governamentais e numa premência que diz da sua angustiante situação, milhares de trabalhadores agrícolas desempregados do distrito de Santarém iniciam a partir de hoje uma série de concentrações junto das Câmaras e Juntas de Freguesia daquele distrito, procurando assim chamar as atenções sobre o flagelo que os atinge. Diz-se num comunicado emitido pelo Sindicato dos Operários Agrícolas do Distrito de Santarém, entre outras coisas: «Os magros salários não dão para fazer face ao custo de vida, mas quando os trabalhadores nem com o baixo salário podem contar, encontram pela frente a fome e a desmobilização, e só na luta pelo direito ao trabalho poderão encontrar soluções para tão grave problema.» Mais adiante, frisa-se: «Devemos apontar as soluções para os nossos problemas: 1) Que os agrários que não mandam fazer os trabalhos sejam obrigados a mandá-los fazer; 2) Que se organizem unidades colectivas de produção expropriadas; 3) Que se exproprie o que está na Lei das Expropriações e se formem unidades colectivas de produção, visto estar mais que provado ser esta uma forma de resolver o problema social e económico dos trabalhadores agrícolas.»

As anunciadas concentrações far-se-ão em distintos lugares do distrito. Assim, a partir de hoje terão lugar manifestações em Alpiarça, Almeirim, Salvaterra de Magos, Valada do Ribatejo, Vale de Figueira, Alcanhões, S. Vicente de Paul, Pombalinho, Chamusca e Azinhaga do Ribatejo, e no dia 21 em Abrantes e Coruche.

RECTIFICAÇÃO

Na nossa reportagem do passado dia 9 sobre as cheias do Ribatejo, intitulada «Quem nos ajuda a matar a fome do rio?», por lapso foi escrito que o representante do Sindicato dos Operários Agrícolas do Distrito de Santarém, por nós contactado, afirmara que «só no Vale de Santarém havia para cima de 10 mil trabalhadores desempregados», o que não corresponde à verdade. De facto a referência do nosso entrevistado era a todo o distrito e não apenas ao Vale de Santarém.

I.N.I.C. vai conceder vinte bolsas de estudo

Está aberto o concurso para a concessão, no máximo, de 20 bolsas para fora do País, «destinadas à preparação no próximo ano lectivo de pessoal docente e investigador em estabelecimentos de ensino superior ou centros de investigação», de acordo com a letra do edital mandado publicar por Miller Guerra, presidente do Instituto Nacional de Investigação Científica.

Entretanto, foi publicado o regulamento das bolsas de estudo fora do País.

Visa esta bolsa o prosseguimento das actividades de investigação pedagógica, científica ou tecnológica, conducentes a uma grau superior à licenciatura. Em princípio — estabelece o regulamento, — «as bolsas de estudo são concedidas por um período inicial de 10 meses, podendo ser prorrogadas por períodos de 12 meses ou inferiores». A bolsa de estudo para o estrangeiro compreenderá subsídios para a viagem, instalação, manutenção, inscrição, matrículas e propinas.

Para a Europa, a subsídio de manutenção da bolsa fora do País é de 20 contos; para os Estados Unidos da América e Canadá é de 25 contos. No final do estudo o bolseiro deverá apresentar a sua tese, comparticipando o I.N.I.C. nas despesas de impressão da tese. Essa comparticipação, porém, não excederá o valor máximo de 12 contos.

REUNIÕES DE DOCENTES

Por despacho da Secretaria de Estado da Orientação Pedagógica, «não é permitida a reunião de docentes desde que o normal funcionamento dos estabelecimentos de Ensino Preparatório e Secundário seja afectado, nomeadamente no que respeita a actividades lectivas».

ELEIÇÕES NO TÉCNICO

A lista B, afecta à Juventude Social-Democrata (PSD/PPD) foi a mais votada nas eleições para a assembleia dos representantes, por parte dos alunos, do Instituto Superior Técnico.

Dos 3389 votos entrados nas urnas, obteve 1215. Em segundo lugar ficou a lista C, com 1040 votos, afecta à UDP. A Juventude Socialista conseguiu 689 votos; a UEC, 411 e os trotskistas, 34.

MOBÍLIAS USADAS

Casas jantar e quartos desde 7900$00, rústicas modernas, século XVII, Queen Anne, roupeiros, estantes, jogos de maples, sofás-cama, etc.

Rua Alves Torgo, 18 cave
(Ao Chile, defronte da igreja de Arroios)

post-scriptum

Para a Televisão, Brecht é só música

É com a maior revolta que escrevo agora, no preciso momento em que a RTP acabou de dar um programa sobre as «Canções», de Brecht, trazendo-nos por meia hora os poemas desse que é um dos maiores poetas contemporâneos, mas em alemão (suponho ter sido em alemão), sem uma única palavra traduzida.

Considero isto uma afronta ao público, uma cuspidela nos trabalhadores e nos antifascistas deste país. A RTP continua a vasar a sua raiva ao povo trabalhador. E fá-lo impunemente. Mas não o fará sempre.

Quem foi o responsável por tal censura? Se tivesse coragem, vinha à Televisão justificar-se. Mas é claro que não tem...

Helena Tomé — LISBOA

Não há dinheiro que chegue para tantas poucas-vergonhas

Antigos companheiros da resistência, começam agora a alertar-se contra a ofensiva neofascista. Chamam a atenção para a invasão dos tribunais por antigos servidores fiéis da P.I.D.E., onde se instruiam, testemunhavam e (pré) e sentenciavam os processos dos combatentes antifascistas.

Mas isto não acontece só agora. Acontece há muito tempo, em todas as instâncias (haja em vista a carreira ascensional dos antigos aduladores e protegidos do ex-ministro salazarista Varela). Desde há muito tempo que conhecidos democratas *sentem* ao vivo essas presenças.

Outro facto assinalado agora foi os escândalos com os subsídios aos retornados. Isso tem sido um campo de eleição para a sabotagem contra-revolucionária. Apontam-se casos a esmo de pessoas que se encontram muito bem colocadas (melhor do que estavam nas ex-colónias), algumas até já no estrangeiro, e que continuam a receber subsídios todos os meses. Há quem se gabe de estar a ajudar a «levar *isto* à glória». A sabotagem nesse campo é escandalosa. E ainda se admiram que o país esteja endividado! Não há dinheiro que chegue para tantas poucas-vergonhas.

E o que é de pasmar é que a Esquerda ainda continue a degladiar-se, com os sabotadores contra-revolucionários por todo o lado (até já usam nos carros dísticos para uma «frente de ataque única»). A resposta à pergunta feita por mais de um antigo combatente «resistência contra quê?» é fácil e evidente: resistência ao fascismo.

Vamos a dar novamente as mãos, amigos, e a deixarem-se de estúpidas e caprichosas lutas fratricidas.

A. Simões Costa — COIMBRA

Nos tentáculos de um polvo gogantesco

Sendo a N.A.T.O. uma organização criada durante a «guerra fria» para combater o avanço do socialismo, como se compreende que se crie no nosso país uma «Brigada N.A.T.O.»? Isso não contrariará os artigos 7.º e 9.º da nossa Constituição?

Segundo dados publicados pelo Instituto Internacional de Investigação sobre os Problemas da Paz, de Estocolmo, mais de 6 biliões de dólares foram gastos para fins militares desde o fim da Segunda Guerra Mundial, o que equivale aproximadamente ao produto nacional bruto do mundo inteiro em 1975, e é mais de cinco vezes o P.N.B. do conjunto de países em vias de desenvolvimento.

Os E.U.A. anunciaram que vão conceder um empréstimo de 1 milhão de dólares para reequipamento das nossas Forças Armadas, ao abrigo dos acordos da N.A.T.O. Em que condições? Será que o Povo português terá de pagar com juros de palmo uma política ofensiva e dependente?

E que dizer do empréstimo de 30 aviões T 38 que se encontram em Monte Real, com cerca de 30 instrutores americanos? Depois de instruídos os nossos pilotos, não será este o primeiro passo para a aquisição de uma esquadrilha desses aviões, com a correspondente sangria de uma grande quantia em divisas que não temos, obrigando-nos a recorrer a mais um desses empréstimos que os nossos «amigos» nos concedem?

E a doação a Portugal de aviões Q-91 Fiat com bastantes horas de voo (um deles despenhou-se a caminho de Portugal) e todo o material de equipamento sobressalente, com o investimento que é necessário fazer?

O Governo que apregoa e arvora a bandeira da austeridade (e que é um Governo cuja formação assenta numa organização política que é um partido de trabalhadores), ao mesmo tempo que poe em causa as conquistas dos trabalhadores, ainda não se pronunciou sobre este assunto. Será que está à espera de resolver a questão do cabaz de compras?

José Augusto Afonso — LISBOA

REFLEXÕES DE JANEIRO

2. A REVOLUÇÃO IRREVERSÍVEL

VICTOR DE SÁ

Antes do 25 de Abril, as nossas reuniões comemorativas eram o pretexto para a nossa manifestação de luta, e esta era quase sempre uma manifestação de unidade, ou pelo menos um esforço dela, com um sentido muito claro que era este: luta ao fascismo, guerra ao salazarismo, abaixo o caetanismo, a Pide e a Censura.

No 31 de Janeiro de 1974, a menos de 3 meses da libertação nacional, os democratas de Braga, elaboraram uma análise política e militar, económica e social da situação naquela altura, que denunciava exactamente o fim próximo, fatal, da política inepta do Governo de Caetano e das estruturas que o sustentavam. Essa análise, apresentada em Braga numa sessão pública tumultuosa, eu próprio a li em Aveiro numa outra sessão pública, num intercâmbio muitas vezes praticado — de camaradagem entre os democratas antifascistas da minha terra e os democratas antifascistas da terra de Mário Sacramento.

O 25 de Abril surgiu exactamente na sequência de miríades de lutas populares antifascistas que há dezenas de anos se sucediam nesta pátria de Resistência. Foi o aproveitamento, na prática, dessa longa tradição de luta, que permitiu aos gloriosos capitães do 25 de Abril realizar o que a muitos pareceu um milagre, mas não foi: derrubar em poucas horas um regime odiado que se eternizava há meio século. Os militares souberam interpretar e realizar com êxito e plena eficácia o que eram as profundas aspirações do grande Povo deste pequeno País. Interpretaram-no de um modo tão justo e fiel, que desde logo ficou espontaneamente selada a aliança Povo-MFA. As grandiosas manifestações massivas nacionais do 1.º de Maio, o glorioso dia dos Trabalhadores de todo o mundo, foram a consagração do derrube do fascismo, e do apoio pleno ao Programa sócio-político do Movimento das Forças Armadas. O 25 de Abril foi assim, não um milagre, mas o coroamento vitorioso de muitas dezenas de anos do Povo português.

A partir daí, é certo, não nos sobrou mais tempo para a reflexão necessária. E até a instituição da democracia, com a inerente competição entre os partidos, fez com que muitos de nós, homens e mulheres da Esquerda, que até então havíamos lutado sempre juntos, passássemos a lutar separados, ou às vezes, lamentavelmente, uns contra os outros. Esquecidos de que, na confrontação, os únicos beneficiários eram os abutres fascistas, cada vez mais impacientes à espera da sua hora de vingança cruel e sanguinolenta.

Mas neste mês de Janeiro de 1977, a pouco tempo de se completarem os três primeiros anos da Revolução, com a democracia finalmente institucionalizada, chegou de novo a hora — que esta nossa reunião confirma — de todos os homens e mulheres da Esquerda portuguesa se darem de novo as mãos, para prosseguirem a imensa luta revolucionária que está à nossa frente e que, até agora, apenas começou.

Hoje pode afirmar-se, ao contrário do que por aí proclamam muitos profetas da desgraça, que a Revolução Portuguesa é já irreversível. Para mim, ela é irreversível há mais de um ano, desde que a 11 de Novembro de 1975, com a independência de Angola, terminou praticamente o processo da descolonização. Isto é o que se depreende logicamente da compreensão do processo da história de Portugal, que António Sérgio tão lúcida e penetrantemente nos ensinou. A perspectivação histórica que nos transmitiu este Mestre do racionalismo crítico e da historiografia sociológica, agora muitas vezes referido mas raras vezes compreendido, faz-nos concluir que o fim do colonialismo acarretará para Portugal, necessariamente, as consequências económicas, sociais e pedagógicas preconizadas por todos quantos, mesmo antes de Sérgio, já atribuíam ao desaforo colonialista as causas dos nossos males nacionais.

Não será por isso gratuita a afirmação de que o 11 de Novembro é, depois do 25 de Abril, a data mais importante da nossa Revolução. A irreversibilidade da Revolução portuguesa não é uma afirmação de optimismo psicológico, resulta pelo contrário da análise objectiva dos acontecimentos e da actual correlação de forças no Mundo.

É por isso que se impõe uma reflexão serena, não partidarista mas de óptica nacional e global, sobre o que representa a nossa Revolução.

AMANHÃ: «3. Perspectivação histórica da Revolução».

MÁQUINAS MARAVILHOSAS

PIERRE VIANSSON-PONTÉ

As máquinas electrónicas, a aparelhagem informática, sobretudo o computador, cercam-nos e apertam-nos cada vez mais, devorando velozmente o que nos resta de liberdade. Isto já foi dito cem vezes, mil vezes. Não há, no entanto, um só dia em que não surja um projecto suplementar, em que um novo questionário e um novo ficheiro não venha apertar mais ainda as malhas da rede em que nos debatemos como pássaros caídos na armadilha.

É que, neste domínio, as denúncias e as chamadas de atenção surgem como relativamente abstractas, quase teóricas. São bem claras as vantagens e os méritos dessas máquinas, as simplificações e os ganhos de tempo que permitem. Os defeitos, os perigos, as consequências por vezes dramáticas dos erros cometidos pelos seus utentes são muito menos evidentes; e pensa-se que, afinal de contas, esse é o preço a pagar pelo progresso. Quanto aos protestos contra o abuso da informação, o excesso da centralização, a utilização demasiado grande e sistemática dos meios técnicos, fazem pensar que, se é bom apercebermo-nos a tempo dos escolhos a fim de poder evitá-los, as acusações feitas parecem um tanto prematuras e até mal intencionadas.

Ora não é assim. Três documentos recebidos nos últimos tempos pelo «Monde» ilustram bem, sob três aspectos muito diferentes, os riscos e os perigos que já pesam na nossa vida quotidiana. Os três leitores que nos escreveram — um quadro desempregado, um estudante chamado a cumprir o serviço militar, um notário de arrabalde — não se conhecem. Todas as semanas aparecem, de resto, no nosso correio, exemplos deste tipo.

A carta do desempregado que perdeu o seu lugar de quadro comercial numa sociedade industrial, e procura trabalho desde então, vem acompanhada de um pequeno maço de fotocópias. Despedido a 3 de Abril de 1976, que foi um sábado, dirigiu-se logo no dia 5, à agência de empregos, Disseram-lhe, depois de ele ter cumprido todas as formalidades, que a ASSEDIC lhe atribuía 83,,10 francos por dia, uns 2500 por mês, o que, escreve o leitor do «Monde» **é razoável, insuficiente para cinco pessoas viverem, mas possível para a sua sobrevivência.**

Simplesmente uma empregada fez um erro e, em vez de o inscrever, irradiou-o. Tomou conhecimento do facto daí a um mês quando foi saber a razão por que não lhe pagavam. A empregada pediu muitas desculpas e fez todo o possível por emendar o erro.

Cento e dez dias após a sua inscrição no desemprego, chega-lhe finalmente às mãos um cheque. Decepção. São-lhe dados sessenta dias de indemnização em vez de noventa. Mas não ficaram por aqui os problemas. Porque as consequências dos dois erros iniciais não tinham sido totalmente apagadas. Nada a dizer: a administração é lenta de mais mas o computador é demasiado rápido.

Nada a dizer também da companhia do gás. O primeiro empregado, ao saber que o assinante estava no desemprego, não cortou o gás. O segundo, por pudor, nem tocou à porta. Mas cortou o gás. Felizmente o preço do corte não vai além dos 85,75 francos.

O corte do telefone, esse custou 46,80 francos, da primeira vez, 156 da segunda. Os agentes encarregados de cortar as linhas trabalham impecavelmente: não há esperas nem atrasos. Pelo menos é um serviço bem organizado nos PTT e, provavelmente, rentável.

«Custa caro não ter dinheiro, conclui o nosso correspondente. Mas como querer mal ao computador? É uma simples máquina, programada por um homem que talvez tivesse problemas de saúde».

O segundo documento foi dirigido a um estudante, pouco antes da entrada deste no serviço militar. É uma ficha de informações «a preencher de modo completo e preciso». Provém da unidade onde o jovem deve fazer o serviço militar, e nela se indica que «essas informações ser-lhe-ão pedidas durante os primeiros dias do serviço, sendo portanto aconselhável ir preenchendo desde já o questionário. Quando se examina o questionário em causa, compreende-se a necessidade de tempo para o seu preenchimento.

A primeira parte diz respeito à identidade do futuro soldado: número da segurança social, número do cartão de identidade com data, origem, etc. Tudo normal.

Segunda parte: «Informações acerca dos pais». Nomes, apelidos, data e local do nascimento de ambos, nacionalidade; domicílio, profissão e morada do patrão do pai e da mãe. Admitamos: pode ser útil.

Terceira parte: «Informações acerca dos irmãos e das iramãs». Identidade completa, profissão, nome e morada do patrão de todos eles. Para quê?

Mas não fica por aqui. O jovem francês chamado ao serviço militar deve indicar os seus domicílios sucessivos nos dez últimos anos e os empregos sucessivos que teve nos últimos quinze anos (apetece perguntar quem seria o seu patrão aos cinco anos de idade). Se é naturalizado deve fornecer todos os pormenores a este respeito, incluindo a última morada que teve no país de origem. E se é casado, há uma sexta e última parte a preencher e que não é a mais curta. Terá que fornecer a identidade da esposa e também indicar os seus domicílios e empregos sucessivos nos dez últimos anos, a identidade completa e a morada dos pais dela, assim como de todos os irmãos e irmãs, as profissões, nomes e moradas de todos eles e ainda as profissões, nomes e moradas dos respectivos patrões.

Evidentemente, tudo isto será posto em fichas. Porque um questionário destes não pode ser inspirado pela solicitude do coronel pai do regimento, para com todos os seus homens. Claro que a ficha vai alimentar, em qualquer misterioso serviço, um computador que permitirá proceder a toda a espécie de verificações a fim de melhor descobrir os subversivos.

O terceiro documento, enviado por um notário dos arredores, é uma simples circular comercial, com cabeçalho de uma firma bastante vaga que se diz **Promoções e qualidade**. Eis o essencial:

«Propomos-lhe que possua o meio secreto, absolutamente impossível de descobrir, de conservar de modo permanente todas as suas conversas profissionais ou privadas.

«Trata-se de uma luxuosa maleta, de marca mundialmente conhecida e portanto perfeitamente banalizada.

«O porta-documentos» que, de resto, pode ser utilizado como tal, é munido de um fundo falso, e equipado com aparelhagem electrónica ultramoderna, extremamente sofisticada.

«Permite gravar com perfeição tudo o que desejar, a partir do mais fraco sinal sonoro (voz, objecto que muda de lugar).

«Claro que também pode começar a funcionar graças a um interruptor-miniatura dissimulado na pega.

«Facilmente se imagina a utilização extremamente variada de tal dispositivo...»

Pois é. Facilmente se imagina a utilização extremamente variada de um «auxiliar tão precioso», como a circular também diz pudicamente. De facto, a electrónica é uma espécie de linguagem para Esopo: ao mesmo tempo a melhor e a pior das coisas.

(«Le Monde»)

VIAGENS AVIBAR
MARAVILHOSO CRUZEIRO À MADEIRA
De 21 a 25 de Abril
Aproveite o feriado de Abril
NO N/M FUNCHAL, FAÇA UMA VIAGEM INESQUECÍVEL
Preços desde 3.950$00
TUDO INCLUIDO E MONTES DE DIVERSÕES.
Informações e reservas:
NO NORTE: AGÊNCIA DE VIAGENS AVIBAR
Av. da Liberdade, 49 — BARCELOS
Telefones 82923/83208
NO SUL: TURALGARVE
Praça da República, 98 — LOULÉ
Telefones 62143/62144
No Centro: TURALGARVE
Rua Luciano Cordeiro, 6-C — LISBOA
Telefones 40008/538249

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES DOS TRANSPORTES FLUVIAIS

MOÇÃO

Os trabalhadores Fluviais da TRANSTEJO — Transportes Tejo, E. P., reunidos em plenário, realizado em 15 de Fevereiro de 1977.

Considerando que o Governo pretende retirar aos trabalhadores do Mar, conquistas arduamente alcançadas, bem como, destruir os seus Sindicatos.

Decidem:

1. Apoiar a sua luta justa.
2. Paralisar os Transportes Fluviais de Passageiros, na próxima Sexta-Feira, dia 18 do corrente, das 10 às 10.30 horas, em solidariedade para com os seus Camaradas.
3. Exigir a imediata suspensão da requisição Civil, imposta pelo Governo à Marinha do Comércio e Transportes Fluviais.

Enfrentemos as dificuldades e Venceremos!

APROVADA POR UNANIMIDADE

MOÇÃO

Considerando que o Governo não atendeu as justas lutas dos trabalhadores do Mar.

Considerando que o Governo se diz Socialista e toma medidas de repressão contra os trabalhadores do Mar só porque os mesmos exigem a defesa daquilo que conquistaram com o 25 de Abril.

Considerando que o Governo com as suas tradicionais medidas anti-operárias, visa a destruição das nossas organizações de Classe «Os Sindicatos» e portanto voltar aos velhos tempos do Salazarismo.

Os Trabalhadores dos Transportes Fluviais e Maquinistas Práticos reunidos em Plenário Geral decidem:

1. Repudiar a atitude do Governo ao fazer a requisição Civil dos navios da Marinha do Comércio.
2. Exigir do Governo o acordo imediato com os Sindicatos dos problemas que deram origem ao conflito com os trabalhadores do Mar.
3. Exigir do Governo o regresso imediato ao trabalho dos dez pescadores despedidos do navio «Goraz».

APROVADA POR UNANIMIDADE

PUB

Sindicato de Garagens, Postos de Abastecimento, Transportes e Ofícios Correlativos do Centro e Sul

COMUNICADO

SECTOR DE GARAGENS, ESTAÇÕES DE SERVIÇO, POSTOS DE ABASTECIMENTO E PARQUES DE ESTACIONAMENTO

Comunicamos a todos os associados deste sector que o Contrato Colectivo de Trabalho Vertical para o sector de Garagens foi publicado no Boletim do Ministério do Trabalho n.º 5, de 8 de Fevereiro deste ano.

Lembramos que a tabela salarial do referido contrato, que já foi distribuída aos trabalhadores do sector, produz efeitos desde o dia 1 de Outubro de 1976.

Esclarecemos que as entidades patronais podem pagar os retroactivos em cinco prestações.

Saudações Sindicais

Lisboa, 15 de Fevereiro de 1977.

Presidente da Direcção
(a) José Eduardo M. Borges

Nacional

Rurais discutiram em Coruche problemas da Reforma Agrária

. Operários agrícolas e pequenos agricultores do concelho de Coruche reuniram-se, no último domingo, a fim de analisarem a situação da Reforma Agrária. Os trabalhos decorreram em três secções nas quais se abordavam diferentes assuntos da mesma problemática. Na primeira secção, onde se discutiram as questões das reservas, desanexações, e entrega de terras aos seareiros, concluiu-se que as desocupações não deverão ser feitas à força mas sim mediante o diálogo entre as partes interessadas e depois do Governo ter «cumprido escrupulosamente as disposições legais.»

Por outro lado, os trabalhadores acham que os organismos do M.A.P. devem ter em conta a compensação das despesas realizadas pelas UCP's que cessem as acções de entrega de material e que o Governo «indemnize imediatamente as UCP's das despesas que fizeram nas herdades devolvidas aos agrários».

No âmbito das conclusões apuradas na primeira secção salienta-se, ainda, que, quando houver alguma desocupação ou entrega de reserva, deverá ser cumprido o estabelecido no Artigo 19 do Decreto 11/77 que diz que «a parte da área cultivada só passará para fase da exploração do agrário depois de realizadas as colheitas». Afirma-se também que os actos de sabotagem cometidos pelos agrários nas terras nacionalizadas que ainda permanecem nas suas mãos deverão ser proibidos. Finalmente, o Governo, ao assumir a prática das reservas, deverá ter em conta o emprego dos trabalhadores.

CRÉDITO COMERCIALIZAÇÃO E APOIO TÉCNICO

Os trabalhadores na segunda secção condenaram a política assumida pelo Governo em relação ao Crédito Agrícola. Uma política que na opinião dos trabalhadores visa «criar dificuldades às U. C. P.'s e cooperativas». Nessa medida responsabilizam o Governo pelas quebras de produção que se possam vir a verificar. No aspecto da comercialização os trabalhadores exigem que o Governo cumpra a Constituição no que respeita à fixação dos preços dos produtos antes das sementeiras. Igualmente o Governo deverá garantir (dentro dos limites de tempo oportuno) o abastecimento das U. C. P.'s e cooperativas dos principais factores de produção: adubos, pesticidas, rações, sementes... Concluiu-se ainda haver necessidade dos trabalhadores organizarem circuitos próprios de comercialização dos seus produtos. Quanto ao apoio técnico os trabalhadores exigem que o Estado crie estruturas adequadas para esse fim.

SEAREIROS E PEQUENOS AGRICULTORES

No encontro mais uma vez se reafirmou a posição dos trabalhadores ao considerarem que os seareiros e pequenos e médios agricultores, na sua qualidade de trabalhadores do campo, têm direito a beneficiar da Reforma Agrária. Acham que por isso lhes deverá ser atribuída uma parcela de terra nacionalizada «que lhes assegure plena ocupação ao longo do ano mas sem se transformarem em exploradores do trabalho dos assalariados agrícolas». No entanto as entregas de terra para exploração individual, quer em propriedade quer em arrendamento, nunca devem ultrapassar os 8 a 10 hectares de regadio. Segundo os trabalhadores participantes no encontro as reservas de regadio de 40 a 190 hectares feitas no concelho de Coruche «destinam-se a criar uma camada de burguesia rural exploradora». Como se poderá concluir pela política assumida pela Comissão de Gestão Transitória do Vale do Sorraia, as entregas de reservas fizeram-se nas áreas das cooperativas já constituídas e não nas áreas nacionalizadas, o que prova que este organismo está interessado em destruir a Reforma Agrária.

A política do ministro Barreto foi denunciada no Encontro como uma «política destinada a criar tensões nas áreas das U. C. P.'s, uma política divisionista ao serviço dos grandes agrários e das suas organizações, nomeadamente a C. A. P.».

"Quotas iguais, reformas iguais" no I Encontro do MAPRU

. Com vista à preparação do I Encontro de Agricultura para uma Melhor Previdência Rural (MAPRU) que terá lugar em Coimbra, no dia 27, no salão do INATEL, pelas 14 horas, realizou-se no Luso uma reunião em que participaram dezenas de associados da Casa do Povo local. Foram discutidas as principais reivindicações a apresentar no Encontro e aprovados alguns pontos do caderno reivindicativo do MAPRU. Nessa reunião foi constituído um núcleo do MAPRU que integra 21 agricultores.

Entretanto uma delegação do MAPRU deslocou-se a Lisboa a fim de entregar na Presidência da República um documento com cerca de 500 assinaturas onde se expõem os problemas mais prementes no campo da Previdência Rural.

Uma cópia do documento foi igualmente entregue no Ministério dos Assuntos Sociais. No entanto, o referido documento que continua ainda a circular nas aldeias do distrito de Coimbra, Viseu, Guarda e Castelo Branco refere as carências mais relevantes que afectam os agricultores do Norte e Centro do País. Nele se pedem reformas iguais para todos os agricultores (quer sejam homens ou mulheres), que sejam contempladas na lei as viúvas de agricultores, que o montante das pensões seja de mil escudos e que se estabeleça um único estatuto de sócios de Casa do Povo.

No Encontro marcado para o dia 27 em Coimbra os agricultores poderão expressar os seus problemas e tentar arranjar soluções.

S. R.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA

SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA E ENERGIA

Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, e na Secretaria da Câmara Municipal do Concelho de Odemira em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário da República», o projecto apresentado pela Electricidade de Portugal — EDP (ex-CEAL), a que se refere o processo 8/59 151, arquiva 5460, para o estabelecimento na freguesia de Vila Nova de Milfontes, concelho de Odemira, de uma linha aérea a 15 kV com 555 metros, do poste n.º 160 da linha para o posto de transformação de Vila Nova de Milfontes ao posto de transformação do Parque de Campismo Courela das Pousadas.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, ou na Secretaria daquela Câmara Municipal, dentro do citado prazo.

Repartição de licenciamento, em 10 de Fevereiro de 1977.

Pel'O Engenheiro Chefe
Joaquim Gonçalves dos Santos

S. R.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA

Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário da República», o projecto apresentado pela Electricidade de Portugal — EDP (ex-CEAL) e a que se refere o processo 8/58 408, arquivo 5460, para o estabelecimento na freguesia de S. Sebastião, concelho de Lagos, de uma modificação da linha a 15 kV Portelas-Lagos a partir do poste n.º 22, com um aumento de comprimento de 45 metros, ficando a ser constituída por um troço aéreo com 3966 metros e um novo troço subterrâneo com 633 metros e passando a ser seccionada no posto de seccionamento anexo ao posto de transformação da Escola Preparatória de Lagos.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 7 de Fevereiro de 1977.

O Engenheiro Chefe
Guilherme Martins

A cidade de Santarém numa velha gravura

Exposição sobre Santarém tem mil visitantes por semana

SANTARÉM, 17 — Com uma média de mil visitantes por semana, encerra no próximo dia 20 a exposição «Santarém — A Cidade e os Homens» que foi um incontestável êxito e que contribuiu para que a população da cidade conhecesse melhor o seu património artístico e tomasse consciência do seu valor.

Surgida da iniciativa de um pequeno grupo de pessoas que procurou fazer um levantamento histórico social e artístico da área citadina, esta exposição levou dois anos e meio a organizar e deu origem a uma recolha de documentos iconográficos, fotográficos e bibliográficos, de grande interesse para quantos se interessam pela cidade e desejam evitar a destruição sistemática do seu passado. Simultaneamente, têm vindo a realizar-se conferências seguidas de colóquios por professores e alunos da Faculdade de Letras de Lisboa, salientando-se as do professor Borges Coelho sobre «Os Árabes e Santarém» e dos drs. Pedro Canavarro e Jorge Custódio sobre o urbanismo da antiga vila, está marcada para hoje.

A iniciativa que tem sido louvada por quantos a conhecem e entendem, bem podia ter um carácter pioneiro e levar à constituição de comissões incumbidas de levar a cabo manifestações congéneres noutras cidades deste País, cujo património cultural empobrece dia a dia.

Nacional

P.C.P. SOBRE A COMUNICAÇÃO SOCIAL

Há 200 mil exemplares diários (de jornais e semanários) apologistas do fascismo

Numa extensa nota ontem distribuída, o PCP analisa a situação no sector da comunicação social, e considera «a monopolização dos órgãos de informação estatizados pelo partido do Governo e a proliferação da imprensa reaccionária e fascista» como os traços mais preocupantes da actual situação nesse sector.

«A generalidade dos órgãos de comunicação social estatizados — sublinha a nota do PCP — é hoje um porta-voz servil do Governo, tendo abdicado da sua função crítica e da sua independência e negando pela prática os princípios de pluralismo e objectividade que diz defender». «Ao mesmo tempo a propaganda e apologia da ideologia fascista orienta o conteúdo de mais de 200 mil exemplares diários de jornais e revistas. Num momento em que se agravam as condições de vida do Povo português e aumentam as ameaças contra a democracia, a opinião dos portugueses está, em considerável medida, a ser orientada para a aceitação das consequências duma política de direita e o descontentamento que tal política provoca está a ser canalizado, pela imprensa reaccionária, contra a democracia».

Relembrando o que foi a Imprensa antes do 25 de Abril e a luta dos trabalhadores da informação após a abolição da censura, a nota do PCP destaca o assalto da direita aos órgãos de informação e a partilha dos grandes jornais estatizados «pelos partidos hegemónicos do VI Governo, PS e PPD, com a proliferação de jornais reaccionários, em certos casos financiados pela própria banca nacionalizada, com o afastamento de dezenas de profissionais de comprovada competência e dedicação aos ideais democráticos, a reintegração de fascistas notórios e a promoção de toda a sorte de oportunistas e incompetentes».

Considera o PCP que «o agravamento da crise do sector, a queda brutal do nível das tiragens, estão directamente relacionados com tais acontecimentos e com o conteúdo que grande parte dos órgãos de comunicação passaram a assumir. É exemplo flagrante o jornal «O Século», cuja administração e direcção foram, no âmbito da partilha entre o PS e o PPD, atribuídas pelo VI Governo a este último, e cujo conteúdo reaccionário e provocatório é responsável pela quebra de 75 por cento do volume de vendas».

Criticando o Governo e o PS, por escamotear tais responsabilidades, a nota do PCP salienta que, se fala no papel social da Imprensa é para fazer a apologia da imprensa privada e que o apoio a esta, quando não se tomam medidas contra a imprensa reaccionária e fascista «traduz-se no apoio à conspiração e à intriga que tal imprensa arvora em método de trabalho jornalístico, representa um agravamento das despesas do Estado com a imprensa e o inadmissível subsídio pelo Estado da propaganda reaccionária».

QUADRO DE ADIDOS

Sublinha ainda o PCP que «se se anunciam medidas moralizadoras para os órgãos estatizados e se exigem sacrifícios aos seus trabalhadores, estendendo o apoio do Estado à imprensa privada será o Estado a pagar as situações de imoralidade e de esbanjamento aí existentes». E prossegue: «Se se anuncia a criação do quadro de adidos e a reforma antecipada, ao mesmo tempo que o Governo reintegra fascistas notórios que se encontravam já na situação de reforma compulsiva, é de temer que tais medidas venham a dar cobertura a novos saneamentos à esquerda, à marginalização de profissionais mais isentos. A dar força a tais receios estão aliás as referências extremamente agressivas do secretário de Estado da Comunicação Social contra os raros e honrosos indícios de seriedade profissional na RDP. Se, em suma, se fala na reestruturação do sector mas se ignora por completo o papel que os trabalhadores deveriam desempenhar no estudo e execução de tais medidas, é caso para à partida se terem dúvidas sobre a seriedade, viabilidade e eficácia de tais medidas».

MEDIDAS URGENTES

A terminar o PCP aponta como medidas urgentes para resolver alguns aspectos da situação:

— «Medidas imediatas contra a imprensa fascista, levando ao julgamento e efectiva punição de publicações de propaganda e apologia da ideologia fascistas, de acordo aliás com os preceitos constitucionais;

— «Medidas imediatas que cessem com a situação de monopolização pelo Governo e pelo partido do Governo dos órgãos de informação estatizados (imprensa, rádio, televisão), que restabelecam o pluralismo nesses órgãos numa perspectiva antifascista e de acordo com os interesses das grandes massas trabalhadoras:

— «Medidas imediatas que restabeleçam as relações democráticas de trabalho nas empresas estatizadas de informação, respeitando a participação dos órgãos representativos dos trabalhadores de acordo com a Constituição e as leis;

— «Medidas urgentes que terminem com a ilegal e arbitrária marginalização de trabalhadores progressistas e com a política de compadrio que de novo instalou em certas empresas, particularmente na RDP;

— «Entrada imediata em funcionamento das Assembleias da Rádio e da Televisão e cumprimento imediato do art.º 40.º da Constituição sobre tempos de antena na rádio e televisão;

— «Reestruturação efectiva e saneamento económico global do sector da comunicação social, com a participação democrática dos órgãos representativos dos trabalhadores e com a garantia do pleno emprego e dos direitos adquiridos muitas vezes através de duras lutas».

TEATRO ESTÚDIO DE LISBOA ACABOU

Não quer aceitar "esmola"

Por decisão tomada a 15 de Janeiro, mas entretanto suspensa até à conclusão das conversações com o secretário de Estado da Cultura, a Companhia Teatro Estúdio de Lisboa, de Helena Félix e Luzia Maria Martins cessou a sua actividade pondo assim termo a uma carreira de 12 anos de vida e de 33 espectáculos teatrais.

«Cremos que servimos com seriedade, dignidade profissional e dedicação o teatro português», dizem as duas profissionais na hora de baixar o pano e retirar — quiçá com lágrimas — do Teatro Vasco Santana onde tanto lutaram pela arte e a cultura. «Com a consciência tranquila podemos afirmar que nunca nos servimos do teatro ou dos dinheiros públicos para fins pessoais.»

«Tomas Morus», «As Mãos de Abraão Zacut», «Bocage Alma sem Mundo», «Louca de Chaillot», «A Gaivota», «O Lan», «Lisboa-72», «A Cozinha», entre outros espectáculos, marcaram a carreira desta Companhia sobretudo durante a resistência antifascista. Passado esse tempo, restituindo a liberdade a este País, é o Governo constitucional e socialista a dar a derradeira machadada no T. E. L.

As razões, sabia-se já há muito, são sobretudo de ordem económica e têm a ver com a cultura deste País e com a ausência total de um projecto cultural coerente seja para o teatro seja para o cinema seja para as outras artes.

No comunicado em que dão nota do fim do Teatro Estúdio de Lisboa, Luzia Maria Martins e Helena Félix abordam esta questão apresentando ainda as contas sumárias da Companhia:

«Depois das conversações com o secretário de Estado da Cultura conseguiu-se a reformulação de algumas normas, que eram objectivo indispensável para que os grupos pudessem concorrer ao subsídio para o corrente ano. Todavia, essas normas estavam à partida condenadas pela exígua verba de 18 000 000$00 atribuída ao Fundo de Teatro. Noutro qualquer país (socialista ou capitalista, com ou sem inflação) aquela verba chegaria para duas companhias. O próprio secretário de Estado lamenta certamente a exiguidade daquele montante. Se o não fizesse, estaria sem dúvida desconhecedor do que minimamente se entende por uma política cultural consciente. Mas o Governo parece não dispor de mais — o que corresponde a dizer que o teatro terá de aguardar — como sempre — a era em que venha a ser considerado serviço público.

«Considerando que a Companhia Teatro Estúdio de Lisboa (no seu 13.º ano de existência), tendo em vista os problemas económicos do País, reformulou a sua proposta inicial descendo o montante do seu pedido de 4600 contos para 2800 contos anuais, e agora, concorrendo, só poderá contar com cerca de 134 contos mensais, temos a comunicar o seguinte:

a) A despesa mensal desta modesta Companhia, que integra 23 trabalhadores, é de 357 000$00 mensais (ordenados, encargos sociais, etc.) não incluindo despesas de montagens, subsídios de férias a técnicos.

b) A média de ordenados é de 9000$00 mensais.

«Trabalhámos intensamente ao longo de 12 anos. Tivemos, nesse período (em que apresentámos 33 espectáculos) sucessos e fracassos — embora não saibamos muito bem o que isso possa significar. Em Arte, o fracasso de hoje pode significar o sucesso de amanhã e vice-versa.

«Com a honestidade que sempre nos norteou, não podemos agora aceitar o que nos é oferecido como esmola, na certeza de que, aceitando-o, iríamos (nesse caso, sim!) delapidar o erário público. Que essa quantia vá favorecer quem — com mais habilidade — possa melhor servir o teatro português.»

Militantes da J.S. reclamam direito de tendência

J.S. e P.S. condenam

«A J.S. deve ser uma J.S. de massas, de luta pelo socialismo, uma organização com liberdade de pensamento, de expressão, de crítica e opinião, respeitadora do direito de tendência» — afirmam militantes da Juventude Socialista suspensos da organização, num texto divulgado ontem durante uma conferência de imprensa convocada para tornar pública a decisão de criar uma «Tendência de Esquerda Nacional», no âmbito ou à margem da organização para a juventude do Partido Socialista.

No seu texto, os suspensos declaram: «Não podemos aceitar que se faça da J.S., que nós começámos a construir, uma organização votada à asfixia, de jovens constrangidos, amarrados pelo peso do autoritarismo, inertes na luta face às forças que pretendem o regresso ao passado». O texto historia a criação da organização, e as lutas que esta desenvolveu ao longo do processo político português, e fundamenta na falta de democraticidade interna da Juventude Socialista (tal como do partido com que se articula) a decisão era anunciada.

Objectivos prioritários para a reclamação do reconhecimento do direito de tendência: «lutar pelo restabelecimento da vontade das bases da JS e pelo levantamento de todas as suspensões arbitrárias».

Entretanto, o Secretariado Nacional da J.S. emitiu um comunicado condenando a tomada de posição dos «inscritos» da organização na situação actual de suspensos.

Para a J.S. trata-se de «actividades fraccionistas». A organização deprecia a importância do acontecimento, argumentando que se trata de um número limitado de militantes e contestando a sua representatividade».

«O programa que defendemos é o que os delegados de mais de trezentos núcleos aprovaram e não o que três ou quatro dúzias de inscritos definem nas suas conferências, que não passam de estruturas paralelas por eles criadas» — diz a J. S. no comunicado do seu Secretariado Nacional.

Também a J.S de Queluz emitiu um comunicado onde «lamenta o mau serviço que estes elementos têm estado a prestar à Juventude e particularmente aqueles militantes que têm uma leitura mais à esquerda do programa do PS e da JS».

Também o PS condena a atitude tomada pelos militantes da JS que reclamam o «direito de tendência», num texto ontem emitido pelo Gabinete de Imprensa do Partido.

Para o PS, no texto a que nos reportamos, trata-se de «um acontecimento menor na vida política portuguesa, que diz respeito a menos de 70 militantes de um organismo que conta oito mil».

Banco de Portugal decide nova política de créditos

O Banco de Portugal definiu uma nova política de créditos, de acordo com instruções governamentais, restringindo o crédito para aquisição e comércio de bens de consumo não essenciais e estabelecendo novas bases para o apoio ao investimento produtivo.

Estas directrizes foram transmitidas a cerca de 300 dirigentes da banca nacionalizada de Lisboa e Sul do País, no decorrer de uma reunião ontem realizada. Hoje, no Porto, efectuou-se outra reunião similar destinada aos responsáveis do Centro e do Norte.

As reuniões tiveram ainda como objectivo debater os métodos e processos a seguir na concessão de créditos, em especial nas modalidades de maior prioridade: crédito ao investidor, contribuição dos bancos para o saneamento financeiro de empresas economicamente viáveis, apoio ao desenvolvimento da agricultura e pesca, e o financiamento do comércio externo.

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

NÚMERO ESPECIAL COMEMORATIVO DO 46.º ANIVERSÁRIO

- Entrevista com **Álvaro Cunhal** acerca da recente visita a Moçambique e Itália
- Suplemento de **8 páginas**, impresso a **três cores**
  - Primeira página com reprodução de um original de *Rogério Ribeiro* feito expressamente para este número especial
  - Dois trechos inéditos de *Urbano Tavares Rodrigues* sobre a Reforma Agrária
  - Um poema inédito de *José Carlos Ary dos Santos*
  - Entrevista com *Blanqui Teixeira* sobre a organização do PCP
  - «Portugal: poesia e prosa da Revolução», uma reportagem de *V. Zagladine* publicada na URSS, acerca do VIII Congresso do PCP
  - Os textos de *Lénine* sobre Portugal
  - e outros artigos

O preço deste número especial de 16 páginas é de 7$50, destinando-se o aumento de 1$50 à Campanha Nacional dos 50 000 contos.

Pedidos à **CDL** — Central Distribuidora Livreira

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE DEFICIENTES

Certifico que, por escritura de 12 de Outubro de 1976, lavrada de fl. 31 a fl. 55 do livro de notas n.º 97-C do 19.º Cartório Notarial de Lisboa, foram remodelados os estatutos da Associação Portuguesa de Deficientes, os quais passaram a ser os constantes dos artigos seguintes:

CAPÍTULO I
Designação, sede e fins

Artigo 1.º __ A Associação Portuguesa de Deficientes, constituída em 1972, passa a reger-se pelos presentes estatutos e, subsidiariamente, pela lei portuguesa.

Artigo 2.º __ A Associação é dotada de personalidade jurídica e tem a nacionalidade portuguesa.

Artigo 3.º __ 1 __ A Associação prossegue a sua actividade em todo o território nacional, através de órgãos centrais e regionais, e tem a sua sede em Lisboa.

2 __ As localidades de funcionamento das sedes dos órgãos regionais serão determinadas pelas assembleias das circunscrições respectivas.

Artigo 4.º __ 1 __ A Associação tem por objecto a representação e a defesa dos interesses gerais, individuais e colectivos, dos deficientes portugueses, competindo-lhe, nomeadamente, para tal:

A) Promover a criação de uma ampla solidariedade entre todos os deficientes, fazer despertar e alicerçar nestes a consciência dos direitos que lhes assistem e organizadamente travar a luta pela sua plena integração e participação social;

B) Pugnar por um planeamento nacional integrado da habilitação e reabilitação dos deficientes e pelas acções concretas em que aquele se traduza;

C) Reunir, para efeitos de consulta mútua e expressão congregada, as instituições particulares de e para deficientes que, como sócios colectivos, se inscrevam na Associação;

D) Colaborar criticamente com as entidades e os organismos da Administração Pública com responsabilidades, específicas ou não, na problemática afecta aos deficientes;

E) Promover e patrocinar iniciativas e actividades de natureza educativa, profissional, social, cultural, desportiva e outras;

F) Sensibilizar, esclarecer e mobilizar a opinião pública para a amplitude e imperatividade de resolução dos problemas dos deficientes, nas suas múltiplas incidências, presentes e futuras;

G) Criar e manter laços cooperativos com associações congéneres estrangeiras, estabelecer relações com entidades supranacionais e filiar-se em organizações internacionais que prossigam fins de reabilitação;

H) Utilizar os demais meios que possam, idoneamente, servir os seus fins.

2 __ Os deficientes que se inscrevem no âmbito de representação da Associação são os físicos __ sensoriais, motores e orgânicos __ e os mentais.

3 __ O alargamento da capacidade representativa aos deficientes de comportamento e às instituições que têm a sua defesa por objecto dependerá de deliberação da Assembleia Geral.

CAPÍTULO II
Dos sócios

Artigo 5.º __ Os sócios podem ser singulares e colectivos.

SECÇÃO I
Dos sócios singulares

Artigo 6.º __ 1 __ São sócios singulares os indivíduos, deficientes ou não, que, como tal, se inscrevam na Associação, adiram aos seus fins e paguem a quota mensal mínima de 10$.

2 __ A Direcção Executiva, as Comissões Executivas Distritais e as Comissões de Gestão dos órgãos de base e dos núcleos reservam-se o direito de isentar do pagamento de quota, temporariamente e por períodos renováveis de um ano, os sócios que não possam contribuir com a importância mínima referida no n.º 1 deste artigo.

3 __ O quantitativo da quota pode ser elevado, sucessivamente, por deliberação da Assembleia Geral.

Artigo 7.º __ A admissão de qualquer sócio dependerá sempre da aprovação da Direcção Executiva, das Comissões Executivas Distritais ou das Comissões de Gestão dos órgãos de base ou dos núcleos, nas respectivas áreas de actuação.

Artigo 8.º __ 1 __ Perdem a qualidade de sócio todos os que não efectuem o pagamento da respectiva quota durante um período de seis meses consecutivos; salvo motivo fundamentado aceite pelo órgão executivo que aprovou a inscrição, e todos os que contribuam para o desprestígio da Associação ou pratiquem actos em flagrante violação dos seus fins.

2 __ A perda da qualidade de sócio pelos motivos indicados na parte final do n.º 1 será deliberada em Assembleia Geral, nas Assembleias Distritais ou nas reuniões gerais de sócios, podendo a Direcção Executiva, as Comissões Executivas Distritais ou as Comissões de Gestão decretar a suspensão do sócio, até que o assunto seja submetido à Assembleia ou à reunião Geral respectivas.

SECÇÃO II
Dos sócios colectivos

Artigo 9.º __ 1 __ São sócios colectivos as instituições particulares de e para deficientes e quaisquer outras pessoas colectivas de fins não lucrativos que, como tal, se inscrevam na Associação e adiram aos seus fins.

2 __ As instituições particulares de e para deficientes que, nos termos do artigo 23.º, tenham assento no congresso pagam a quota mensal mínima de 250$.

3 __ Os demais sócios colectivos pagam a quota mensal mínima de 50$00.

4 __ Os quantitativos das quotas a que se referem os n.os 2 e 3 deste artigo podem ser elevados, sucessivamente, por deliberação da Assembleia Geral.

Artigo 10.º __ A admissão de qualquer sócio colectivo que, nos termos do artigo 23.º, tenha assento no congresso dependerá sempre da aprovação da Direcção Executiva.

Artigo 11.º __ 1 __ Perdem a qualidade de sócio todos os que não efectuem o pagamento da respectiva quota durante um período de três meses consecutivos, salvo motivo fundamentado aceite pela Direcção Executiva ou pelas Comissões Executivas Distritais, e todos os que contribuam para o desprestígio da Associação ou pratiquem actos em flagrante violação dos seus fins.

2 __ A perda da qualidade de sócio pelos motivos indicados na parte final do n.º 1 é deliberada, relativamente aos membros do congresso, em Assembleia Geral, podendo a Direcção Executiva decretar a suspensão do sócio até que o assunto seja submetido à assembleia.

3 __ A perda da qualidade de sócio pelos motivos indicados na parte final do n.º 1 é deliberada, relativamente aos demais sócios colectivos, na assembleia que elegeu o órgão que o admitiu, podendo este decretar a suspensão do sócio até que o assunto seja submetido à assembleia.

Artigo 12.º __ 1 __ Os sócios colectivos designarão dois mandatários com representação, um efectivo e outro suplente, para o exercício dos cargos dos órgãos sociais de que, nos termos destes estatutos sejam titulares.

2 __ Os sócios colectivos poderão estabelecer, quando necessário, procuração a representantes seus para efectivarem o exercício das demais funções da vida associativa.

SECÇÃO III
Dos direitos e deveres dos sócios

Artigo 13.º __ 1 __ Os sócios, singulares e colectivos, têm o direito de participar integralmente na vida associativa e, designadamente:

A) Tomar parte nas Assembleias Gerais;

B) Eleger e serem eleitos para os órgãos em que, estatutariamente, tenham assento;

C) Requerer a convocação extraordinária da Assembleia Geral, nos termos do n.º 2 do artigo 19.º.

2 __ A participação a que se refere o n.º 1 será feita, para os sócios deficientes mentais, nos termos da lei.

Artigo 14.º __ Assistem aos sócios, nomeadamente, os seguintes deveres:

A) Exercerem com eficiência os cargos para que forem eleitos e as demais funções que lhes forem cometidas e por eles aceites, salvo escusa devidamente fundamentada;

B) Pagar pontualmente as quotas;

C) Cumprir os presentes estatutos;

D) Comparecer, participar, votar e eleger nas Assembleias Gerais, distritais ou de outra base;

E) Contribuir, pela sua acção, para a prossecução dos objectivos da Associação e a defesa do seu prestígio.

CAPÍTULO III
Dos órgãos, composição, competência e modo de funcionamento

Artigo 15.º __ São órgãos da Associação:

1) A Assembleia Geral;
2) As Assembleias Distritais;
3) O Congresso;
4) A Direcção Nacional;
5) A Direcção Executiva;
6) As Comissões Executivas Distritais;
7) O Secretariado do Congresso;
8) O Conselho Fiscal.

Artigo 16.º __ 1 __ A duração do mandato dos membros dos órgãos sociais é de dois anos civis.

2 __ São eleitores e elegíveis para os órgãos sociais os sócios colectivos e os sócios singulares maiores de 18 anos que tenham sido admitidos há pelo menos três meses e tenham pago a quota do mês de Outubro do ano em que se processa a eleição.

3 __ É permitida a reeleição para todos os cargos, a qual será limitada a dois mandatos consecutivos para os cargos de presidente, segundo-vice-presidente e tesoureiro da Direcção Executiva, presidente e tesoureiro das Comissões Executivas Distritais, presidente do Conselho Fiscal e vogal distrital deste órgão.

4 __ O exercício de qualquer cargo é gratuito.

SECÇÃO I
Da assembleia geral

Artigo 17.º __ A Assembleia Geral é constituída por todos os sócios singulares e colectivos que estejam no pleno gozo dos seus direitos associativos.

Artigo 18.º __ 1 __ Compete, nomeadamente, à Assembleia Geral, órgão soberano da Associação:

A) Eleger bienalmente, de entre os seus membros, uma sua mesa, composta por um presidente, um vice-presidente, um 1.º secretário e um 2.º secretário;

B) Eleger bienalmente, de entre os seus membros, os titulares dos cargos da Direcção Executiva e do Conselho Fiscal cuja designação lhe compita e, em qualquer momento, revogar-lhes o mandato;

C) Pronunciar-se anualmente sobre o relatório de actividades da Direcção Nacional, apreciar e votar o relatório e contas da Direcção Executiva e o parecer do Conselho Fiscal e aprovar o orçamento previsto para o ano imediato;

D) Deliberar sobre as linhas fundamentais de orientação da Associação, conseguidas por síntese das propostas e da prática de trabalho dos órgãos distritais e de base;

E) Deliberar sobre a perda da qualidade de sócio de qualquer dos sócios colectivos membros do Congresso, dos sócios domiciliados no distrito de Lisboa e ainda dos sócios de distritos onde não esteja constituída a respectiva assembleia;

F) Deliberar sobre a filiação da Associação em organizações internacionais que prossigam fins de reabilitação;

G) Deliberar, a convocação expressa, sobre a extinção da Associação.

2 __ São nulas as deliberações que tenham por objecto ou de qualquer forma envolvam matéria de índole essencialmente interna dos sócios colectivos.

Artigo 19.º __ A Assembleia Geral reúne:

1 __ Ordinariamente:

A) De 2 a 15 de Dezembro, para o exercício das competências definidas nas alíneas a) e b) do artigo anterior;

B) Durante o mês de Março, para o exercício da competência definida na alínea c) do mesmo artigo.

2 __ Extraordinariamente, sempre que convocada pelo presidente da sua mesa, por iniciativa deste, a requerimento da Direcção Nacional, da Direcção Executiva, do Conselho Fiscal ou de um conjunto de associados não inferior à décima parte do seu número.

3 __ Em caso de reunião a requerimento de associados, é necessária, para o funcionamento da assembleia, a presença de três quartos dos requerentes.

SECÇÃO II
Das assembleias distritais

Artigo 20.º __ 1 __ Cada assembleia distrital é constituída pelos sócios singulares e pelos sócios colectivos sem assento no Congresso domiciliados nesse distrito que estejam em pleno gozo dos seus direitos associativos.

2 __ Podem ter assento e participação activa na assembleia distrital, salvo o direito de voto, os membros da Direcção Nacional, o presidente da mesa da Assembleia Geral e o presidente do Conselho Fiscal.

Artigo 21.º __ Compete à Assembleia Distrital:

A) Eleger bienalmente, de entre os seus membros, uma sua mesa, composta por um presidente, um vice-presidente, um 1.º secretário e um 2.º secretário;

B) Eleger bienalmente, de entre os associados que a constituem, os membros da Comissão Executiva e o vogal distrital do Conselho Fiscal, e, em qualquer momento, revogar-lhes o mandato.

C) Apreciar e votar anualmente o relatório e contas da Comissão Executiva e o parecer do vogar distrital do Conselho Fiscal e aprovar o orçamento previsto para o ano imediato;

D) Deliberar sobre a perda da qualidade de sócio de qualquer dos seus membros;

E) Deliberar sobre matérias que, regionalmente, assumam carácter particular, com observância, contudo, das linhas de orientação traçadas pela Assembleia Geral.

Artigo 22.º __ A Assembleia Distrital reúne:

1 __ Ordinariamente;

A) De 2 a 15 de Dezembro, para o exercício das competências definidas nas alíneas a) e b) do artigo anterior;

B) De 15 a 31 de Janeiro, para o exercício da competência definida na alínea c) do mesmo artigo.

2 __ Extraordinariamente, sempre que convocada pelo presidente da sua mesa, por iniciativa deste, a requerimento da Comissão Executiva, da Direcção Nacional ou de um conjunto de associados não inferior à quinta parte do seu número.

3 __ Em caso de reunião a requerimento de associados, é necessária, para o funcionamento da assembleia, a presença de três quartos dos requerentes.

4 __ O presidente da mesa enviará ao presidente da Mesa da Assembleia Geral, à Direcção Nacional e à Direcção Executiva cópia das actas das reuniões nos oito dias seguintes à sua realização.

SECÇÃO III
Do Congresso

Artigo 23.º __ O Congresso é constituído pela totalidade das Instituições particulares de e para deficientes que sejam sócios da Associação e que estejam no pleno gozo dos seus direitos associativos.

Artigo 24.º __ Compete ao Congresso:

A) Designar, de entre os seus membros, os que, em cada exercício, constituirão o seu secretariado, e, em qualquer momento, revogar-lhes o mandato;

B) Apreciar e votar o relatório anual do Secretariado;

C) Colaborar no planeamento nacional e regional da reabilitação, a solicitação dos organismos a quem venham a ser cometidas as atribuições hoje genericamente prosseguidas pela Comissão Permanente de Reabilitação, das Direcções Nacional ou Executiva ou por iniciativa própria:

D) Contribuir, com o crédito da sua experiência, para a correcta definição das programações sectoriais decorrentes daquele planeamento;

E) Debater as sugestões, planos de actividades, carências de estruturas técnicas, financeiras, administrativas ou outras, apresentadas pelos seus membros;

F) Levar ao conhecimento dos Poderes Públicos, através da Direcção Executiva, a definição das necessidades comuns e próprias dos seus membros que entenda dever patrocinar e propor as consequentes acções de apoio e de fomento;

G) Promover, por parte dos seus membros, a adaptação de estruturas e de regimes de funcionamento e a adopção de métodos e de processos de trabalho, de acordo com directrizes e normas que vierem a ser definidas no planeamento da reabilitação;

H) Assegurar o cumprimento das propostas das Direcções Nacional e Executiva que lhe mereçam aprovação.

I) Ratificar as suas próprias deliberações e as do Secretariado, para os efeitos da alínea i) do artigo 32.º

Artigo 25.º O Congresso reúne:

1 __ Ordinariamente:

A) Bienalmente, de 2 a 15 de Dezembro, para o exercício da competência definida da alínea a) do artigo anterior;

B) De 15 a 31 de Janeiro, para o exercício da competência definida na alínea b) do mesmo artigo;

C) No segundo mês de cada trimestre, para apreciação do trabalho produzido pelo secretariado.

2 __ Extraordinariamente, sempre que, convocado pelo secretário-geral, por iniciativa deste, pelo Secretariado, a solicitação das Direcções Nacional ou Executiva ou a requerimento de um conjunto dos seus membros.

SECÇÃO IV
Da Direcção Nacional

Artigo 26.º __ A direcção Nacional, órgão máximo de gestão da Associação, é composta pelos presidentes das Comissões Executivas Distritais, pelos membros singulares da Direcção Executiva e pelos membros do Secretariado do Congresso.

Artigo 27.º __ Compete à Direcção Nacional:

A) Executar as deliberações da Assembleia Geral;

B) Representar a Associação em juízo ou fora dele;

C) Elaborar o relatório anual de actividades e submetê-lo, através da Direcção Executiva, à apreciação da Assembleia Geral;

D) Definir, dentro das orientações traçadas pela Assembleia Geral, as grandes linhas de actuação da Associação, dinamizar e coordenar a acção dos diversos órgãos executivos, estabelecer-lhes directrizes e fazê-las executar;

F) Requerer aos presidentes das mesas respectivas a convocação extraordinária da Assembleia Geral e das Assembleias Distritais;

G) Tomar conhecimento das deliberações das Assembleias Distritais e levar à apreciação da Assembleia Geral as que lhe não mereçam concordância;

H) Propor à Assembleia Geral a dissolução da Direcção Executiva e ou do Conselho Fiscal, ou a revogação do mandato de um ou mais dos membros destes órgãos;

I) Propor às Assembleias Distritais a dissolução das Comissões Executivas Distritais respectivas, a revogação do mandato de um ou mais membros deste órgão ou a do vogal distrital do Conselho Fiscal;

J) Deliberar sobre a prestação de apoios financeiros às Comissões Executivas Distritais, ou a outras comissões que hajam sido negados pela Direcção Executiva;

L) Convocar para as suas reuniões os delegados distritais, de órgãos de base ou de núcleo;

M) Propor à Assembleia Geral a filiação da Associação em organizações que prossigam fins de reabilitação;

N) Deliberar sobre qualquer outra matéria não inscrita nas esferas de competência própria de outros órgãos e utilizar todos os meios que integralmente exercitem os fins da Associação.

Artigo 28.º __ 1 __ O relatório anual de actividades, a que se refere a alínea c) do artigo precedente, dará conta do exercício específico da competência da Direcção Nacional, apreciará criticamente as acções desenvolvidas a nível distrital, integrará, no original, o relatório e contas da Direcção Executiva e o parecer do Conselho Fiscal e conterá, em anexo, o relatório do Secretariado aprovado já pelo Congresso.

2 __ Apenas o relatório e contas e o orçamento apresentados pela Direcção Executiva e o parecer do Conselho Fiscal estão sujeitos à votação de aprovação da Assembleia Geral.

Artigo 29.º __ 1 __ A Direcção Nacional é um órgão de funcionamento intermitente, reunindo:

A) Ordinariamente, no último mês de cada trimestre;

B) Extraordinariamente, sempre que convocada pelo seu presidente, pela Direcção Executiva, a requerimento de um terço dos seus membros distritais ou do Secretariado.

Artigo 30.º __ 1 __ Os presidente, 1.º vice-presidente, 2.º vice-presidente e secretário da Direcção Executiva são titulares dos correlativos cargos na Direcção Nacional.

2 __ A Direcção Nacional é representada pelo seu presidente.

3 __ Todos os restantes membros são vogais.

4 __ Os delegados distritais, de órgãos de base ou de núcleo podem tomar parte nas reuniões, quando convocados, não tendo, todavia, direito de voto.

SECÇÃO V
Da Direcção Executiva

Artigo 31.º __ 1 __ A Direcção Executiva, órgão central de gestão permanente da Associação, é composta por sete membros: presidente, 1.º vice-presidente, 2.º vice-presidente, tesoureiro, secretário e dois vogais.

2 __ A Direcção Executiva é representada pelo seu presidente.

3 __ O 2.º vice-presidente é um membro do Secretariado do Conggresso, designado nos termos da alínea b) do artigo 40.º

4 __ Os restantes membros são eleitos em Assembleia Geral, de acordo com a alínea b) do artigo 18.º

Artigo 32.º __ 1 __ Compete à Direcção Executiva:

A) Executar as deliberações da Assembleia Geral e da Direcção Nacional;

B) Representar a Associação em termos idênticos aos da Direcção Nacional sempre que este órgão não estiver reunido, em juízo ou fora dele;

C) Elaborar o seu relatório e contas, o orçamento previsto para o ano imediato e, com o parecer do Conselho Fiscal, submetê-los à apreciação da Direcção Nacional e à aprovação da Assembleia Geral;

D) Levar a Assembleia Geral, para apreciação, o relatório de actividades da Direcção Nacional;

E) Gerir as actividades e os serviços centrais da Associação e garantir a coordenação das acções das Comissões Executivas Distritais, dentro das orientações traçadas pela Assembleia Geral e das linhas programáticas de actuação definidas pela Direcção Nacional;

F) Enviar ao Congresso e ao Secretariado propostas de actuação e submeter-lhes à apreciação matérias da sua competência;

G) Convocar a Assembleia Geral e solicitar à Direcção Nacional, fundamentadamente, a convocação de qualquer Assembleia Distrital;

H) Convocar a Direcção Nacional, por iniciativa própria ou a requerimento do Secretariado;

I) Devolver ao Secretariado ou ao Congresso as deliberações destes órgãos que lhe não mereçam concordância, fundamentando devidamente as razões da posição assumida;

J) Executar as deliberações do Secretariado e as do Congresso por este órgão ratificadas, nos termos da alínea i) do artigo 24.º, fazendo-o todavia em nome expresso do Congresso;

L) Nomear delegados distritais;

M) Administrar os fundos centrais da Associação e manter sob sua responsabilidade os bens e valores que não estejam confiados às Comissões Executivas Distritais;

N) Assistir financeiramente às Comissões Executivas Distritais e às outras comissões;

O) Assegurar os serviços administrativos centrais, preparar e guardar o expediente e o arquivo da direcção nacional;

P) Criar comissões técnicas e grupos de trabalho que possibilitem uma formulação autorizada de posições próprias nos mais diversos domínios;

Q) Propor à Direcção Nacional a filiação em organizações internacionais que prossigam fins de reabilitação;

R) Utilizar todos os meios, ressalvados os que se inscrevam nas esferas de competência própria dos órgãos deliberativos e dos demais órgãos de gestão, que, integralmente, exercitem os objectivos da Associação.

2 __ A Direcção Executiva tem, para o distrito de Lisboa, a competência que o artigo 36.º atribui às Comissões Executivas Distritais.

3 __ Nos distritos onde não estejam ainda em funcionamento as Comissões Executivas Distritais, caberá à Direcção Executiva a competência que o mesmo artigo atribui a estas.

Artigo 33.º __ A Direcção Executiva vincula-se e vincula validamente a Associação, para os efeitos consignados no artigo 32.º, pela assinatura de dois dos três membros que designar, salvo o disposto no n.º 1 do artigo 46.º

Artigo 34.º __ 1 __ Os delegados distritais a que se refere a alínea l) do artigo 32.º são representantes mandatados da Direcção Executiva para, em cada distrito, pela divulgação dos objectivos da Associação, sensibilizarem e motivarem deficientes e não deficientes em torno daqueles objectivos e promoverem a sua inscrição como sócios.

2 __ Quando o número de associados no distrito o justificar, o delegado distrital convocará uma reunião geral de sócios, que, verificados os seus poderes, se constituirá em Assembleia Distrital.

3 __ Com a eleição da mesa da Assembleia Distrital, o delegado cessa todas as suas funções.

SECÇÃO VI
Das Comissões Executivas Distritais

Artigo 35.º __ As Comissões Executivas Distritais, órgãos de gestão permanente a nível distrital, são compostas por cinco membros: presidente, vice-presidente, tesoureiro, secretário e vogal.

Artigo 36.º __ Compete à comissão executiva, no seu distrito:

A) Executar as deliberações da Assembleia Geral e da sua assembleia distrital e as directrizes e os programas de actuação definidos pela Direcção Nacional, adaptando-os, criteriosamente, às realidades regionais;

B) Representar a Associação, nos termos e para os efeitos deste artigo, em juízo ou fora dele;

C) Elaborar o relatório e contas da gerência, e, conjuntamente com o parecer do vogal distrital do Conselho Fiscal, submetê-los à aprovação da assembleia distrital, bem como o orçamento previsto para o ano imediato, e enviá-los à Direcção Nacional;

D) Promover e patrocinar iniciativas e actividades de natureza educativa, profissional, social, cultural, desportiva e outras, podendo para tal celebrar contratos, constituir e ser parte em cooperativas, sociedades ou outras formas de organização;

E) Convocar a Assembleia Distrital e a Direcção Nacional, sendo nesta representada pelo seu presidente;

F) Nomear delegados para as zonas que as particularidades de cada distrito determinem __ concelhias, pluriconcelhias, de freguesia, agrupando várias freguesias ou quaisquer outras __, em vista da constituição de órgãos de base nestas áreas;

G) Nomear delegados para centros de reabilitação, centros de avaliação ou formação profissional, lares, fábricas, escolas, em vista da constituição nestas organizações de núcleos da Associação;

H) Apoiar os órgãos de base e os núcleos e assisti-los financeiramente;

I) Administrar os fundos distritais da Associação e manter sob sua responsabilidade os bens e valores que lhe estejam confiados;

J) Assegurar os serviços administrativos distritais, organizar a cobrança das quotas e enviar à Direcção Executiva a parte que aos fundos centrais competir.

L) Utilizar todos os meios, ressalvados os que se inscrevam nas esferas de competência própria dos órgãos deliberativos e dos demais órgaos de gestão, que integralmente exercitem os fins da Associação.

Artigo 37.º __ Aos delegados aos órgãos de base ou aos núcleos a que se referem as alíneas f) e g) do artigo 36.º são conferidas as atribuições, transpostas para as respectivas escalas, que o n.º 1 do artigo 34.º consagra para os delegados distritais.

Artigo 38.º __ A reunião geral dos sócios dos órgãos de base e a reunião geral dos sócios dos núcleos elegem comissões de gestão, ou outras estruturas congéneres, às quais competem:

A) Divulgar os objectivos da Associação e as suas linhas programáticas de orientação e actuação e exercitar aqueles e estas;

B) Mobilizar e estimular a participação dos deficientes em torno dos objectivos unitários da Associação;

C) Conhecer, definir e propor soluções para os problemas dos deficientes que, em termos regionais ou locais, assumam carácter específico;

D) Sensibilizar as mais amplas camadas da população, os órgãos da administração local, as empresas públicas, nacionalizadas e privadas e os órgãos de imprensa regional para a problemática geral dos deficientes;

E) Integrar-se nas estruturas das organizações populares de base e fomentar a participação nestas dos deficientes em geral;

F) Promover sessões de esclarecimento;

G) Organizar e assegurar a cobrança das quotas nas suas áreas de actuação e enviar à Comissão Executiva Distrital respectiva a parte que lhe competir;

H) Exercer as demais funções que lhe sejam cometidas pelos órgãos deliberativos e executivos competentes da Associação.

SECÇÃO VII
Do Secretariado do Congresso

Artigo 39.º __ O Secretariado, órgão de gestão permanente do Congresso, é constituído por cinco instituições anualmente eleitas por este órgão.

Artigo 40.º __ Compete ao Secretariado:

A) Representar o Congresso na Direcção Nacional;

B) Designar, de entre os seus membros, um secretário-geral, que, nos termos das inerências definidas no n.º 3 do artigo 31.º e no n.º 1 do artigo 30.º, exercerá os cargos de 2.º vice-presidente das Direcções Executiva e Nacional, a instituição que, nos termos da inerência, definida no n.º 2 do artigo 41.º, exercerá o cargo de 1.º vogal do Conselho Fiscal, e um membro que substituirá, para todos os efeitos, o secretário-geral nas suas faltas e impedimentos;

C) Submeter ao Congresso o seu relatório anual e enviá-lo às Direcções Nacional e Executiva;

D) Convocar o Congresso;

E) Assegurar, em termos gerais e nos termos deste estatuto, a necessária ligação entre o Congresso e os órgãos executivos da Associação;

F) Requerer à Direcção Executiva a reunião extraordinária da Direcção Nacional;

G) Promover a participação dos membros do Congresso em comissões técnicas e grupos de trabalho constituídos no âmbito da Associação e em comissões oficiais onde esta tenha assento.

Secção VIII
Do Conselho Fiscal

Artigo 41.º __ 1 __ O Conselho Fiscal é composto por três membros, presidente, 1.º vogal e 2.º vogal.

2 __ O 1.º vogar é um membro do Secretariado do Congresso designado nos termos de alínea b) do artigo 40.º

3 __ Os dois restantes membros são eleitos em Assembleia Geral.

Artigo 42.º __ Haverá, em cada distrito onde se haja constituído a assembleia distrital, um vogal distrital do Conselho Fiscal dotado de competência aferidamente idêntica à deste órgão.

Artigo 43.º __ Compete ao Conselho Fiscal:

Continua na pág. 14

Nacional

EM ALVALADE-SADO

Agrário escolhe reserva, M.A.P. consente

Trabalhadores rurais da cooperativa do Carvalhal, integrada na «União Seara Vermelha», em Alvalade — Sado, descreveram ontem em conferência de Imprensa a forma como o Governo decidiu entregar a primeira reserva no distrito de Setúbal. Segundo os trabalhadores tudo se passou «em completo desrespeito com a Constituição, em completa contradição com os compromissos assumidos pelo Governo no seu «Plano». Aliás esta prática não é inédita, nem sequer exclusiva, para o distrito de Setúbal. Pois a política do ministro António Barreto (reservas, desanexações, divisões e corte de crédito) tem mantido numa linha coerente de actuação. Começou com a Lobata e daí para a frente foi igual a si própria. Também os trabalhadores do Carvalhal não foram consultados. Também os técnicos da Comissão de Gestão transitória do Regadio dos Perímetros de Campilhas e Alto Sado se fizeram acompanhar por um forte dispositivo de forças da GNR quando foram marcar a reserva.

Enquanto o eng.º Baltazar, funcionário do MAP, procedia à marcação da reserva «a reacção local aguardava a todo o momento o desencadear da repressão sobre os trabalhadores, apetite aguçado pelo aparato das forças da GNR e pelas repetidas passagens sobre a região de aviões de transporte de tropas» — afirmaram os trabalhadores.

Um flagrante da conferência de Imprensa de ontem

Aliás o processo da entrega da reserva tinha-se iniciado em 10 de Janeiro quando a C.G.P.R. de Campilhas e Alto Sado enviou um ofício à cooperativa no qual se transcrevia o teor de um despacho do Secretário de Estado da Estruturação Agrária que determinava o prazo de dez dias para a cooperativa abandonar a área pertencente ao rendeiro António Augusto Banza. A cooperativa respondeu ao ofício expondo as razões por que não reconhecia o direito de reserva ao referido rendeiro. Os trabalhadores, no entanto, estavam dispostos a entregar a reserva, só que discordavam da localização da mesma. O reservatório escolheu a reserva no centro da cooperativa — numa terra que funciona como ponto de passagem para pessoas e gados. Por outro lado abrange todas as instalações da cooperativa. Esta fica sem nada. Nem sequer uma barraca para servir de escritório na área social da herdade. Ainda mais: o reservatário exige que lhe seja marcada a reserva só na área de sequeiro. A cooperativa achava justo que a reserva devia abarcar uma área equilibrada de sequeiro e regadio. Os trabalhadores justificam a sua posição argumentando que a entrega de reserva só em terras de sequeiro ia colidir com a viabilidade económica da cooperativa pois desequilibrava a exploração pecuária. A cooperativa do Carvalhal possui uma área de 120 hectares de regadio e 730 de sequeiro. Como a pontuação atribuída ao sequeiro é muito menor que a atribuída ao regadio, o reservatário vai portanto tirar à cooperativa uma área de sequeiro fundamental para o seu equilíbrio económico.

Os trabalhadores escreveram ao MAP e este departamento estatal não respondeu. Os trabalhadores conheceram a resposta no dia 15 de Fevereiro quando uma força da GNR surgiu na cooperativa. Entretanto os reaccionários de Alvalade — Sado, no dia 14 de Fevereiro, andavam a comentar nos cafés da vila que a GNR ia ocupar a cooperativa, agredir os trabalhadores e prender meia dúzia deles». Os trabalhadores concluíram que a «operação» se preparou nas suas costas «mas com o conhecimento de toda a reacção local». Em face desta situação os trabalhadores decidiram reclamar junto dos órgãos do poder a fim do Governo tomar uma posição justa e proceder em conformidade com a Lei.

PROMOTOR SOBRE JULGAMENTO DE "PIDES"

"Isto é confrangedor'

«Não vi nada, não sei nada, nunca ouvi dizer nada! Isto é confrangedor» — comentou ontem o promotor de Justiça do 5.º Tribunal Militar de Lisboa, no julgamento do ex-«pide» motorista Manuel Alves Casacão.

O desabafo do major Fernando Roberto referia-se ao facto de quase todos os agentes da P.I.D.E. que têm sido julgados nos Tribunais negarem ter conhecimento das actividades criminosas daquela polícia política, atitude que o réu ontem julgado imitou. Graças a isso foi condenado em 10 meses de prisão que, com alguns perdões ao abrigo de disposições legais e descontando o tempo de prisão preventiva sofrida, se traduzirão em mais dois meses e oito dias de cadeia.

O Casacão tinha entrado para a P.I.D.E. em 1971 como motorista, depois de ter estado na PSP e de ter sido trabalhador rural.

No tribunal afirmou repetidamente que nunca transportara presos, nem participara em buscas, nem sequer sabia nada sobre torturas. Palavras que levaram o promotor de Justiça a afirmar: «Todos se apresentam aqui como se viessem de mãos lavadas. Se algum dia a P.I.D.E. tiver uma estátua (...) terá de aparecer com uma venda nos olhos e uma rolha em cada um dos ouvidos».

«BUFO» JULGADO EM COIMBRA

Em Coimbra, no respectivo Tribunal Militar foi julgado o informador Aníbal Antunes Cortez, motorista de táxi, que desde 1973 até ao 25 de Abril deu informações gratuitas à polícia política do fascismo. Condenado em 15 meses de prisão, recorreu da sentença para o Supremo Tribunal Militar.

O Cortez encontrava-se ligado à emigração clandestina e prestava denúncias sobre actividades dos portugueses no estrangeiro, sobretudo em França e no Luxemburgo.

POR DECISÃO DO CONSELHO DE MINISTROS

Novo complexo siderúrgico integrado em Sines

Feita uma análise técnica ao Plano Siderúrgico Nacional, resultou uma acção alternativa com diferentes opções de política industrial e tecnológica. Em consequência, o Conselho de Ministros, pela resolução n.º 40/77, aponta para que «seja considerada no Plano Siderúrgico Nacional a solução alternativa que prevê a expansão da fábrica do Seixal em produtos longos e a criação de um novo complexo siderúrgico para produtos planos em Sines, ambos servidos por um novo terminal mineraleiro em Sines».

Defende também uma das alíneas da resolução que «numa perspectiva de integração europeia e de economia de divisas se estabeleçam negociações com vista à celebração de acordos de trocas de produtos siderúrgicos permitidas pelas novas capacidades instaladas».

O local da peletização do ferro de Moncorvo é também objecto da resolução do Conselho de Ministros, Textualmente:

. «Que, baseando-se o abastecimento de qualquer dos complexos siderúrgicos do Seixal e de Sines na utilização do minério de Moncorvo, seja analisada em detalhe a localização mais conveniente das instalações de peletização do concentrado deste minério e apresentados os resultados desta análise até 31 de Março de 1977, com vista a uma decisão governamental.»

. «Na análise da solução a reter para este problema», prossegue a mesma alínea da resolução do Conselho de Ministros, «à parte condicionantes de ordem técnica, que devem ser explicitamente estudadas, atribui-se, em termos de política de desenvolvimento industrial, prioridade à localização em Moncorvo.»

. Também o problema das infra-estruturas ferroviárias é objecto da resolução que incumbe «o ministro dos Transportes e Comunicações de apresentar urgentemente ao Conselho de Ministros proposta de resolução relativa à realização dos novos empreendimentos ferroviários de apoio ao P. S. N. (Poceirão-Sines, Pocinho-Vila Franca das Naves e Moita-Seixal)».

A solução que aponta para a criação deste novo complexo siderúrgico integrado em Sines, que «é complementar da expansão prevista para a fábrica da Maia», integra-se, segundo o articulado da resolução, «no Programa do Governo e permite um arranque muito mais suave — necessidade de 10 milhões de contos, em vez de 28, até ao fim de 1980 — e confere ao País uma infra-estrutura siderúrgica que não está limitada a cerca de quatro milhões de toneladas de aço por ano, como na solução inicial».

António Barreto deu garantias aos "investidores estrangeiros"

O ministro do Comércio e Turismo e da Agricultura e Pescas, António Barreto, afirmou, durante a sua participação na reunião consultiva da EFTA, que «é a Europa ocidental no seu conjunto que nos interessa» e assegurou que há já «negociações sérias» com os capitalistas estrangeiros. Estes têm agora — disse — «as garantias e as condições favoráveis para as suas actividades».

O titular da pasta da Agricultura diria, por outro lado, à sua chegada ontem a Lisboa, que é «cada vez mais relevante a possibilidade de cooperação entre as empresas portuguesas e os nossos *amigos europeus*, que ficaram bastante satisfeitos com um certo número de notícias sobre a evolução da situação em Portugal».

Ainda no seu discurso, em Estocolmo, o ministro António Barreto anunciou a cessão da intervenção do Estado em cerca de 400 empresas e o pagamento de indemnizações a capitalistas e accionistas do sector nacionalizado, além de ter previsto novos diplomas legislativos sobre a Reforma Agrária e o sistema geral de preços. (Registe-se, a propósito, que a CAP, em conferência de Imprensa efectuada ontem, anunciou já não estar interessada nas reservas mas sim na revisão da Lei das Expropriações).

O ministro referiu ainda que o Governo quer «reforçar os laços com a CEE, sem reduzir as relações com os países da EFTA».

SOUTO CRUZ SOBRE DESCOLONIZAÇÃO

Inoportuno julgar o que cabe à História

«Este não é o momento oportuno para fazer julgamentos de que a história se encarregará», afirmou ontem Souto Cruz à entrada para o Conselho da Revolução, a propósito das iniciativas parlamentares do deputado Galvão de Melo.

Afirmou ainda e sobre o mesmo tema o chefe do Estado Maior da Armada: «Acho prematuro estar a acusar pessoas intervenientes no processo de descolonização, que actuaram da melhor forma possível nas circunstâncias então existentes».

A propósito da sua recente visita aos Açores, Souto Cruz referiu-se ao problema do separatismo açoreano considerando-o como resultado das acções de uma minoria activa, mas muito restrita.

Como remédio Souto Cruz apontou a necessidade «de dar força ao Governo Regional e criar nas ilhas um clima de prosperidade, destruir do separatismo nascente, que pode ser rapidamente empolado», salientando ainda ser preciso «evitar que a situação actual descambe numa nítida contestação do Governo Regional».

O chefe do Estado Maior da Armada debruçou-se, a pedido dos jornalistas, sobre a última reunião do Conselho da Revolução e a disparidade existente entre as suas declarações e aos do general Vasco Lourenço sobre a Brigada NATO, considerando o comunicado final da reunião como «análise objectiva» das afirmações produzidas e um contributo para a eliminação de equívocos e o esclarecimento da opinião pública.

António Celeste deu posse à direcção da Casa do Douro

PORTO, 17 — O secretário de Estado do Comércio Externo, dr. António Celeste Conferiu, ontem, na Casa do Douro, na Régua, posse aos elementos eleitos recentemente para presidir à direcção daquele organismo, assim constituídos: Mesquita Montes, Santos Silva, e António Veríssimo, em tempo inteiro, e por José Ribeiro e Donas Boto, em representação do Conselho Regional Agrário e da União das Adegas, respectivamente.

No decorrer da cerimónia, o dr. António Celeste, dirigindo-se aos empossados, aludiu à responsabilidade dos mesmos, conjuntamente com a lavoura duriense, na elaboração do projecto do estatuto definitivo da Casa do Douro, a apresentar ao Governo e que «se deseja venha a congregar em associação livre, os cerca de 28 mil lavradores do Douro».

O secretário de Estado do Comércio Externo esteve também em Amarante, nas Indústrias Tabopan onde se inteirou de vários problemas que afectam a exportação nacional de aglomerados de madeira.

S.E.C.S. suspendeu "Diário do Sul"

O «Diário do Sul» (Évora) foi suspenso por determinação da Secretaria de Estado da Comunicação Social.

O jornal desde Março de 1975 que era dirigido por uma Comissão de Trabalhadores.

No ofício enviado pela Secretaria de Estado da Informação, afirma-se (segundo os trabalhadores) que o jornal não passava de «uma publicação clandestina».

"Página Um" em semanário

Com vinte e seis páginas, saiu hoje sob a forma de semanário o jornal «Página Um», dirigido pelo advogado Jorge Fagundes.

Por razões de ordem financeira, aquele matutino passará durante um mês a ser publicado apenas às quintas-feiras, prevendo-se que, terminado aquele prazo, volte à saída diária.

Em S. PEDRO DE MUEL o DIARIO DE LISBOA vende-se no CAFÉ CENTRAL

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

EDITAL N.º 6/77

Faz-se saber que os veículos abaixos indicados e que se encontram depositados nos depósitos da 1.ª Repartição — Armazéns e Imprensa Municipal, na Avenida 24 de Julho, 171, serão vendidos em hasta pública conforme o preceituado no Decreto-Lei n.º 57/76, se os seus proprietários os não levantarem no prazo de noventa dias a contar da data do presente edital.

Os interessados ficarão responsáveis pelo pagamento dos encargos legais estabelecidos.

Nomes dos proprietários	Locais donde foram retirados os veículos	Matrículas
Cristóvão António Vieira de Arrochela Robo	Rua Aliança Operária	IF-74-03
José Maria Granho Bugia	Rua Guilherme Faria	EI-16-20
Francisco Borges Cardoso	Rua Martins Sarmento	HB-19-35
Ignorado	Largo da Calçada da Quintinha	IGNORADA
Ignorado	2.ª Rua Particular à Calçada da Quintinha	IGNORADA
Ignorado	Bairro da Prodac ao Vale Fundão	IGNORADA
Ignorado	Rua Cidade de Carmona	IGNORADA
Ignorado	Rua de S. Bento	IGNORADA
Ignorado	Campo de Santa Clara	IGNORADA
Ignorado	Azinhaga da Fonte do Louro	IGNORADA

Paços do Concelho de Lisboa, 8 de Fevereiro de 1977

O PRESIDENTE
Aquilino Ribeiro Machado

O GRANDE MANGUITO ÀS TRISTEZAS DESTE CARNAVAL!

A PARODIA

A REVISTA MAIS ELOGIADA PELA CRÍTICA NOS ÚLTIMOS ANOS

VENHA RIR COM

ANABELA • ERMELINDA DUARTE
MAGDA CARDOSO
FRANCISCO NICHOLSON
HENRIQUE VIANA

À FRENTE DE UM ELENCO SENSACIONAL

ADÓQUE teatro
NO MARTIM MONIZ · TEL 87 44 76

DUAS SESSÕES À NOITE
ÀS 20.30 E 22.30
MATINÉES AO DOMINGO
ÀS 16 HORAS

SANDOKAN
AO VIVO
E MUITO «VIVO»
COM O HENRIQUE VIANA

(NÃO ACONSELHÁVEL A MENORES DE 18 ANOS)

Livraria SEARA NOVA

Sexta-feira, dia 18, pelas 18.30 h
LEITURA DE POEMAS DE

NO REINO DE CALIBAN

Por Armando Caldas
Com a presença de

MANUEL FERREIRA

Que falará sobre a Poesia Africana de Expressão Portuguesa

NA

LIVRARIA SEARA NOVA
R. CONDE REDONDO, 38-A

Trabalho

Supermercados Ulmar (Leiria): arrancados da falência pelos trabalhadores

Federação do Comércio alerta para perigo das "desintervenções"

Os trabalhadores das empresas sob intervenção do Estado vão reunir, em Encontro Nacional, no próximo sábado, nas instalações do Instituto Superior Técnico. No encontro que terá o apoio da C. G. T. P. — Inter, será feita análise das sucessivas medidas de «desintervenção» a que os ministérios de tutela têm vindo a proceder, das consequências que delas poderão advir para as muitas dezenas de milhares de trabalhadores das intervencionadas e das medidas eventualmente a tomar para fazer face a situações que se antevêem e que os trabalhadores justamente receiam. Bastará lembrar a maneira arrogante e revanchista que alguns patrões sabotadores põem como condição para o seu regresso a empresas que em muitos casos deixaram à beira do caos. Condições que envolvem despedimentos em massa, sendo obviamente os primeiros atingidos aqueles trabalhadores que mais activamente lutaram pela manutenção dos postos de trabalho: delegados sindicais e membros de comissões de trabalhadores. Por outro lado, existem legítimas dúvidas quanto às intenções de alguns ex-patrões. Estarão eles dispostos a dinamizar empresas que em muitos casos pura e simplesmente abandonaram, ou em hipotecá-las a curto prazo? Opondo-se àquilo que consideram como «a precipitação do Governo», os trabalhadores preparam o seu encontro de sábado, aguardado com grande expectativa.

COMÉRCIO TOMA POSIÇÃO

Entre os documentos mais significativos surgidos à roda da «desintervenção» palavrão que, de súbito passou a figurar no vocabulário do quotidiano, figura aquele que foi distribuido recentemente pela Federação Nacional dos Trabalhadores do Comércio «sobre o significado e as consequências das desintervenções estatais».

Nele se afirma: «O sector económico constituido pelas empresas intervencionadas ou sob gestão dos trabalhadores, cuja dimensão — 260 empresas intervencionadas com mais de 60 mil trabalhadores e cerca de 700 cooperativas e empresas em autogestão — representa um forte contributo ao controlo que o Estado hoje pode ter, sobre a maior parte da económico constituído pelas plano da formação bruta do capital fixo — mais de 50 por cento do total — quer no campo do emprego — cerca de 20 por cento dos trabalhadores assalariados — quer ainda no campo da liquidação definitiva das actividades monopolistas no nosso País. Em termos de um cada vez mais necessário planeamento económico de carácter imperativo, este sector contribui com grande peso para o preenchimento das condições que o levem à prática».

O perigo — conforme denuncia o texto da Federação do Comércio reside na mobilização por parte das forças do capital nacional e internacional com vista à recuperação de empresas ou de sectores donde os seus representantes ou fugiram ou foram expulsos. No caso dos sectores grossista e retalhista — adianta o documento — confirma-se a intensificação da frente de ataque do capital, com sólido e franco apoio do Governo. Apoio este que é pontual e exaustivamente comprovado na análise feita pela Federação do Comércio.

SUPERMERCADOS

São referidos, entre outros os casos dos Supermercados Integrados — Pão de Açucar, A. C. Santos, Nutripol, e Boa Ajuda, Modelar, em Lisboa, Setúbal, Aveiro e Porto, onde os trabalhadores lutam contra o regresso da multinacional brasileira Pão de Açucar e o restabelecimento dos métodos repressivos, da sabotagem económica, dos baixos salários, dos turnos violentos, da monopolização do mercado. Nos Supermercados Bombarato, luta-se contra os despedimentos dos trabalhadores que, precisamente, mais combateram a corrupção e a sabotagem. Nos Superpraça-Expresso e nos Invictos-Modelo (Porto e Lisboa), a luta é pela abolição da gestão capitalista, não interrompida com a nacionalização da Banca, e pela integração destas unidades num plano coordenado das actividades dos supermercados no abastecimento de bens essenciais às populações. Na Sociedade Abel Pereira da Fonseca, há que evitar que a solução a ser adoptada conduza de novo a empresa ao papel de motor da especulação no sector vinícola, ao mesmo tempo que é necessário garantir os postos de trabalho (500) nas 61 lojas «Val do Rio». Na Ulmar (Leiria e Pombal) os 90 trabalhadores que arrancaram da falência três grandes centros de abastecimento lutam pela consolidação da empresa e pelo aumento dos postos de trabalho.

O documento da Federação do Comércio cita ainda outros casos em que os trabalhadores são sujeitos aos mais variados e violentos ataques: suspensões, despedimentos, ameaças de falência, incumprimento dos contratos colectivos, sabotagens e fraudes. Nos sectores alimentar, grossista e retalhista, tais arbitrariedades ocorrem na Pracel (no Centro do País), na Ribacal e na C. A. P. L. A. S., no Alentejo e na margem Sul do Tejo. No sector da comercialização de produtos não alimentares existem situações idênticas nos Estabelecimentos Cancela, J. J. Gonçalves, Dardo, Carlos Fidalgo e outros. Entretanto, o que se pasa na Ribacal é referido em mais pormenor: «o respectivo gestor, homem forte da CAP, à medida que via os intermediários a pressionar o Governo para o recente aumento do preço da batata, contribuía à sua maneira para que tal acontecesse rapidamente, retirando da circulação milhares de quilos de batatas que guardava na sua propriedade particular».

De acordo com as conclusões da Federação do Comércio, tais «situações visam abertamente a reinstauração geral de formas económicas capitalistas, o livre exercício da exploração e da repressão de milhares e milhares de trabalhadores». Por isso, a Federação exorta os trabalhadores do comércio das empresas intervencionadas a fazerem-se representar no plenário de sábado, no Técnico: «há que fazer discutir por todos as perspectivas que enfrentamos e que formas de luta unitária temos que levar à prática; temos que conhecer bem as empresas onde trabalhamos; o controlo operário tem de ser reforçado e entendido por todos. Temos que o reforçar e alargar a cada vez mais empresas; temos que o tornar um facto consumado, uma conquista irreversível».

Trabalho

PS propõe à Assembleia alterações ao "seu" sistema de cobrança das quotizações

O grupo de deputados do PS apresentou à Assembleia da República um projecto de lei prevendo a possibilidade de se proceder à cobrança das quotas sindicais segundo acordo entre as associações patronais e os sindicatos.

O projecto admite a possibilidade das entidades patronais continuarem a descontar as quotizações nos salários dos empregados sindicalizados, sendo necessário uma declaração individual do trabalhador nesse sentido.

As soluções propostas apontam em sentido bem diverso de um diploma aprovado pelo Governo, que não chegou a ser promulgado pelo Presidente da República, no qual se afastava qualquer possibilidade de, por acordo entre as partes, se alterar o sistema de cobrança anteriormente decretado e que onerava os sindicatos. Recorde-se que este sistema mereceu franca oposição das organizações sindicais e dos trabalhadores, por ser visível a intenção de enfraquecer o Movimento Sindical.

Aliás, chegou a ser pedida a declaração da inconstitucionalidade daquele decreto.

A cobrança das quotizações coube, durante muito tempo, às entidades patronais. Durante o fascismo, ela era imposta como consequência do princípio da filiação obrigatória nos «sindicatos nacionais». Posteriormente ao «25 de Abril» os trabalhadores, na frente da negociação dos contratos colectivos, impuseram muitas vezes um clausulado favorável aos sindicatos, entretanto reconquistados, obrigando as entidades patronais a liquidar, cobrar e remeter as quotas às associações sindicais. O sistema ficou consagrado na Lei Sindical, numa altura em que a orientação do Ministério do Trabalho era inequivocamente favorável à organização e aos interesses dos trabalhadores.

Utilizando argumentação contraditória, o Governo, no final do ano passado, entendeu desonerar os patrões daquele encargo, decretando, sem prévia audição dos trabalhadores, um novo sistema de responsabilização dos sindicatos. Estes, contestando tal disposição, continuaram a admitir a possibilidade de se fazer em sentido diverso; consoante o estipulado em convenções colectivas.

Coincidindo com as posições então expressas pela CIP, o Governo aprovou, mais tarde, um diploma em que se afastava em absoluto tal possibilidade. O decreto levantou uma onda de protestos em todo o País e não chegou a ser promulgado.

No projecto agora apresentado o PS recua, portanto, em relação às intenções que quis pôr em prática, num momento em que o Congresso dos Sindicatos, então em preparação, ainda se não tinha realizado e se encontrava sob fogo cerrado do grupo de direcções sindicais divisionistas da «Carta Aberta», que actuavam em sentido paralelo ao do Governo.

CONTROLO OPERÁRIO

O Governo apresentou à Assembleia uma proposta de lei regulamentando o processo de eleição das comissões de trabalhadores e o controlo de gestão. Por absoluta falta de espaço só amanhã daremos conta do teor do documento.

EM LUTA PELO CONTRATO

Têxteis pararam hoje

— patronato irredutível, trabalhadores também

Os trabalhadores têxteis de todo o país efectuam hoje uma paralisação que começou às 0 horas, como forma de pressionar as entidades patronais a cessar o boicote às negociações do C.C.T. único e vertical do sector.

Esta manhã, havia já em Lisboa a informação de que em fábricas do distrito do Porto se registara uma adesão de 100 por cento entre os trabalhadores dos turnos da noite. Durante a paralisação, os trabalhadores permanecerão nos seus postos de trabalho, aproveitando o dia para realizar uma jornada de debate dos problemas do sector.

Os principais pontos de divergência entre a comissão negociadora sindical e os representantes das associações patronais são a vigência do C.C.T.U.V. em negociação, a data dos efeitos retroactivos e a permanência de conquistas alcançadas em contratos anteriores no C.C.T.U.V. em discussão. Relativamente à vigência, ela está estipulada em um ano no projecto apresentado pelos trabalhadores, tendo estes aceitado os 18 meses determinados pelo decreto-lei publicado posteriormente, com a salvaguarda de que se entretanto sair legislação mais favorável aos trabalhadores, o período de vigência do C. C. T. U. V. será de acordo com ela. O patronato não aceita esta última cláusula. Quanto à data do início dos retroactivos, a C. N. S. fixou-se primeiro em 1 de Outubro, cedendo depois até 1 de Janeiro, enquanto as associações patronais apontaram o dia 1 de Fevereiro. Os representantes do patronato recusam-se ainda a manter no texto do C.C.T.U.V. em discussão, direitos que os trabalhadores conquistaram em contratos anteriores depois de luta árdua. Entre esses direitos, conta-se por exemplo, a concessão de uma hora diária às mães trabalhadoras, para prestar assistência aos filhos de tenra idade.

As negociações, que afectam cerca de 300 mil trabalhadores, chegaram a um impasse, que não foi ultrapassado na reunião que ontem durou todo o dia, no Ministério do Trabalho. Hoje, deverá efectuar-se nova reunião no MT, entre os representantes dos trabalhadores e do patronato. No caso de também esta ser infrutífera, os trabalhadores voltarão à forma de luta que vêm praticando desde o dia 8, com paralisações de uma hora no início de cada turno e de 15 minutos de duas em duas horas. Amanhã, sábado e domingo, os trabalhadores reunirão em plenários que decorrerão por todo o país, sendo a ordem de trabalhos, o ponto da situação e o estabelecimento de novas formas de luta. O plenário promovido pelo Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Sul, está marcado para o próximo domingo, às 15 horas, no Instituto Superior Técnico.

ELEIÇÕES NOS BANCÁRIOS

Lista D (unitária) propõe-se revitalizar vida sindical

«O nosso projecto propõe-se arranjar forma de mobilizar todos os trabalhadores à participação activa dentro da vida sindical» e «necessitará de congregar todos os bancários para que o sindicato volte a ter as tradições de luta que teve no passado defendendo os seus interesses e também ao lado dos outros trabalhadores em defesa do movimento sindical unitário» — afirmaram, esta manhã em conferência de imprensa, os componentes da lista D, candidata às eleições para os corpos gerentes do Sindicato dos Bancários da Zona Sul e Ilhas, a realizar no dia 12 de Março.

Antes de fazerem a apresentação do seu programa, os componentes daquela lista, unitária e englobando «sindicalistas que tiveram algumas divergências no passado mas conseguiram ultrapassá-las para a defesa mais larga de todos os outros trabalhadores», recordaram que «dentro do nosso sindicato vive-se uma situação de imobilismo e desde há muitos meses que o sindicato está parado».

No programa, depois de uma introdução («as eleições para o nosso sindicato surgem numa fase particularmente difícil e complexa do processo democrático, em que os trabalhadores portugueses são obrigados a organizar-se para a luta em defesa das conquistas já alcançadas»), destaca-se um capítulo sobre «A economia portuguesa e o papel dos trabalhadores bancários.

Concretamente sobre a necessidade da reestruturação da banca nacionalizada, o programa da lista D assinala que «a existência de um sistema bancário é uma necessidade social por ser um centro dinamizador da actividade económica, daí a luta que se desenvolve pela sua posse e controlo».

No entanto, de acordo com o texto, « o facto de a banca estar nacionalizada não resolve, por si só, a questão do apoio a uma economia ao serviço dos trabalhadores», pois isso mesmo aconteceria em França com o sector da banca nacionalizado, que está , afirma-se, «ao serviço dos monopólios franceses e internacionais».

Essa razão por que se faz ressaltar no documento agora apresentado por este grupo de bancários, o papel dos bancários no processo produtivo da economia, afirmando que «o nosso isolamento teria como consequência o enfraquecimento da capacidade de luta das massas trabalhadoras». E, como conclusão, «impõe-se , portanto, reestruturar a banca nacionalizada», para o que a lista D, propõe a existência de «um órgão permanente que se ocupe da elaboração das propostas de transformação do sistema bancário bem como pela sua concretização».

Sobre as fusões em curso, afirma-se neste programa que «é necessário ter consciência que seriam do interesse dos próprios capitalistas, se por aí se ficasse, quanto mais não fosse por questões de rentabilidade». Essa a razão que leva a serem adiantados alguns dos objectivos a atingir para evitar a reprivatização da banca: «controlo do crescimento da economia, e possibilidade de o sistema bandário nacionalizado vir, progressivamente, a satisfazer as necessidades do desenvolvimento económico, de conformidade com a perspectiva dos trabalhadores».

Noutro capítulo deste programa, «Pela defesa dos interesses dos trabalhadores», faz-se uma súmula dos pontos que irão merecer a maior atenção no caso da lista D ser eleita: defesa de uma actualização salarial que permita uma efectiva melhoria das condições de vida, passando pela valorização dos salários directo e indirecto do esquema já proposto para a carreira profissional, tendo em vista a criação de condições mais favoráveis à reestruturação do sistema bancário; do processo de verticalização do sector, através da revisão contratual da impossibilidade do despedimento sem justa causa e reforço das garantias de defesa dos trabalhadores; da possibilidade de transferência dos trabalhadores, dum banco para outro ou para diferente localidade; da consagração no CCT das conquistas alcançadas pelos trabalhadores bancários, no que respeita à actividade sindical na empresa; do reforço das possibilidades de controlo bancário, consagrando contratualmente a intervenção das estruturas representativas em directa conjugação com os restantes trabalhadores em cada local de trabalho».

"LUCROS ILEGÍTIMOS"

Trabalhadores da Petrogal contestam actuação da gerência

Para ser apreciado o comportamento do Conselho de Gerência da Petrogal, cuja Comissão Central de Trabalhadores acusa de vir a praticar» «sucessivas medidas repressivas» e de parecer «objectivamente apostada na desestabilização desta importante Empresa Pública», realiza-se hoje à tarde, uma reunião na qual estará representada a Secretaria de Estado de Energia e Minas e participarão elementos da C.C.T. e da Gerência.

Os representantes dos trabalhadores da refinaria do Porto denunciaram recentemente a existência de «lucros ilegítimos, em prejuízo do Estado» Afirmam os trabalhadores, em comunicado, que os «lucros ilegitimos» resultantes dos aumentos de preço dos combustíveis, «por direito deviam pertencer ao Estado, para repartição por toda a sociedade a que pertencemos não devendo ficar na posse de meia dúzia, que são os proprietários dos postos de abastecimento» ou, no caso das multinacionais, na posse de particulares, com o agravamento de beneficiarem ainda estrangeiros».

Aqueles trabalhadores salientam que tais lucros ilegítimos, que muitas vezes se verificam e atingem somas enormes, resultam das modalidades de venda aos postos abastecedores em «conta-firme vendas a dinheiro «e» conta-firme com pagamento a dez dias», não tendo a refinaria qualquer controlo sobre os tanques dos postos abastecedores. Acrescentam que apesar do laerta feito às autoridades estatais e aos gestores das empresas em Dezembro de 75, «nada foi feito para que em Janeiro de 77 o facto se não repetisse». O processo referente a tais lucros especulativos em Dezembro de 75 «teria sido arquivado por falta de provas» mas acrescentam e 20 de Janeiro último a D.G. de Fiscalização Económica «prometeu actuar», o que não fez, visto o secretário de Estado da Comunicação Social ter declarado, nesse dia à noite, na TV, «não saber se o aumento dos combustíveis se verificaria no dia seguinte ou na semana a seguir».

Os trabalhadores da Petrogal citam depois: «Para exemplo da gravidade de tal assunto, basta dizer-se que um cliente, no dia 20 de Janeiro de 77 levantou, nas instalações de Matosinhos (ex-Sonap), a quantidade «irrisória» de 85 600 litros de gasolina».

Contra tais anomalias, os trabalhadores da Petrogal apresentaram como solução a passagem das contas firmes para conta-corrente (produto entregue à consignação e pago de acordo com as leituras periódicas das bombas abastecedoras). Só assim seria possível que o aumento de preço fosse canalizado para o Estado e não para o bolso de meia dúzia, afirmam, a concluir.

SOLTAS

C.G.T.P.-IN

O Secretariado da C. G. T. P.-Intersindical Nacional foi recebido esta tarde pela Comissão Parlamentar da Assembleia da República, para expor a posição do Movimento Sindical sobre a legislação do controlo operário.

SOLIDARIEDADE

Os trabalhadores da Sogás decidiram, em recente plenário, expressar a sua «solidariedade activa a todos aqueles que lutam firme e abnegadamente pelos seus inalienáveis direitos» e, em especial, ao pessoal despedido da multinacional Kallen, aos três trabalhadores do Aviário do Freixial processados pelo patrão, aos trabalhadores da Função Pública, e do sector das pescas e marinha de comércio, e aos trabalhadores agrícolas empenhados na Reforma Agrária.

METALÚRGICOS

Os metalúrgicos da C.I.M. — Cacém Industrial Metalúrgico decidiram alertar os seus camaradas do sector para a necessidade de lutar pela publicação do C.C.T. V., admitindo, para isso, a possibilidade de uma paralisação nacional. Em moção aprovada num plenário, exprimem ainda o seu repúdio «pelas tentativas que as entidades patronais têm vindo a fazer para boicotar» o Contrato Colectivo dos Metalúrgicos.

COMPROMISSOS

Os trabalhadores dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada, reunidos em plenário no dia 14, decidiram exigir ao Governo «o cumprimento integral e completo dos compromissos assumidos perante as organizações sindicais, sem prejuízo das tomadas de posição e de lutas a encetar, no caso de os mesmos não serem cumpridos de acordo com o exigido na Constituição». Esta atitude liga-se ao protesto, que formularam, contra a atitude «do Governo, ao tirar aos trabalhadores que sempre produzem para dar àqueles que sempre exploraram e nunca produziram».

HOTELARIA

A Federação dos Sindicatos da Indústria de Hotelaria, Restaurantes e Similares do Sul anunciou que vai propor aos sindicatos a adopção de paralisações em todo o sector, caso se frustrem as negociações que hoje decorrem com as associações patronais no sentido de concluir o Contrato Colectivo de Trabalho Vertical. A Federação responsabiliza o patronato pelos prejuízos que resultem dos processos de luta a adoptar.

S.T.A.L.

Cerca de 27 mil trabalhadores devem ficar inscritos nos cadernos eleitorais do Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local — revelou à ANOP um dirigente deste Sindicato. As eleições para a primeira direcção do S. T. A. L. realizam-se a 20 de Abril, terminando o prazo de apresentação das candidaturas a 10 de Março.

Geral

Europa Ocidental, consciência de cl economia e migra

Este breve apontamento sobre consciência de classe, economia e migração é produto de uma reflexão aproximativa em relação à inserção do nosso país na Europa contemporânea e, de um modo geral, no mundo capitalista, baseado essencialmente na experiência inglesa mas que, julgamos, poderá fornecer algumas pistas em relação à análise de outros países europeus. Tem como intenção, somente, fornecer uma base de discussão e estabelecer um ponto de partida para um trabalho mais detalhado e profundo sobre cada um dos componentes do sistema em que nos encontramos envolvidos e que, a partir do 25 de Abril, as forças de esquerda procuraram, até certo ponto, ultrapassar. A Reforma Agrária e as nacionalizações foram passos importantes, embora não decisivos, no caminho da independência nacional. Conquistas fundamentais, que importa preservar contra a tentativa actual de recuperação burguesa, de enfeudamento total do país à economia capitalista e do perigoso avanço de tendências fascistas, que ameaçam submergir desde as correntes revolucionárias aos expoentes da social-democracia antifascista que, pelo seu anticomunismo entranhado e pela sua tibieza perante as forças de direita, são os principais responsáveis da situação em que nos encontramos.

A consciência de classe nos países da Europa Ocidental define-se a partir do sentimento que o trabalhador possui de pertencer a um determinado estrato social — a classe trabalhadora — em relação ao qual desenvolve laços de solidariedade através de uma acção conjunta, com vista a alcançar salários mais altos e melhores condições de trabalho, dentro de uma perspectiva de aceitação da sociedade de classes em que se acha integrado. Nas sociedades da Europa Ocidental, a tendência predominante dentro das organizações da classe operária, nomeadamente os sindicatos, tem sido a tendência reformista, isto é, aquela que preconiza uma aceitação da hierarquia social existente dentro da sociedade capitalista e a conquista gradual, pelos trabalhadores, de regalias dentro dessa ordem estabelecida. A consciência de classe existente é portanto reformista e não revolucionária, o que não significa que não atinja em certos momentos um alto grau de coesão e de militância.

Quando se considera o esquema social imperante nas sociedades capitalistas altamente desenvolvidas, é necessário ter bem claro que o desenvolvimento industrial trouxe consigo a criação de uma classe operária cuja organização e militância têm ido crescendo durante os períodos de expansão económica, em que o capitalismo possui recursos para satisfazer as reinvindicações imediatas dos trabalhadores. O movimento sindical tem, em países como a Grã-Bretanha, França e Alemanha, crescido em número e em capacidade de manobra, constituindo um poder que se contrapõe ao do patronato e que tem, em momentos cruciais, conseguido alcançar conquistas significativas. Mas estas conquistas só têm sido possíveis porque o neocapitalismo e o neocolonialismo, em expansão mais ou menos permanente, devido à exploração imperialista dos países chamados subdesenvolvidos, possuia recursos que lhe permitiam satisfazer as reinvindicações imediatas do proletariado nacional. Assiste-se em Inglaterra, por exemplo, desde os começos da expansão do movimento operário, no séc. XIX, à conquista gradual de posições que levam, como assinala John Rex, ao estabelecimento de uma plataforma de compromisso entre a burguesia e o operariado, segundo a qual se atinge um equilíbrio mais ou menos estável a que muitos têm, erradamente, dado o nome de «socialismo». Estas conquistas traduzem-se não só na obtenção de salários mais elevados e de condições de trabalho mais dignas, como no estabelecimento de sistemas de previdência social, serviços de saúde, subsídios de desemprego, esquemas de protecção à velhice e outras regalias. É de notar, contudo, que não se efectua uma transformação no sistema de distribuição da riqueza nacional e que o acréscimo de bem-estar concedido à classe trabalhadora provém apenas dos excedentes derivados de uma produção capitalista em permanente crescimento.

Este fenómeno tem contribuído para a criação de um tipo de consciência operária que levou um grande número de teóricos (Sweig, Butler, Rose, etc.) a referir-se ao desaparecimento de um verdadeiro proletariado europeu e ao seu aburguesamento definitivo. A «teoria do aburguesamento», baseada numa série de inquéritos feitos a comunidades operárias, foi no entanto forjada a partir da realidade momentânea existente em época de prosperidade económica do sistema capitalista. A consciência de certos sectores do operariado das sociedades ocidentais, o seu projecto de vida tipicamente individualista e burguês, é susceptível de alteração, de acordo com a situação específica vivida pelo conjunto de indivíduos que se não subjectivamente, pelo menos objectivamente, compõem a classe trabalhadora de determinado país.

Max Weber refere-se, um pouco imprecisamente, à diferença entre «status consciousnesse» e «class consciousnêss», sugerindo que uma e outra são produtos do momento histórico vivido por determinada sociedade: o predomínio da «status consciousness» verifica-se em épocas de estabilidade (que eu traduziria, mais precisamente, por «expansão económica»), ao passo que a «class consciousness» se agudiza em épocas de crise («recessão económica»). É em períodos de expansão económica que o trabalhador se define segundo aspirações de progresso individual e centra as suas preocupações em torno dos objectivos da sociedade de consumo, considerando as organizações de classe — os sindicatos — instrumentalmente, apenas como meio de obtenção de regalias que lhe permitam melhorar o seu nível de vida. Isto só é possível e constitui uma realidade porque a sociedade de consumo possui recursos para lhe satisfazer as necessidades que, dia a dia, vão crescendo em quantidade e em qualidade. O trabalhador define-se então em termos de «status», isto é, de uma posição social que lhe é conferida pelos bens materiais que consegue adquirir, pelo nível de educação que proporciona aos filhos, pelo estilo de vida que escolhe e que tende a ser uma cópia do estilo de vida da burguesia. Quanto às organizações de classe, os sindicatos, crescem em números, alargam-se a camadas tradicionalmente pouco inclinadas à organização sindical (trabalhadores bancários, de escritório, etc.), alcançam com relativa facilidade a satisfação de objectivos imediatos e vão perdendo todo e qualquer cariz revolucionário.

A situação que acabamos de descrever, e que tem sido base de numerosíssimos estudos sociológicos, não deve de forma alguma ser considerada como o termo de uma progressão irreversível, apontando definitivamente para o desaparecimento da consciência de classe e para a criação de uma mentalidade pequeno-burguesa entre o operariado dos grandes países capitalistas. Não são a fome, a completa destituição e a miséria que determinam uma consciência de classe revolucionária. Se assim fosse, como se compreenderia que as vanguardas revolucionárias não fossem exactamente os estratos populacionais mais miseráveis, mas o operariado industrial, cujo nível de vida é, em termos económicos, muito superior ao das camadas camponesas ou do lumpen-proletariado?

É a existência de grandes concentrações industriais, que permite a organização de um proletariado unido, consciente e militante. Verifica-se no entanto que, em épocas de expansão económica e em unidades industriais de tecnologia avançada o sindicalismo militante sofre uma quebra, mesmo quando essas condições existem, porque o operário é colocado numa situação privilegiada em relação à sua anterior situação e porque o patronato, utilizando técnicas de gestão sofisticadas, com a cooperação de psicólogos e sociólogos, procura resolver todo o possível conflito laboral sem a intervenção do sindicato, que é muitas vezes proibido. Todos estes factores contribuem para o reformismo ou para a apatia. Os trabalhos de Lockwood e Goldthorpe, contrapondo a «teoria da convergência» à do «aburguesamento» e pecando por não estabelecer a distinção, que consideramos fundamental, entre consciência de classe, por um lado, e estilo de vida ou cultura de classes por outro, fornecem pistas importantes para a compreensão deste fenómeno.

Não esqueçamos contudo que a consciência de classe se define a partir das condições económicas reais, que são variáveis. O que determina a agudização da consciência de classe, para além de outros factores a que nos referimos, é uma descida do nível de vida, independentemente do ponto de partida, isto é, independentemente de o proletário ser um indivíduo literalmente reduzido

Uma manifestação de protesto dos sindicatos ingleses, em T bem no mundo da Europa capitalist

ORGANIZAÇÃO NACIONAL CRIADA EM TERMOS INOVADORES NA SUA CONCEPÇÃO E ESTRUTURA E NOS SEUS PROCESSOS PARTICIPATIVOS DE GESTÃO E INTEGRAÇÃO, NECESSITA DE REFORÇAR A SUA EQUIPA DE GESTORES E DE TÉCNICOS PARA A GESTÃO E PLANEAMENTO DAS SUAS DIVISÕES INDUSTRIAL E DE COMÉRCIO EXTERNO E DAS SUAS EMPRESAS ASSOCIADAS, EXISTENTES E A CRIAR.

FUNÇÕES A DESEMPENHAR NAS EMPRESAS ASSOCIADAS:

A — ADMINISTRADOR DELEGADO
B — DIRECTOR GERAL
C — DIRECTOR FINANCEIRO
D — DIRECTOR DE PESSOAL
E — DIRECTOR COMERCIAL

FUNÇÕES A DESEMPENHAR NAS DIVISÕES:

F — DIRECTORES DE DEPARTAMENTOS DA DIVISÃO DE COMÉRCIO EXTERNO
G — DIRECTORES DE DEPARTAMENTO DA DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO E PLANEAMENTO
H — GESTORES ESPECIALIZADOS EM OPERAÇÕES DE COMÉRCIO EXTERNO
I — ESPECIALISTAS DE MARKETING
J — ESPECIALISTAS DE ANÁLISE DE VIABILIDADE ECONÓMICA E FINANCEIRA E DE PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL.

As directrizes, objectivos e princípios fixados para a gestão geral da organização exigem que os responsáveis dos cargos a preencher possuam elevado nível técnico e experiência, espírito de iniciativa, dinamismo, grande capacidade de realização e adesão a um sistema de trabalho em equipa e participativo.

Solicita-se o envio de memorial detalhado com a indicação do cargo a desempenhar.

Resposta a este jornal ao n.º 1900

asse, ação

As migrações do nosso século podem ser comparadas ao tráfico de escravos de séculos anteriores — na imagem, um grupo de portugueses pronto a vender a sua força de trabalho algures, num outro país da Europa Ocidental

SAKUNTALA DE MIRANDA

a condições ínfimas de miséria ou de possuir um nível de abastança que muitos apelidam indevidamente de burguês. Isto, aliado a condições de trabalho tendentes a favorecer o fortalecimento das organizações de classe, como a existência de grandes concentrações industriais.

Assim, uma prolongada depressão económica no mundo capitalista irá determinar, em

Trafalgar Square: nem tudo vai sta

primeiro lugar, que o grande capital se verá forçado (se vê forçado já), para manter a margem de lucros que considera necessária, a suster uma subida de salários que acompanhe a subida de preços, a efectuar despedimentos e a adoptar toda uma série de medidas tendentes a coarctar os benefícios até aí obtidos pelo operariado. Tal situação leva necessariamente os trabalhadores a unirem-se em torno das suas tradicionais organizações de classe, numa fase inicial. Mas só numa fase inicial, porque o burocratismo de um sindicalismo dirigido apenas para uma luta de reinvindicação imediata em breve se revelará inoperante e incapaz de actuar como instrumento eficaz na satisfação das aspirações dos seus membros. A ineficácia dos sindicatos tenderá a promover uma desmobilização da classe operária, que pode ter alternativamente dois tipos de consequências.

E é aqui que entra, como factor decisivo, a acção mobilizadora desenvolvida pelas organizações de esquerda e de direita e a capacidade de resposta que demonstrarem ter em relação a uma situação altamente propícia a uma viragem decisiva da consciência do proletariado. Por um lado, os partidos de esquerda procurarão mobilizar a classe operária demonstrando-lhe a impossibilidade de resolução dos seus problemas dentro de um sistema capitalista em crise e através de organizações de classe burocratizadas, cujas cúpulas têm uma larga experiência de pactuação com a classe dirigente. A multiplicação de greves selvagens, lideradas por organizaçoes militantes de esquerda, corresponde a essa tentativa de mobilização e politização, a que se contrapõe a acção das organizações de direita, que têm também à sua frente um terreno fértil para a implantação de ideologias de tipo fascizante. Luta desigual, nos países de capitalismo avançado, em que os meios de informação são habilmente controlados pela classe dirigente, em que os sistemas de educação tendem a perpetuar a ideologia burguesa, em que a esquerda se encontra desprovida de meios eficazes de penetração no mecanismo gigantesco que apoia culturalmente o sistema capitalista vigente.

A acção da direita em tais períodos apresenta uma complexidade extrema, visto que, dada a força que possui e os meios que tem ao seu dispor, só em último caso lançará mão de meios repressivos violentos. É uma acção que se centra na mobilização do operariado em torno de objectivos não situados dentro de uma óptica de luta de classes, com grande tendência à exacerbação de nacionalismos chauvinistas, que em Inglaterra se tem manifestado nos movimentos nacional-separatistas com forte implantação no país de Gales e na Escócia, na movimentação contra o Mercado Comum — que conseguiu uma conjugação de acção da extrema-direita do partido conservador com a ala esquerda do partido trabalhista — ou em campanhas de carácter claramente fascista, como as da National Front, que envolvem ataques a grupos étnicos minoritários, nomeadamente a trabalhadores imigrantes de cor, a quem é atribuída a responsabilidade da crise de desemprego e de alojamento.

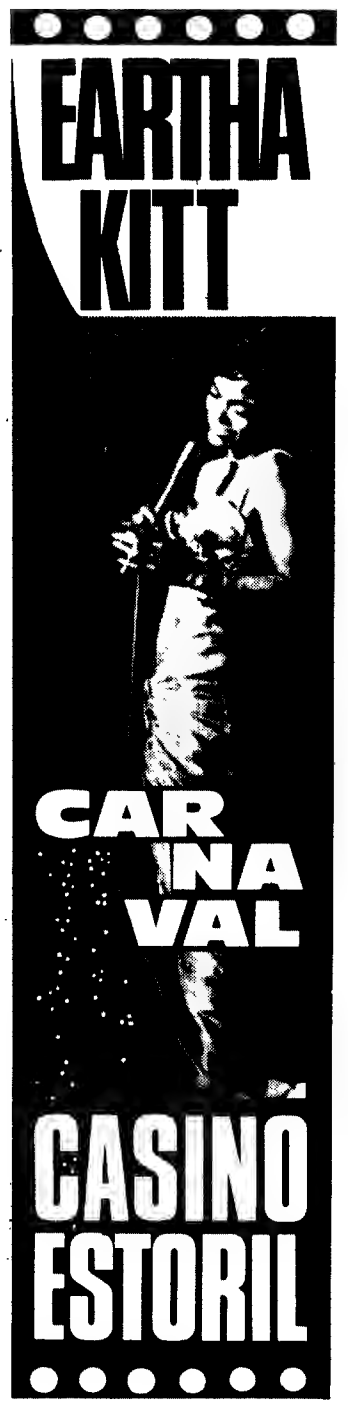
Vive-se portanto, em plena época de recessão da economia capitalista, o momento crucial em que a consciência da classe operária está sujeita a pressões da direita e da esquerda, numa altura em que pode sofrer uma viragem decisiva, quer para consciência de tipo fascizante, quer para consciência de tipo revolucionário.

E neste contexto que se insere, no momento actual, a situação das comunidades migrantes, trazidas para o país de acolhimento em época de plena expansão capitalista, em resposta a «crises de mão-de-obra» que se verificavam devido ao aumento da militância, e, consequentemente, dos salários dos trabalhadores nacionais e à necessidade de preencher as categorias profissionais mais baixas com mão-de-obra barata e dócil trazida de outros países. Verifica-se de facto que os trabalhadores migrantes nos países da Europa Ocidental fazem parte do estrato social mais baixo da classe trabalhadora e estão sujeitos, em épocas de recessão, a pressões várias que vão desde a perseguição organizada por grupos de delinquentes juvenis até pressões governamentais, que podem culminar com a sua expulsão do país.

As migrações dos países menos desenvolvidos para os países de capitalismo avançado da Europa Ocidental processam-se em grande escala a partir da segunda guerra mundial. São movimentações aparentemente espontâneas de trabalhadores, impulsionados por situações de desemprego ou de subemprego no país de origem, mas correspondem de facto a uma tentativa, por parte da classe dirigente dos países de acolhimento, de desenvolver certos sectores da economia nacional a partir da utilização de mão-de-obra barata trazida dos países menos desenvolvidos (caso da hotelaria em Inglaterra).

São países como a Franca, a Alemanha, a Suíça e a Grã-Bretanha os principais importadores de mão-de-obra. Por outro lado, as autoridades dos países de emigração, entre os quais se contam, na Europa Meridional, Portugal, Espanha, Grécia, Itália, Jugoslávia e Turquia, exportam para o estrangeiro um excesso de mão-de-obra que, a manter-se dentro do país, causaria a desestabilização da economia e prováveis movimentações sociais, que poriam em perigo a manutenção da ordem social vigente (vide considerável aumento do número de emigrantes portugueses para o Brasil em 1959, ano que se segue às eleições de Delgado).

As migrações do nosso século podem ser equiparadas no tráfico de escravos dos séculos anteriores, embora tenham um carácter mais ou menos espontâneo (dizemos «mais ou menos», porque existe colaboração entre o Serviço Nacional de Emprego e a Secretaria de Emigração, dado o desnível de salários existente entre o país mais desenvolvido e o país menos desenvolvido. É este factor que determina a espontaneidade dos movimentos migratórios, que só podem ser eliminados com a supressão do próprio sistema e a sua substituição por um sistema socialista, em que a planificação da economia vise acima de tudo o bem-estar e o pleno desenvolvimento das potencialidades da classe trabalhadora. No caso específico de Portugal, a dependência da nossa economia da emigração só pode ser eliminada por uma industrialização acelerada e por um aumento da produção agrícola, conjuntamente com um alargamento dos mercados de exportação. Simultaneamente, só pleno emprego e a satisfação das aspirações dos trabalhadores em relação a controlo da produção poderão suster o ímpeto emigratório.



que é a vaap?

livros • discos • cinema • televisão • obras musicais • artigos de imprensa • espectáculos

A VAAP é a agência da União Soviética para os direitos de autor em tudo quanto respeita a utilização de obras científicas, literárias e artísticas de autores soviéticos e estrangeiros na União Soviética e de autores soviéticos no estrangeiro.

Senhor editor
consulte a

Agência da URSS para os Direitos de Autor
B. Bronnaia, 6a, Moscovo K-104, URSS
Cabo: Moscovo, AVTOR
Telex: 7627 AVTOR SU

ou

Representação Comercial da URSS em Portugal
Av.ª da República, 65-6.º, Lisboa
T. 771580 - 768464

AGÊNCIA DA URSS PARA OS DIREITOS DE AUTOR

O «DIÁRIO DE LISBOA» VENDE-SE NO PORTO

O «Diário de Lisboa» encontra-se à venda nas tabacarias de Leça, Matosinhos, Foz, Avenida da Boavista, Carvalhosa, Rotunda da Boavista, Carvalhido, Praça Marquês de Pombal, Rua de Costa Cabral, Constituição, Praça da República, Bonfim e Antas e na Tabacaria do Bar-Restaurante do Aeroporto em Pedras Rubras.

circular é viver

CI Comércio e Indústria

Companhia de Seguros

Fundada em 1907

RELATÓRIO E CONTAS

1975 - 68.º ano

Exmo. Sr. Ministro das Finanças,

O Conselho de Gestão vem apresentar a V. Exª o relatório das contas do exercício de 1975, como súmula do que foi elaborado em cumprimento do estabelecido na Circular nº 3/76 da Inspecção de Seguros.

EXPLORAÇÃO TÉCNICA

O crescimento global da carteira foi de 15,58% em 1975 (20% em 1974) com uma taxa geral de sinistralidade de 56,7% (64,2% em 1974).

A sinistralidade situa-se em nível satisfatório, apesar da forte influência do Ramo Automóveis e também, em menor grau, do Ramo Acidentes de Trabalho, ambos representando mais de 2/3 da carteira total da Companhia.

É de realçar o comportamento muito favorável do Ramo Fogo neste exercício. A sinistralidade limitou-se a cerca de 17%.

Vamos agora ocupar-nos de cada um dos Ramos mais importantes.

RAMO AUTOMÓVEIS

A inevitável progressão da carteira, neste Ramo, traduziu-se em aumentos percentuais, nos últimos três anos, cifrados em 16,21%, 19,84% e 24,55%. O peso relativo da carteira de Automóveis atinge, assim, em 1975, 36,6% da carteira global, contra 33,9% no ano anterior.

Sendo este Ramo acentuadamente deficitário e com um peso relativo na carteira em constante aumento, a sua influência nos resultados é dominante. As normas de ordem técnica superiormente determinadas após a nacionalização só atenuam esta situação de há muito preocupante e são manifestamente insuficientes.

Sob o ponto de vista da actuação autónoma de cada Companhia pertencente ao bloco nacionalizado, as condições de exploração também se modificaram, passando a ser afectadas pela natural obrigação de se aceitarem todos os seguros, até os mais indesejáveis, sem a defesa de uma pré-selecção e uma pós-selecção que antes eram exercidas e, em certa medida, limitavam o desnivelamento dos resultados.

Neste contexto, a inflacção é igualmente um factor a atender, pois reflecte-se sensivelmente no custo das reparações e, consequentemente, fez elevar, mais uma vez, o custo médio do sinistro. Este subiu de Esc. 12.137$70 em 1974 para Esc. 14.222$60 em 1975. A expectativa pode talvez tornar-se menos alarmante, esperamo-lo, com a entrada em vigor do seguro obrigatório, pois que pouco contarão os efeitos do aumento do custo da gasolina na densidade da circulação e não será nada favorável o envelhecimento do parque automóvel, em resultado da quebra de vendas de veículos novos.

Em termos de valorização de carteira, por actualizações tarifárias, em novos e continuados, verifica-se que o prémio médio em 1974 foi de Esc. 2.600$00 e em 1975 de Esc. 2.900$00.

É evidente que esta apreciação é necessáriamente precária e não leva em linha de conta as eventuais variações na composição da carteira e outros factores atendíveis.

A sinistralidade do Ramo revela um acréscimo acentuado, com pesada incidência nos resultados gerais da exploração. Sendo de 71% em 1974, passou a 80% em 1975. Feita a correcção com os reajustamentos para menos nos pagamentos cobertos pelas reservas constituídas em anos anteriores, aqueles ratios são de 69% e 77%, respectivamente.

O valor percentual das comissões diminuiu 0,2%.

Atinge 10.417 contos a diferença, negativa, entre Débito e Crédito no Ganhos e Perdas. Com o rateio dos gastos levados a Contas Gerais, estima-se a perda do Ramo Automóveis em mais de 50.000 contos.

ACIDENTES DE TRABALHO

O aumento de carteira neste Ramo cifrou-se em 15,72% em 1975, ao passo que atingiu 25,27% em 1974 e 10,58% em 1973.

Fundamentalmente, este aumento deve-se à elevação do nível de salários e, mesmo assim, não o terá acompanhado em absoluto, pelo que estão a ser tomadas medidas de actualização.
Mantém-se estável, à volta de 36%, o peso relativo deste Ramo na carteira geral da Companhia.

A sinistralidade em 1974 foi de 68%. Em 1975 verifica-se um decréscimo sensível para 57% e só a inclusão na rubrica de "Indemnizações" de uma provisão de cerca de 10.000 contos para o pagamento da actualização de pensões determinada superiormente e com efeitos a partir do 2º semestre de 1975 é que eleva para 64% a sinistralidade, colocando-a assim ao nível elevado dos anos anteriores.

Esse acréscimo de encargos, com a justa actualização das pensões, está longe de encontrar compensação na redução das comissões. Estas tiveram apenas uma ligeira retracção, passando de 14% para 12,3%.

Pode dizer-se que a redução das comissões, extrapolando a diferença para menos que incidiu apenas sobre o 2º semestre de 1975 e aplicando-a sobre a carteira do próximo ano, dentro duma previsão de crescimento normal, só permite uma amortização entre 25% a 30% do encargo anual de aproximadamente 20.000 contos com a actualização das pensões, encargo este que, no decorrer do exercício de 1976, será suportado por inteiro e assim agravará, sensivelmente, o resultado de exploração, salvo eventuais medidas de compensação.

Assinale-se que no resultado de 1975 influiu o prejuízo de cerca de 5.000 contos a cargo dos resseguradores, como saldo das rubricas de Encargo e Receita de Resseguros Cedidos.

Atinge 11.400 contos a diferença, positiva, entre Débito e Crédito, no Ganhos de Perdas. Com o rateio dos gastos levados a Contas Gerais, estima-se em 30.000 contos, pelo menos, a perda no Ramo Acidentes de Trabalho.

OUTROS RAMOS

Limitamo-nos a referir, como pontos mais salientes, o excelente comportamento já antes assinalado, do Ramo Incêndio, assim como os resultados bastante equilibrados em "Acidentes Pessoais".

Neste último Ramo, observa-se uma subida na carteira de 30,34%. As causas, por ora, não podem ser bem definidas.

Ao contrário, o Ramo Vida sofre as consequências da actual conjun-

Continua na pág 14

CI

Comércio e

Companhia

Fundada

BALANÇO GERAL EM 31 DEDEZEMBRO DE 1975

ACTIVO	VIDA	ACIDENTES TRABALHO	RESTANTES RAMOS	CONTAS GERAIS	SUB-TOTAIS	TOTAIS
RESERVA MATEMÁTICA						
De Resseguros Cedidos	39.418.621$00	-$-	-$-	-$-	39.418.621$00	39.418.621$00
RESERVA DE GARANTIA						
De Resseguros Cedidos	-$-	-$-	17.912.302$90	-$-	17.912.302$90	17.912.302$90
RESERVA DE SEGUROS VENCIDOS						
De Resseguros Cedidos	219.523$30	-$-	31.498.645$70	-$-	31.718.169$00	31.718.169$00
VALORES DE EMPREGO DAS RESERVAS						
Títulos de Crédito e Numerário						
Próprios	-$-	-$-	-$-	184.660.564$60	184.660.564$60	
De Resseguradores	7.095.253$00	-$-	-$-	-$-	7.095.253$00	
Imóveis	-$-	-$-	-$-	183.937.702$30	183.937.702$30	
Empréstimos s/Apólices	6.105.521$00	-$-	-$-	-$-	6.105.521$00	
Empréstimos Hipotecários	-$-	-$-	-$-	30.850.000$00	30.850.000$00	
Empréstimos s/Títulos	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	402.649.040$90
VALORES EM DEPÓSITO						
De Vários	-$-	-$-	-$-	3.348.790$00	3.348.790$00	
De Resseguradores	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	3.348.790$00
DEVEDORES P/VALORES EM DEPÓSITO						
Vários	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	
Resseguradores	2.083.410$50	-$-	6.174.817$70	-$-	8.228.228$20	8.228.228$20
IMÓVEIS	-$-	-$-	-$-	3.557.941$00	3.557.941$00	3.557.941$00
MOBILIÁRIO E MATERIAL	-$-	817.399$00	840$00	26.630.649$10	27.448.888$10	
AMORTIZAÇÕES DE MOBILIÁRIO E MATERIAL	-$-	-371.266$80	-$-	-12.716.925$40	-13.088.192$20	14.360.695$90
EMPRÉSTIMOS HIPOTECÁRIOS	-$-	-$-	-$-	4.028.019$50	4.028.019$50	4.028.019$50
EMPRÉSTIMOS S/TÍTULOS	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-
ACCIONISTAS	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-
AGÊNCIAS NAS EX-COLÓNIAS						
Saldos das Agências	-12.047.835$80	-2.632.124$60	-4.084.888$10	28.694.974$70	9.930.156$20	
Reservas Tecnicas de Resseguros Cedidos	6.473.302$00	9.545$50	667.377$60	-$-	7.150.315$10	17.080.471$30
DEVEDORES GERAIS						
Segurados, Correspondentes e Angariad.	-$-	-$-	-$-	34.773.503$40	34.773.503$40	
Resseguros	2.979$20	234.415$60	3.061.746$50	4.617.977$90	6.917.119$20	
Resseguradores	-$-	-$-	1.649.734$20	13.201.540$30	14.851.274$50	
Outros	6.094$90	143.798$40	348.174$90	20.798.363$30	21.196.431$50	77.738.328$60
QUOTAS PARTES DE INDEMNIZAÇÕES A RECEBER	1.063.142$50	-$-	30.516.295$60	-$-	31.579.438$10	31.579.438$10
PRÉMIOS EM COBRANÇA						
Na Sede	2.208.139$70	20.089.694$60	31.987.476$10	-$-	54.282.310$40	
Nos Correspondentes	4.404.052$10	43.433.520$30	44.853.049$10	-$-	92.690.627$60	146.972.938$00
LETRAS A RECEBER	-$-	-$-	-$-	3.703.956$00	3.703.956$00	3.703.956$00
TITULOS DE CRÉDITO	-$-	-$-	-$-	41.158.061$10	41.158.061$10	41.158.061$10
DEPÓSITOS EM BANCOS	-$-	-$-	-$-	25.677.981$00	25.677.981$00	25.677.981$00
CAIXA	-$-	-$-	-$-	2.808.206$20	2.808.206$20	2.808.206$20
SITUAÇÃO LIQUIDA PASSIVA						
GANHOS E PERDAS						
De Exercícios Anteriores	-$-	-$-	-$-	53.564.255$30	53.564.255$30	
Do Exercício	-$-	-$-	-$-	103.163.232$10	103.163.232$10	156.727.487$40
						1.028.668.576$10
CONTAS DE ORDEM						
Letras Descontadas	-$-	-$-	-$-	2.221.137$70	2.221.137$70	2.221.137$70
	36.999.203$40	61.734.987$90	163.485.502$40	748.679.930$10		1.030.869.713$80

O TÉCNICO DE CONTAS

António P. Santos Costa

PASSIVO	VIDA	ACIDENTES TRABALHO	RESTANTES RAMOS	CONTAS GERAIS	SUB-TOTAIS	TOTAIS
RESERVA MATEMÁTICA						
De Seguros Directos	141.868.421$00	181.892.180$80	-$-	-$-	323.460.601$80	
De Resseguros Aceites	2.169.716$00	-$-	-$-	-$-	2.169.716$00	325.630.317$80
RESERVA DE GARANTIA						
De Seguros Directos	-$-	-$-	78.081.413$70	-$-	78.081.413$70	
De Resseguros Aceites	-$-	-$-	3.876.470$10	-$-	3.876.470$10	81.957.883$80
RESERVA DE SEGUROS VENCIDOS						
De Seguros Directos	707.388$30	-$-	127.493.495$20	-$-	128.200.883$50	
De Resseguros Aceites	-$-	12.137$10	9.888.941$00	-$-	9.901.078$10	138.101.961$60
CREDORES P/VALORES EM DEPÓSITO						
Vários	-$-	-$-	-$-	3.348.790$00	3.348.790$00	
Resseguradores	29.470.588$30	-$-	28.108.297$70	-$-	57.578.883$00	60.927.673$00
CREDORES GERAIS						
Segurados, Correspond. e Angariadores	18.779$80	1.508.323$80	3.037.302$60	13.407.898$40	17.972.304$60	
Resseguros	45.047$30	-$-	345.414$00	848.531$80	1.238.993$10	
Resseguradores	-$-	-$-	2.677.706$60	64.367.333$60	67.045.040$20	
Outros	30.030$00	-$-	-$-	51.432.493$20	51.462.523$20	137.718.861$10
INDEMNIZAÇÕES A PAGAR						
De Seguros Directos	2.866.787$20	17.321.405$20	48.660.017$60	-$-	68.848.180$00	
De Resseguros Aceites	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	68.848.180$00
COMISSÕES A PAGAR	580.711$70	5.736.661$10	6.997.794$50	-$-	13.315.157$30	13.315.157$30
PROVISÕES						
Para Incapacidade Temporária de Ac.T.	-$-	15.583.416$90	-$-	-$-	15.583.416$90	
Para Prémios em Cobrança	1.965.645$80	16.447.801$20	20.406.990$80	-$-	38.820.437$80	
Diversos	322.739$20	2.295.206$00	5.553.080$80	9.584.883$00	17.755.908$00	72.159.762$50
SITUAÇÃO LIQUIDA ACTIVA						
CAPITAL	-$-	-$-	-$-	10.000.000$00	10.000.000$00	10.000.000$00
FUNDO DE RESERVA LEGAL	-$-	-$-	-$-	2.000.000$00	2.000.000$00	2.000.000$00
FUNDOS DE RESERVA LIVRES	-$-	-$-	-$-	41.222.392$90	41.222.392$90	41.222.392$90
FLUTUAÇÃO DE VALORES						
De Títulos	-$-	-$-	-$-	47.518.706$20	47.518.706$20	
De Imóveis	-$-	-$-	-$-	29.267.679$80	29.267.679$80	76.786.386$00
						1.028.668.576$10
CONTAS DE ORDEM						
Responsabilidades Por Letras Descont.	-$-	-$-	-$-	2.221.137$70	2.221.137$70	2.221.137$70
	180.045.821$60	240.497.121$20	335.126.924$40	275.219.846$60		1.030.889.713$80

O CONSELHO DE GESTÃO

António Gonçalves Raimundo

Avelino Lopes Martins

Mário Pereira Dionísio

Dr.Rui Jorge da Silva Ramos

CONTA DE «GANHOS E PERDAS»

DÉBITO	VIDA	ACIDENTES DE TRABALHO	ACIDENTES PESSOAIS	FOGO	AGRICOLA E PECUÁRIO
Saldo do Exercício Anterior	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-
RESERVA MATEMATICA					
De Seguros Directos	12.413.893$00	20.393.869$90	-$-	-$-	-$-
De Resseguros Aceites	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-
De Resseguros Cedidos	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-
RESERVA DE GARANTIA					
De Seguros Directos	-$-	-$-	739.417$90	1.221.255$70	24.183$70
De Resseguros Aceites	-$-	-$-	-$-	-$-	21.397$30
De Resseguros Cedidos	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-
PROVISÕES					
Para Incapacidade Temporária de Ac.Trabalho	-$-	2.116.997$80	-$-	-$-	-$-
Para Prémios em Cobrança	1.405.695$00	14.179.956$10	538.359$40	2.873.812$40	291.459$50
AMORTIZAÇÕES	21.526$10	124.875$20	132$90	-$-	-$-
COMISSÕES					
De Seguros Directos	2.608.558$20	15.597.254$30	1.088.484$90	5.252.146$90	202.364$60
De Resseguros Aceites	- 88.486$90	-$-	57.885$50	1.938.410$10	-$-
Despesas de Aquisição	99.306$10	3.760.370$00	86.297$40	1.122.022$00	145.400$20
INDEMNIZAÇÕES					
De Seguros Directos					
Do Exercício	11.341.335$50	78.705.228$00	3.726.024$50	6.152.127$60	2.208.929$70
De Exercícios Anteriores (Reajustamento)	-654.989$50	-$-	489.819$80	-128.979$90	-$-
	10.586.346$00	78.705.228$00	4.215.844$30	6.023.147$70	2.208.929$70
De Resseguros Aceites	49.793$50	-29.735$40	228.744$00	-221.036$00	754.669$70
ENCARGOS DE RESSEGUROS CEDIDOS					
Prémios	7.484.495$10	5.793.943$30	878.742$70	22.257.023$80	1.089.452$80
Juros	671.731$40	160.686$70	34.397$20	92.448$10	-$-
DESPESAS GERAIS					
Orgãos Sociais	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-
Pessoal	1.144.411$00	11.682.899$70	400.142$70	3.492.253$90	-$-
Publicidade	-$-	176$60	-$-	1.660$00	-$-
Outras Despesas de Administração	118.187$50	1.079.905$60	71.742$00	232.359$00	22.792$70
Encargos Fiscais	765.284$50	4.064.287$50	248.331$20	3.148.473$40	278.730$60
Encargos Parafiscais	216.397$60	2.065.027$00	79.136$00	636.379$50	-$-
ENCARGOS DIVERSOS	-$-	910$00	-$-	-$-	-$-
RESULTADOS DE AGÊNCIAS NAS EX-COLÓNIAS					
Tranferidos das Contas das Agências	1.360.822$50	617.222$60	-3.545$30	238.678$60	-$-
De Resseguros Colocados pela Sede	1.040.525$60	63.647$80	89.260$30	324.650$50	-$-
	39.898.486$20	160.377.522$70	8.753.373$10	46.633.685$60	5.039.380$80

CRÉDITO					
RESERVA MATEMÁTICA					
De Seguros Directos	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-
De Resseguros Aceites	30.119$50	-$-	-$-	-$-	-$-
De Resseguros Cedidos	2.521.030$80	-$-	-$-	-$-	-$-
RESERVA DE GARANTIA					
De Seguros Directos	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-
De Resseguros Aceites	-$-	-$-	218.934$10	609.350$70	-$-
De Resseguros Cedidos	-$-	-$-	44.071$70	691.125$00	25.712$30
PROVISÕES					
Para Incapacidade Temporária de Ac.Trabalho	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-
Para Prémios em Cobrança	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-
PREMIOS E SEUS ADICIONAIS					
De Seguros Directos	28.585.314$80	155.834.169$00	9.528.807$00	34.885.414$00	1.235.535$20
De Resseguros Aceites	292.919$90	247.543$10	181.466$10	594$80	1.037.567$50
RECEITA DE RESSEGUROS CEDIDOS					
Comissões	1.306.626$10	-$-	152.101$70	4.253$80	-$-
Indemnizações	3.550.910$40	10.282.923$60	1.446.284$60	9.220$10	2.085.658$20
RENDIMENTOS					
Das Reservas Técnicas de Seguros Directos	3.483.186$50	4.302.010$30	83.540$10	303.960$30	2.652$00
Das Reservas Técnicas De Resseguros Aceites	50.836$70	1.416$70	12.091$00	95.198$30	-$-
De Valores Livres	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-
RECEITAS DIVERSAS					
Cargos em Outras Sociedades	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-
Outras	1.652$40	10.078$40	-$-	21.132$10	-$-
RESULTADOS DE AGÊNCIAS NAS EX-COLONIAS					
Tranferidas das Contas das Agências	3.204.621$90	1.100.145$00	222.968$90	534.995$00	-$-
De Resseguros Colocados pela Sede	375.172$80	-$-	6.752$20	176.433$60	-$-
SALDO					
De Exercícios Anteriores	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-
Do Exercício	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-
	43.402.391$80	171.778.286$10	11.382.913$00	55.299.686$70	4.387.125$80

INVENTÁRIO DAS PARTICIP

DESIGNAÇÃO	QUANT.	VALOR NOMINAL	PREÇO MEDIO DE COMPRA	COTAÇÃO
1. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS				
1.1 QUOTAS			-$-	-$-
1.2 ACÇÕES				
1.2.1 NA METRÓPOLE				
Banco Nacional Ultramarino-nom.	11.804	1.000$00	1.021$43	-$-
" " " -port.	1.041	1.000$00	1.600$77	-$-
" de Portugal-nom.	1.000	1.000$00	1.232$63	-$-
" " -port. reg.	6	1.000$00	1.260$00	-$-
Câmara Resseguradora Portuguesa-portador	1.899	500$00	663$02	-$-
" " " -nom.	1.909	500$00	47$93	-$-
Companhia Colonial de Navegação-nom.	84.303	600$00	970$89	-$-
" de Seguro de Créditos-nom.	610	1.000$00	1.000$25	-$-
Prudência-Companhia Portuguesa de Resseguros	20	500$00	50$00	-$-
1.2.2 NAS EX-COLÓNIAS				
Companhia de Seguros Universal de Angola-nom.	103.628	100$00	232$63	-$-
1.9 Total				
2. OUTRAS APLICAÇÕES				
2.1 TÍTULOS NACIONAIS				
2.1.1 TÍTULOS DE DIVIDA PÚBLICA E OBRIG.COM GARANTIA DO ESTADO				
Tesouro 2 1/2% - 1945	50	1.000$00	968$30	-$-
" 3 1/2% - 1959	600	1.000$00	1.000$40	-$-
" 3 1/2% - 1963	1.000	1.000$00	1.001$03	-$-
" 5% - 1967	4.880	1.000$00	1.000$72	-$-
" 5% - 1969	2.665	1.000$00	1.000$29	-$-
" 5% - 1971 - 1ª.emissão	13.801	1.000$00	1.007$75	-$-
" 5% - 1971 - 2ª.emissão	2.300	1.000$00	1.000$00	-$-
" 5% - 1973	4.000	1.000$00	1.000$00	-$-
" 10% - 1975	1.500	500$00	500$00	-$-
Consolidado 2 3/4% - 1943	8.862	1.000$00	989$16	-$-
" 3% - 1942	4.740	1.000$00	992$95	-$-
" 3 1/2% - 1941	3.650	1.000$00	1.007$28	-$-
" 4% - 1940	3.630	2.000$00	2.104$79	-$-
Fomento Ultramarino 6% - 1969 (Moçambique)	5.470	1.000$00	1.000$00	-$-
Empréstimo de Renov. e Apet. Indústria da Pesca 5 3/8%	2.600	1.000$00	1.007$29	-$-
Fundo de Turismo 5 1/4% - 1969	2.344	1.000$00	998$80	-$-
Câmara Municipal de Lisboa 5 3/4% - 1969	2.324	1.000$00	1.004$64	-$-
Metropolitano de Lisboa 7% - 1972	3.000	1.000$00	1.000$00	-$-
2.1.2 OUTRAS OBRIGAÇÕES				
Companhia Geral do Crédito Pred. Português 5% - 1959	211	1.000$00	1.000$00	-$-
Companhia União Fabril 6% - 1968	575	1.000$00	985$00	-$-
Companhias Reunidas Gás e Electricidade 3 1/2% - 1947	10	1.000$00	802$96	-$-
Correios e Telecomunicações 6 3/4% - 1972	120	1.000$00	1.000$00	-$-
Empresa Hidroeléctrica do Cávado 5% - 1954	1.010	1.000$00	1.000$09	-$-
" " " " 5% - 1956	606	1.000$00	995$81	-$-
" " " " 5% - 1957	33	1.000$00	722$00	-$-
" " " " 5% - 1959	32	1.000$00	722$00	-$-
" " " " 5% - 1963	5	1.000$00	722$00	-$-
" " " Douro 5% - 1957	10	1.000$00	723$00	-$-
" " " " 5% - 1960 - 7ª.emissão	12	1.000$00	723$00	-$-
" " " " 5% - 1960 - 8ª.emissão	3	1.000$00	723$00	-$-

TRANSPORTE

e Indústria

ia de Seguros

ta em 1907

AS» EM 31 DE DEZEMBRO DE 1975

…	AUTOMOVEIS E RESP. CIVIL	MARITIMO	TRANSPORTES TERRESTRES	AEREO	DIVERSOS	CONTAS GERAIS	SUB-TOTAIS	TOTAIS
-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	53,564,255$30	53,564,255$30	53,564,255$30
-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	32,807,762$90	
-$	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	
-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	32,807,762$90
183$70	10,189,018$90	-$-	19,901$30	405,446$10	1,790,266$70	-$-	14,389,490$30	
397$30	11,619$20	-$-	-$-	-$-	118,008$70	-$-	151,025$20	
-$-	147,415$50	1,513,054$50	-$-	9,770$40	-$-	-$-	1,670,240$40	16,210,755$90
-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	2,116,997$80	
459$50	9,597,891$20	478,558$10	28,280$30	90,608$00	2,059,649$60	-$-	31,544,269$60	33,661,267$40
-$-	2$00	-$-	-$-	-$-	-$-	2,449,236$50	2,595,772$70	2,595,772$70
364$60	12,005,416$30	846,517$90	142,731$00	64,297$00	1,645,026$40	-$-	39,452,797$50	
-$-	-$-	1,102,029$30	42$50	17,623$40	288,868$70	-$-	3,316,372$60	
400$20	1,391,427$20	14,215$50	1,335$00	995$50	169,955$30	-$-	6,791,324$20	49,560,494$30
929$70	124,571,586$60	9,852,928$30	162,711$00	168,729$00	7,286,373$90	-$-	244,075,974$10	
-$-	-5,167,439$50	+1,072,921$50	-95,113$60	+13,007$80	+938,701$90	-	-3,532,071$50	
929$70	119,404,147$10	10,925,849$80	67,597$40	181,736$80	8,225,075$80		240,543,902$60	
669$70	636,936$30	1,520,599$30	-$-	1,328,479$90	775,606$50	-$-	5,044,057$80	245,587,960$40
452$80	2,186,578$40	17,896,258$40	1,084,271$20	2,181,262$00	8,472,671$40	-$-	69,324,699$10	
-$-	18,817$30	632,433$20	30,624$50	498$60	15,086$70	-$-	1,656,723$70	70,981,422$80
-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	706,377$40	706,377$40	
-$-	8,746,905$50	2,319,513$80	-$-	-$-	1,384,043$50	74,564,088$10	103,734,258$20	
-$-	4,219$00	-$-	-$-	-$-	-$-	1,194,902$00	1,200,957$60	
792$70	756,730$90	161,172$30	2,971$60	6,762$30	68,097$20	21,152,707$20	23,673,428$30	
730$60	5,357,714$30	496,485$10	42,546$50	70,141$10	373,256$70	564,913$90	15,410,164$80	
-$-	1,547,201$10	435,905$10	-$-	-$-	268,118$20	14,295,240$80	19,543,405$30	164,268,591$60
-$-	-$-	16,507$40	-$-	5,681$10	-$-	87,983$50	111,082$00	111,082$00
-$-	1,212,979$90	20,678$80	3,268$50	- 1,332$90	-28,635$50	2,669,528$40	6,089,668$60	
-$-	150$00	12,001$30	3,090$40	-$-	11,720$80	-$-	1,545,046$70	7,634,712$30
380$80	173,215,170$10	38,391,779$80	1,426,660$20	4,361,969$30	25,636,816$70	171,249,233$10		676,984,077$60
$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	
-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	30,119$50	
-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	2,521,030$80	2,551,150$30
-$-	-$-	2,172,568$90	-$-	6,867$90	-$-	-$-	2,179,436$80	
-$-	-$-	485,830$40	2,221$20	280,100$30	-$-	-$-	1,596,436$70	
712$30	-$-	-$-	40,823$50	349,006$60	1,241,423$50	-$-	2,392,162$60	6,168,036$10
-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	
-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-
[illegible]	455,057,392$60	18,955,292$00	1,634,268$90	2,674,952$10	14,292,804$30	-$-	423,683,950$10	
567$0	342,543$00	4,693,574$20	3,972$70	221,487$60	879,403$90	-$-	12,875,073$20	436,559,023$30
-$-	23,251$40	2,714,180$70	108,422$00	151,519$50	2,502,057$50	-$-	15,536,412$70	
658$20	1,912,510$90	9,208,274$10	76,028$30	71,161$20	6,049,704$40	-$-	38,112,684$80	53,649,097$50
652$00	2,917,775$40	534,696$10	16,461$80	11,498$80	228,235$80	-$-	11,884,017$10	
-$-	4,419$20	13,819$20	126$80	2,451$20	9,472$70	-$-	189,831$80	
-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	520,085$30	520,085$30	12,593,934$20
-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	
-$-	29,483$20	-$-	-$-	-$-	4$20	433,269$40	495,619$70	495,619$70
-$-	2,510,640$90	58,147$10	14,617$30	-6,318$00	44,992$70	13,033$30	7,697,244$10	
-$-	-400$00	-$-	643$90	-$-	-2,613$10	-$-	542,485$00	8,239,729$10
-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	53,564,255$30	53,564,255$30	
-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	103,163,232$10	103,163,232$10	156,727,437$40
125$80	16[illegible],797,616$60	38,836,382$70	1,897,536$40	3,762,727$20	25,245,485$90	157,693,875$40		676,984,077$60

IMÓVEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 1975

	Valor de compra, obras e reajustamento para elevação de capital	Valor de Inventário	Flutuação de Valores
A F E C T O S			
Prédio sito na Avenida de Berna, nº 30-A/30-C	831.600$00	907.952$00	76.352$00
" " " " Casal Ribeiro, nº 61/61-A	6.013.153$90	8.833.600$00	2.820.446$10
" " " " Columbano Bordálo Pinheiro, nº 7/7F	18.961.792$00	18.119.936$00	-841.856$00
" " " " Fontes Pereira de Melo, nº 18	1.739.778$30	2.615.088$00	875.309$70
" " " " Fontes Pereira de Melo, nº 22	3.346.757$90	4.582.192$00	1.235.431$10
" " " " Fontes Pereira de Melo, nº 26	1.851.137$70	3.600.368$00	1.749.230$30
" " " " Infante Santo, nº 59	4.912.130$00	5.306.080$00	393.950$00
" " " Estrada da Torre, nº 19	830.400$00	1.852.416$00	1.022.016$00
" " no Largo Rafael Bordálo Pinheiro, nº 13/19 (1/7 parte)	754.247$10	629.485$70	-124.761$40
" " na Praça Marquês de Pombal, nº 2	1.599.443$80	522.240$00	-1.077.203$80
" " " Rua Alexandre Herculano, nº 48/48-A	38.661.896$60	38.661.896$60	-$-
" " " " Andrade Corvo, nº 23-A	1.090.251$90	1.478.192$00	387.940$10
" " " " do Arroios, nº 263/273	1.869.529$10	1.990.240$00	120.710$90
" " " " do Arsenal, nº 44/54	2.631.659$80	7.419.328$00	4.787.668$20
" " " " do Arsenal, nº 56/66	1.398.377$70	3.152.768$00	1.754.390$30
" " " " do Arsenal, nº 68/78	1.483.647$50	3.156.992$00	1.673.344$50
" " " " Capelo, nº 14/18	3.163.214$30	3.491.648$00	328.433$70
" " " " dos Clérigos, nº 3/7 e R. de Tràs, nº 8 - Porto	4.777.787$40	6.192.000$00	1.414.212$60
" " " " da Conceição, nº 121/129	2.876.836$40	5.580.928$00	2.704.091$60
" " " " Conde Redondo, nº 2	1.909.427$80	6.472.800$00	4.563.372$20
" " " " D. José de Mascarenhas, nº 71 - Almada	2.453.953$80	3.008.512$00	554.558$20
" " " " Ferreira Borges, nº 79/79-A	5.010.924$10	5.466.912$00	455.987$90
" " " " Frei Manuel do Cenáculo, nº 43	1.220.379$40	1.234.768$00	14.388$60
" " " " José Ricardo, nº 2/2C	7.410.794$70	8.735.840$00	1.325.045$30
" " " " Maria, nº 43	3.472.169$10	5.045.824$00	1.573.654$90
" " " " Martens Ferrão, nº 18	1.362.654$60	1.482.848$00	120.193$40
" " " " Oliveira Martins, nº 41, 41-A/41-C	4.560.964$00	5.833.616$00	1.272.652$00
" " " " Palma, nº 272/278	2.048.478$00	6.223.360$00	4.174.882$00
" " " " Ponta Delgada, nº 44, 44-A/44-B	6.521.376$80	7.573.312$00	1.051.935$20
" " " " da Prata, nº 174/178	874.462$50	1.334.784$00	460.321$50
" " " " 4 de Infantaria, nº 1/1-B	2.685.413$80	2.812.224$00	126.810$20
" " " " dos Sapateiros, nº 12/22	10.260.831$00	6.345.600$00	-3.915.231$00
" " " " dos Sapateiros, nº 24/38	5.520.079$40	2.148.512$00	-3.371.567$40
Armazém sito na Rua Andrade Corvo, nº 25	683.940$10	1.296.000$00	612.059$90
" " " " Martens Ferrão, nº 18-A	719.280$00	829.440$00	110.160$00
Soma	155.508.770$50	183.937.702$30	28.428.931$80
L I V R E S			
Prédio sito na Avenida Afonso de Albuquerque, nº 500/523-L. Marques	622.532$00	622.532$00	-$-
" " " " António José Gomes, nº 28 - Cova da Piedade	272.369$00	272.369$00	-$-
" " " Ribeira da Delgodra - S. Martinho - Covilhã - artº 647	227.288$50	331.776$00	104.487$50
" " " Ribeira da Delgodra - S. Martinho - Covilhã - artº 648	486.120$00	709.632$00	223.512$00
" " " Ribeira da Delgodra - S. Martinho - Covilhã - artº 663	336.714$00	491.520$00	154.806$00
" " " Ribeira da Delgodra - S. Martinho - Covilhã - artº 684	284.103$50	414.720$00	130.616$50
" " " Ribeira da Delgodra - S. Martinho - Covilhã - artº 739	490.066$00	715.392$00	225.326$00
Total	158.227.963$50	187.495.643$30	29.267.679$80

TICIPAÇÕES FINANCEIRAS E OUTRAS APLICAÇÕES EM VALORES MOBILIÁRIOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1975

…TAÇÃO	VALOR DE BALANÇO UNITARIO	VALOR DE BALANÇO TOTAL	VALOR TOTAL DE AQUISIÇÃO	FLUTUAÇÃO DE VALORES
-$-	-$-	-$-	-$-	-$-
-$-	3.370$00	39.779.480$00	12.057.062$40	27.722.417$60
-$-	4.352$00	4.530.432$00	1.666.410$50	2.864.021$50
-$-	3.149$00	3.149.000$00	1.232.633$90	1.916.366$10
-$-	3.904$00	23.424$00	7.560$00	15.864$00
-$-	663$02	1.259.091$10	1.259.091$10	-$-
-$-	47$93	91.508$90	91.508$90	-$-
-$-	1.071$00	90.238.513$00	81.848.959$60	8.439.553$40
-$-	1.000$00	610.000$00	610.165$00	-165$00
-$-	9.500$00	190.000$00	1.000$00	189.000$00
-$-	232$63	24.107.947$10	24.107.947$10	-$-
		164.029.396$10	122.882.338$50	41.147.057$60
-$-	1.000$00	50.000$00	48.415$20	1.584$80
-$-	1.000$00	600.000$00	600.240$40	-240$40
-$-	1.000$00	1.000.000$00	1.001.030$00	-1.030$00
-$-	1.004$00	4.899.520$00	4.883.513$60	16.006$40
-$-	1.004$00	2.675.660$00	2.687.102$80	-11.442$80
-$-	1.004$00	13.856.204$00	13.907.982$00	-51.778$00
-$-	1.004$00	2.309.200$00	2.300.000$00	9.200$00
-$-	1.004$00	4.016.000$00	4.000.000$00	16.000$00
-$-	500$00	750.000$00	750.000$00	-$-
-$-	434$00	3.846.108$00	8.765.990$90	-4.919.882$90
-$-	449$00	2.128.260$00	4.707.249$90	-2.578.989$90
-$-	585$00	2.135.250$00	3.676.572$00	-1.541.322$00
-$-	1.340$00	4.864.200$00	7.639.724$40	-2.775.524$40
-$-	800$00	4.376.000$00	5.470.000$00	-1.094.000$00
-$-	1.000$00	2.600.000$00	2.618.959$90	-18.959$90
-$-	1.005$00	2.355.720$00	2.341.181$90	14.538$10
-$-	1.004$00	2.333.296$00	2.334.803$40	-1.507$40
-$-	1.000$00	3.000.000$00	3.000.000$00	-$-
-$-	800$00	168.800$00	211.000$00	-42.200$00
-$-	853$00	490.475$00	566.375$00	-75.900$00
-$-	830$00	8.300$00	8.029$70	270$30
-$-	929$00	111.480$00	120.000$00	-8.520$00
-$-	724$00	731.240$00	1.010.090$80	-278.850$80
-$-	724$00	438.744$00	603.463$60	-164.719$60
-$-	724$00	23.892$00	23.826$00	66$00
-$-	724$00	23.168$00	23.104$00	64$00
-$-	724$00	3.620$00	3.610$00	10$00
-$-	708$00	7.080$00	7.230$00	-150$00
-$-	708$00	8.496$00	8.676$00	-180$00
-$-	708$00	2.124$00	2.169$00	-45$00
			73 320 340$50	
	"	59 812 837$00		— 13 507 503$50

TRANSPORTADO						59 812 837$00	73 320 340$50	13 507 503$50
Sacör 5% - 1960	1.030	1.000$00	967$94	-$-	850$00	875.500$00	996.978$20	-121.478$20
" 7% - 1970 - 1ª.fase	65	1.000$00	1.000$00	-$-	997$00	64.805$00	65.000$00	-195$00
" 7% - 1970 - 2ª.fase	356	1.000$00	1.000$00	-$-	997$00	354.932$00	356.000$00	-1,068$00
Sociedade Industrial de Celulose - Socel 5% - 1961	10	1.000$00	837$41	-$-	900$00	9.000$00	8.374$30	625$70
2.1.3 ACÇÕES								
Banco da Agricultura-port. reg.	122	500$00	1.799$29	-$-	1.559$00	190.198$00	219.513$50	-29.315$50
" do Alentejo-port. reg.	3.064	150$00	224$13	-$-	936$00	2.867.904$00	686.754$20	2.181.149$80
" de Angola-port.reg.	10	1.000$00	1.637$04	-$-	3.498$00	34.980$00	16.370$40	18.609$60
" de " -nom.	2	1.000$00	613$25	-$-	2.890$00	5.780$00	1.226$50	4.553$50
" Borges & Irmão - port. reg.	23	1.000$00	4.306$52	-$-	4.025$00	92.575$00	99.050$00	-6.475$00
" Espírito Santo e Comercial de Lisboa-port.reg.	40	1.000$00	4.000$00	-$-	4.850$00	194.000$00	160.000$00	34.000$00
" " " " -portador	66	1.000$00	4.936$36	-$-	4.850$00	320.100$00	325.800$00	-5.700$00
" Fernandes de Magalhães - port. reg.	18	1.000$00	3.000$00	-$-	3.475$00	62.550$00	54.000$00	8.550$00
" de Fomento Nacional - port. reg.	12	1.000$00	1.603$56	-$-	1.618$00	19.416$00	19.242$80	173$20
" Intercontinental Português - portador	13	1.000$00	8.433$53	-$-	5.000$00	65.000$00	109.636$00	-44.636$00
" " " - port. reg.	5	1.000$00	3.000$00	-$-	5.000$00	25.000$00	15.000$00	10.000$00
" Pinto de Magalhães - port. reg.	32	1.000$00	3.000$00	-$-	4.100$00	131.200$00	96.000$00	35.200$00
" Totta & Açores - port. reg.	56	1.000$00	3.700$00	-$-	5.275$00	295.400$00	207.200$00	88.200$00
Companhia Geral do Crédito Pred. Português - port. reg.	125	500$00	2.686$38	-$-	2.843$00	355.375$00	335.798$10	19.576$90
Cinorte-Companhia de Cimentos do Norte - port.	200	1.000$00	1.002$12	-$-	8.900$00	1.780.000$00	200.425$40	1.579.574$60
Cisul-Companhia Industrial de Cimentos do Sul - port. reg.	44	1.000$00	1.000$00	-$-	17.715$00	779.460$00	44.000$00	735.460$00
Companhia dos Diamantes de Angola - port. reg.	2.050	500$00	845$03	-$-	1.698$00	3.480.900$00	1.732.322$90	1.748.577$10
" de Seguros Atlas - port. reg.	40	100$00	501$53	-$-	500$00	20.000$00	20.061$50	-61$50
" " " A Nacional - nom.	116	1.000$00	759$09	-$-	2.584$00	299.744$00	88.054$50	211.689$50
" " " Tágus - portador	10	1.000$00	50$00	-$-	4.034$00	40.340$00	500$00	39.840$00
" " " " - port. reg.	5	1.000$00	675$00	-$-	4.034$00	20.170$00	3.375$00	16.795$00
" " " Tranquilidade - port. reg.	20	500$00	3.000$00	-$-	5.400$00	108.000$00	60.000$00	48.000$00
" União Fabril - port.	33	1.000$00	1.533$90	-$-	1.373$00	45.309$00	50.618$20	-5.309$20
" " " - port. reg.	70	1.000$00	3.114$57	-$-	1.373$00	96.110$00	218.020$00	-121.910$00
Lisnave - Estaleiros Navais de Lisboa - port. reg.	267	1.000$00	3.000$00	-$-	5.775$00	1.541.925$00	801.000$00	740.925$00
Rinave Portuguesa - Registro Internac. Naval - nom.	50	1.000$00	1.000$00	-$-	1.000$00	50.000$00	50.000$00	-$-
Sacor- portador	27	1.000$00	2.712$53	-$-	4.405$00	118.935$00	73.238$40	45.696$60
" - port. reg.	103	1.000$00	3.354$17	-$-	4.405$00	453.715$00	345.480$00	108.235$00
" - nom.	184	1.000$00	2.594$80	-$-	4.017$00	739.128$00	477.443$60	261.684$40
Setenave - Estaleiros Navais de Setúbal - port.reg.	3	1.000$00	1.000$00	-$-	3.725$00	11.175$00	3.000$00	8.175$00
Siderurgia Nacional - nominativas	300	1.000$00	1.000$00	-$-	1.558$00	467.400$00	300.000$00	167.400$00
Sociedade Algodoeira do Ambriz - nom.	111	100$00	100$00	-$-	100$00	11.100$00	11.100$00	-$-
" Nacional de Tipografia - port.reg.	76	100$00	145$13	-$-	121$50	9.230$00	11.030$00	-1.800$00
União Fabril do Azoto - port.reg.	220	500$00	500$00	-$-	770$00	169.400$00	110.000$00	59.400$00
Soma						76.018.593$00	81.691.954$00	-5.673.361$00
2.1.9								
2.2 TÍTULOS ESTRANGEIROS								
2.2.1 BILHETES DO TESOURO E OUTRAS OBRIGAÇÕES EMITIDAS POR ESTADOS ESTRANGEIROS	-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-
2.2.2 OUTRAS OBRIGAÇÕES	-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-
2.2.3 ACÇÕES	-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-
2.2.9 Soma						-$-	-$-	-$-
2.3 Total						76.018.593$00	81.691.954$00	-5.673.361$00
3. Total Geral						240.047.989$10	204.574.292$50	35.473.696$60

CI Comércio e Indústria

Companhia de Seguros

Fundada em 1907

Continuação da pág. 11

tura e entrou numa fase de estagnação. A carteira manteve-se praticamente estável, com uma redução insignificante, o que é sintoma pouco animador.

SITUAÇÃO FINANCEIRA

A liquidez da Companhia, afectada pelo programa de amortização de débitos (18.015 contos pagos em 1975) e pelo crescente volume das Despesas Gerais, tem sofrido gradual redução embora se mantivesse em nível relativamente estável e apreciável, suficiente para se evitarem preocupações alarmantes ou o recurso ao crédito.

Para tal contribuiu um persistente esforço de cobrança, beneficiado pela grande percentagem de pequenos seguros, de mais fácil cobrança, existente na carteira. Quanto a seguros de firmas, com prémios mais elevados, as dificuldades de cobrança, bem conhecidas, estão na origem do elevado montante da provisão de 31.544 contos constituida em 31.12.75.

É com apreensão que encaramos, no futuro, o problema das disponibilidades financeiras da Companhia, por força do vertiginoso crescimento dos encargos fixos.

As Despesas Gerais da Companhia sofreram uma evolução preocupante. Já bastante elevadas em 1973 (28,5% dos prémios de seguros directos) subiram para 36,00% em 1974 e para 38,7% em 1975. É quase ocioso lembrar que nas Companhias de maior dimensão, a incidência das Despesas Gerais, num passado recente, oscilava entre 16% e 20%.

A massa salarial, incluindo os inerentes encargos para-fiscais, cresceu de 53.821 contos em 1973 para 123.280 contos em 1975. Isto sem praticamente terem havido novas admissões, promoções facultativas ou horas extraordinárias.

Serão aplicadas todas as medidas susceptíveis de estabilizar a liquidez da Companhia, em termos desta continuar habilitada a enfrentar pontualmente todos os seus encargos e responsabilidades. Perto de esgotarmos as possibilidades que essas medidas oferecem, estamos conscientes das graves dificuldades que a curto prazo surgirão e não podemos mostrar optimismo a tal respeito.

As comissões e despesas de aquisição, reduzidas por acção disciplinadora dos organismos de coordenação, baixaram de 12,7% para 10,9%, com base na receita de prémios de seguros directos.
Este é um factor positivo, sob o ponto de vista económico, que no ano em curso terá expressão mais acentuada, pois abrangerá todo o exercício e não só parte dele, como em 1975.

Ao invés, os rendimentos de valores livres e afectos às reservas, devido a razões por todos conhecidas, baixaram de 13.496 contos para 12.404 contos, quando deveriam ter subido.

De qualquer forma, os prejuízos elevados que a Companhia está sofrendo não deixarão de reflectir-se numa quebra da sua liquidez.

A crise é geral e a sua superação transcende as possibilidades ao alcance dos gestores, pois o equilibrio dos resultados de exploração só poderá ser alcançado mediante revisões tarifárias ou aumentos dos chamados "encargos", a par de disposições mais justas em matéria de provisões para prémios em cobrança.

Os organismos de coordenação têm agido com algumas iniciativas úteis mas de natureza puramente correctiva e que nos dispensamos de mencionar.

Aguardamos que, em termos mais amplos e com a indispensável urgência, se trilhem os caminhos adequados à normalização da nossa actividade e à sua consolidação, para cabal enquadramento da mesma nos objectivos gerais de natureza sócio-económica que hoje nos norteiam.

O prejuízo do exercício foi de Esc. 103.163.232$10 e eleva-se a Esc. 156.727.487$40 com o que se registou no ano anterior.

Lisboa, 1 de Junho de 1976

O CONSELHO DE GESTÃO

António Gonçalves Raimundo
Avelino Lopes Martins
Mário Pereira Dionísio
Dr.Rui Jorge da Silva Ramos

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE DEFICIENTES

Continuação da pág 6

A) Velar pelo cumprimento dos estatutos;
B) Conferir as existências e dar parecer sobre o relatório e contas da Direcção Executiva;
C) Acompanhar e fiscalizar a acção da Direcção Executiva, participar nas suas reuniões sempre que entenda por conveniente ou quando aquela o convocar e aí dar parecer sobre matéria da sua competência;
D) Requerer ao respectivo presidente a convocação extraordinária da Assembleia Geral quando houver notícia de violação dos estatutos, abuso do poder ou incumprimento das deliberações da própria Assembleia Geral;
E) Solicitar à Direcção Nacional, fundamentadamente, a convocação de qualquer assembleia distrital;
F) Exercer poderes de superintendência sobre os vogais, dar-lhes instruções e convocá-los.

CAPÍTULO IV
Dos meios financeiros

SECÇÃO I
Das receitas

Artigo 44.º __ 1 __ Constituem receitas da Asssociação:
A) A quotização dos sócios;
B) As heranças, legados e doações instituídos a seu favor e/ou os seus rendimentos;
C) Os donativos e o produto de quaisquer campanhas de angariação de fundos;
D) Os subsídios, eventuais ou permanentes, que venham a ser concedidos pelo Estado ou por quaisquer outras entidades;
E) Outros rendimentos.

2 __ Carecem de deliberação da Assembleia Geral:
A) A aceitação de heranças, legados e doações quando comportem encargos;
B) A alienação ou oneração, a qualquer título, de bens imobiliários;
C) A realização de empréstimos.

Artigo 45.º __ 1 __ Cada comissão de gestão dos órgãos de base ou dos núcleos recolhe a quotização dos sócios no âmbito da respectiva jurisdição, arrecada e administra 50% daquele produto e remete a restante metade para os fundos distritais.

2 __ Cada Comissão Executiva Distrital recolhe as quotizações dos membros da sua assembleia que não sejam cobráveis pelas comissões de gestão referidas no n.º 1 e metade das que forem por estas cobradas, arrecada e administra 50% do produto destas verbas, enviando a restante parte para os fundos centrais.

3 __ O disposto nos números precedentes não é aplicável aos donativos e ao produto de campanhas de angariação de fundos, que revertem inteiramente para os órgãos que os recolhem.

4 __ Revertem para os fundos centrais da Associação o remanescente do produto das quotizações referido em 2 e as demais receitas constantes no artigo 44.º e não mencionadas no número anterior.

5 __ Os critérios estabelecidos neste artigo podem ser sempre alterados por deliberação da Direcção Nacional.

SECÇÃO II
Das esferas de autonomia financeira dos órgãos executivos

Artigo 46.º __ 1 __ O património sob administração da Direcção Executiva só responde quando a obrigação for assumida pela assinatura conjunta de dois dos seus membros, sendo uma a do tesoureiro.

2 __ Em caso algum o património sob administração da Direcção Executiva responde pelos actos de outros órgãos da Associação e das obrigações deles decorrentes.

3 __ Pelos actos de cada Comissão Executiva Distrital e de cada Comissão de Gestão dos órgãos de base e dos núcleos respondem somente os fundos próprios sob sua administração, devendo as obrigações contraídas respeitar a formalidade referida no n.º 1.

Artigo 47.º __ As despesas que envolvam um gasto, pelo órgão executivo, de verba superior a 25% dos fundos disponíveis sob sua administração carecem de prévia aprovação do órgão deliberativo que o elegeu.

CAPÍTULO V
Integração e interpretação dos estatutos, extinção e liquidação da Associação

Artigo 48.º __ 1 __ As lacunas dos presentes estatutos que venham a constatar-se serão integradas por deliberação da Assembleia Geral.

2 __ As deliberações sobre integração de lacunas carecem, para que possam ter valor constitutivo de estatuto, de aprovação por maioria de três quartos dos membros presentes à assembleia.

3 __ O disposto nos números anteriores é aplicável a interpretação de disposições estatutárias cuja aplicação venha suscitar dúvidas.

Artigo 49.º __ 1 __ A deliberação sobre a extinção da Associação será tomada em Assembleia Geral expressamente convocada para o efeito e requer uma maioria de quatro quintos de todos os associados.

2 __ Em caso de extinção, o património da Associação terá o destino que lhe for fixado pelos associados, devendo procurar assegurar-se que revertam a favor de pessoa colectiva que prossiga, fins próximos dos da Associação, com ressalva, todavia, das disposições legais.

CAPÍTULO VI
Disposições transitórias

Artigo 50.º __ 1 __ A Direcção Executiva, consultados os demais órgãos existentes à data, elaborará e submeterá à aprovação da Assembleia Geral, no prazo de seis meses após a aprovação destes estatutos:
A) O regulamento eleitoral;
B) As normas sobre elaboração, organização e envio dos relatórios e contas as Direcções Nacional e Executiva pelas Comissões Executivas Distritais;
C) As normas sobre a constituição e funcionamento de comissões técnicas.

2 __ O Congresso elaborará as normas regimentais que disciplinarão o seu modo de funcionamento e pormenorizarão os termos da sua própria convocação.

3 __ O regimento do Congresso fixará ainda os processos de designação a que se refere a alínea D) do artigo 40.º

4 __ O regulamento, as normas e o regimento a que se referem os n.os 1 e 2 deste artigo, uma vez aprovados em Assembleia Geral por maioria de três quartos dos sócios presentes, terão valor de estatutos e nestes se incorporarão.

Artigo 51.º __ Os artigos 50.º e este próprio caducam pela efectivação do disposto no primeiro.

Está conforme ao original, nada havendo na parte omitida em contrário do que se narra ou transcreve.

19.º Cartório Notarial de Lisboa, 5 de Novembro de 1976. __ O Ajudante, Rui Jorge Pires Carrondo.

1-3-2307

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES DO COMÉRCIO DO DISTRITO DE LISBOA

SEDE: Av. da República, 29-27 — Telef. 57 40 73 — LISBOA

DELEGADOS SINDICAIS

Convocam-se todos os delegados sindicais dos trabalhadores do comércio para uma reunião a efectuar na sede do nosso Sindicato, na próxima quinta-feira, dia 17 de Fevereiro, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1. ***a)*** **Análise do Projecto de Lei n.º 8/1 — SOBRE O CONTROLO OPERÁRIO.**

   b) **Análise da Proposta de Lei reguladora da eleição das comissões de trabalhadores e respectivos direitos.**

2. **Informação (quotização, semana inglesa, etc.).**

Os textos do projecto e da Proposta de Lei a discutir encontram-se à disposição de todos os associados do Sindicato.

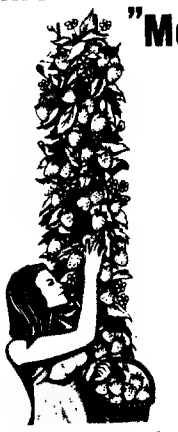
Apelamos para uma comparência maciça de todos os delegados sindicais dada a extrema importância das questões a debater.

DELEGADO SINDICAL DO COMÉRCIO, DIA 17, ÀS 21 HORAS, COMPARECE NO TEU SINDICATO

Lisboa, 14 de Fevereiro de 1977.

Pel'A DIRECÇÃO

MORANGUEIROS REMONTANTES "Mount Everest"



Uma nova espécie de Morangueiros remontantes "Mount Everest", mais resistentes e abundantes. Uma verdadeira novidade para os amadores de plantas.

Começarão a dar frutos desde os primeiros dias de Verão.

Sem necessidade de se baixar, pode recolher, grandes, carnudos e saborosos morangos.

Estes morangueiros trepam, enleando-se a uma cana, um pau ou qualquer estrutura que lhe permita a elevação.

Mesmo para si que vive na cidade e não dispõe mais do que a varanda ou a floreira pode cultivar estes morangueiros. Dificilmente encontra outra planta que ornamente a sua varanda de forma mais útil e com maior beleza e aroma.

Em qualquer caixote, vaso, pote ou floreira pode plantar esta nova qualidade de morangueiros remontantes que dá frutos tão carnudos, saborosos e aromáticos como V. nunca provou.

Fáceis de plantar, dão-se em qualquer terreno.

FAÇA DESDE JÁ O SEU PEDIDO. O stock é limitado como se compreende.

PORTANTO FAÇA JÁ A SUA RESERVA.

PEDIDOS A: EURO-POSTE-FLORA — APARTADO 4 087 • LISBOA-4

13 Enviem-me a cobrança — pago ao carteiro

☐ Lote de 5 plantas = 120$00 ☐ Lote de 10 plantas = 200$00 ☐ Adubo especial = 30$00

NOME.....

MORADA.....LOCALIDADE.....

Assinale com um X a quantidade desejada • mínimo de venda = Lote de 5 plantas

HOTEL SINTRA ESTORIL

CARNAVAL 1977

BAILE DE GALA (Sábado)
TARDE DANÇANTE (Domingo)
BAILE TRAPALHÃO (Segunda-feira)
Alojamento e refeições — BAR
Programas especiais — Preços excepcionais

Peça informações e faça a reserva na sua Agência ou pelo telefone 241 0612
Est. Nac. 9-Km 6 — Alcabideche — CASCAIS
(junto Autodromo do Estoril)

Nacional

ESTÁGIO DE TÉCNICOS EM AVEIRO

Governo vai apoiar fomento agropecuário

Com as presenças do ministro da Agricultura e Pescas, dr. António Barreto, e do secretário de Estado do Fomento Agrário, eng. António Campos, termina amanhã em Aveiro, um estágio de 400 técnicos do M. A. P. destinado a lançar em 143 concelhos do País uma acção de fomento agro-pecuário. O curso, que tem decorrido nas Caldas da Rainha, teve como objectivo a formação de especialistas para uma campanha de esclarecimento e de apoio técnico, junto dos agricultores interessados na produção de bovinos (leiteiros e de carne), de ovinos e caprinos.

Recorde-se que o Ministério da Agricultura — através da Secretaria de Estado do Fomento Agrário — promoveu três grandes linhas de crédito à lavoura, a fim de estimular aquelas produções, com base em forragens e pastagens. Os créditos bancários, com taxas de juros bonificadas, abrangem a instalação de culturas forrageiras, estabelecimento de regadios, abastecimento de água, construção de instalações pecuárias aquisição de equipamentos e de gados.

Através de brigadas técnicas, localizadas em todos os concelhos, será prestada assistência à aplicação dos investimentos.

A acção dos técnicos (agrícolas e veterinários) que a partir do dia 18 se deslocam, em tarefas de assistência, por todos os concelhos do País, revestir-se-á, — segundo o M. A.P. — de características de sensibilização colectiva e de apoio directo aos interessados, quer sobre técnicas de produção, quer de gestão.

Os dinheiros investidos pelo Estado, através de crédito bancário, passam a ser «acompanhados do apoio directo por parte do Governo».

De acordo com as condições ecológicas, as zonas do País propícias às produções referidas são as seguintes:

Gado bovino leiteiro: concelhos dos distritos de Aveiro, Braga, Bragança, Coimbra, Leiria, Lisboa, Porto, Santarém, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu.

Gado bovino de carne: concelhos dos distritos de Beja, Évora, Portalegre, Santarém, Setúbal, Vila Real, Viseu e perímetro de rega da Idanha (Castelo Branco).

Ovinos e caprinos: concelhos dos distritos de Bragança, Castelo Branco, Coimbra, Évora, Guarda, Leiria, Portalegre e Santarém.

PUB

TRIBUNAL CÍVEL DA COMARCA DE LISBOA

13.º Juízo Cível

ANUNCIO

Acção sumária n.º 1108, da 2.ª Secção

AUTORA — Margarida Rosa Cota, viúva, doméstica, residente na Rua 1.º de Maio, 134, 2.º, esq.º, em Lisboa.

RÉUS — Ernesto Sant' Ana da Cunha Castelo Branco, solteiro, empregado comercial, com última residência conhecida na Av. D. Carlos n.º 108, 3.º, em Lisboa e outros.

CITA-SE o réu Ernesto Sant' Ana da Cunha Castelo Branco acima referido, para, no prazo de dez dias, finda a dilacção mínima, a contar da data da 2.ª e última publicação deste anúncio, contestar o pedido formulado pela autora, o qual consiste em declarar que a mesma adquiriu por composse com os réus António da Conceição Morgado e esposa Constância das Neves Morgado e Heitor da Conceição Frade e esposa Helena Maria Jorge e Ernesto Sant' Ana da Cunha Castelo Branco, um jazigo com o registo camarário n.º 2319, sito no Cemitério dos Prazeres, Rua Um, lado direito, nesta cidade, por se ter verificado o usucapião, de forma a ser averbado na Câmara Municipal de Lisboa, o referido jazigo em seu nome, na proporção de três quartas partes, mantendo-se o averbamento em vigor na proporção de uma quarta parte a favor do terceiro e quarto réus e suas esposas.

Lisboa, 21 de Janeiro de 1977

O Juiz de Direito

(Jaime Octávio Cardona Ferreira)

Causa Monárquica proclama "sucessor"

Reunidos em data recente, os corpos dirigentes da Causa Monárquica deliberaram proclamar o filho do falecido duque de Bragança, Duarte João, como «legítimo sucessor dos reis de Portugal», implorando «a Deus que o ilumine a empare» neste «pesado encargo».

não se prive do seu automóvel nos fins de semana leve-o consigo de comboio

o serviço diário
AutoExpresso
Lisboa-Porto-Lisboa
transporta-o a si e ao seu carro
informe-se nas estações e agências de viagens
Caminhos de Ferro Portugueses

MINISTÉRIO DOS ASSUNTOS SOCIAIS

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

SERVIÇOS MÉDICO-SOCIAIS DO DISTRITO DE SETÚBAL

ADMISSÃO DE PESSOAL TÉCNICO DO SERVIÇO SOCIAL

Informa-se que se encontra aberto concurso documental no período de 12 a 26 de Fevereiro inclusive para provimento das vagas existentes no quadro do pessoal abaixo indicado:

— Técnica do Serviço Social

Para mais esclarecimentos devem os interessados contactar a Secção de Pessoal Administrativo, 7.º andar (Serviços Médico-Sociais do Distrito de Setúbal) Telefones 28041/4, sito na Avenida General Daniel de Sousa — Prolongamento — Prédio FIAT — Setúbal.

NOTA: Estas vagas estão sujeitas à aprovação dos S. M. Centrais.

A COMISSÃO ADMINISTRATIVA

Circo sobre gelo

ÚLTIMA SEMANA DE ACTUAÇÃO

DOMINGO, DIA 27: DESPEDIDA

INSTALADO NO PARQUE DE JOGOS DO HÓQUEI C. DE P. — AV. DO BRASIL

Telef. 80 45 45

— HOJE —

«MATINÉE» às 16 horas

À NOITE às 21.30 horas

CARNAVAL

4: GRANDIOSAS TARDES INFANTIS: 4

SÁBADO — DOMINGO — SEGUNDA E TERÇA-FEIRA

DIAS: 19, 20, 21 e 22

DUAS «MATINÉES» às 14.30 e 17.30 horas

TODAS AS NOITES às 21.30 horas

ATENÇÃO CRIANÇAS!!!

Segunda-feira, às 14.30 — Grande festival infantil com extraordinário sorteio de jogos e brinquedos.

Terça-feira, às 14.30 — Concurso de máscaras infantis com prémios para os melhores

BILHETEIRA ABEP

Praça dos Restauradores

NO CIRCO
A BILHETEIRA ABRE ÀS 10 HORAS DA MANHÃ

AVISO IMPORTANTE:

A CARRIS ASSEGURA O TRANSPORTE PARA OS PRINCIPAIS PONTOS DA CIDADE, DEPOIS DE CADA ESPECTÁCULO.

Estrangeiro

Vance e Arafat poderão encontrar-se hoje no Cairo

Dois políticos em tudo opostos um ao outro estão hoje na capital egípcia, a fim de procurarem uma solução negociada para o conflito do Médio Oriente: o secretário norte-americano de Estado, Cyrus Vance, e o dirigente da O. L. P, Yasser Arafat.

Não há quaisquer indicações oficiais de que os dois homens se avistem pessoalmente. É quase certo, porém, que o farão, e o segredo de Polichinelo que rodeia o provável encontro pode dever-se ao facto de os E. U. A. não quererem beliscar a hipersensibilidade israelita. Vance esteve ontem em Israel, cujo ministro dos Negócios Estrangeiros, Ygall Allon, declarou na sua presença a veemente discordância com a participação soviética nas negociações de paz sobre o Médio Oriente.

Ontem em Isarel, Vance revelou as condições que o seu país põe para que os palestinianos participem na conferência de Genebra: que reconheçam o Estado judaico.

À sua partida de Isarel, Cyrus Vance declarou-se optimista quanto aos resultados da sua missão, pois tinha encontrado grande «maleabilidade» nos dirigentes israelitas. Essa «maleabilidade» não deve ser alheia ao facto de a nova administração dos E. U. A. aumentar em 285 milhões de dólares o auxílio de 1,5 mil milhões que Ford concedera a Israel.

Os problemas que se levantam nas relações entre Israel e os E. U. A. foram também abordados por Vance ontem em Telavive. Fontes israelitas citadas pela Reuter referem que Vance pediu ontem, durante conversações com altos funcionários israelitas, autorização para a AMOCO, uma divisão da Standard Oil, fazer prospecções com base nos arrendamentos firmados com o Egipto em 1964 e 1967. Israel não tem qualquer direito legal para explorar a área, notou.

A possibilidade de mais auxílio norte-americano ao Egipto deveria, segundo se aguarda, ser um dos tópicos das discussões no Cairo. Vance afirmou, há dois dias, numa entrevista concedida à televisão e transmitida no Cairo, que o Egipto poderia contar com a ajuda do Governo e de empresas privadas norte-americanas.

Enquanto isto, notícias provenientes do Sul do Líbano indicam que as tropas da Força Árabe de Manutenção de Paz se deslocaram para o interior a partir do porto de Sidon, em direcção à controversa cidade de Nabatiyeh. Entretanto, nas zonas do Sul em que a força pan-árabe não entrou ainda, milícias cristãs e forças conjuntas palestiniano-progressistas continuam a defrontar-se.

Por último, o ministro francês dos Negócios Estrangeiros, Louis de Guiringaud, que chegou ontem, à noite, a Beitute iniciando uma viagem a quatro países do Médio Oriente, travou hoje conversações formais com o seu homólogo libanês, Fuad Butros.

UGANDA

Bispo e dois ministros mortos em circunstância estranhas

Dois ministros ugandeses e o arcebispo anglicano do Uganda, Burundi e Ruanda morreram num acidente de viação pouco depois de serem presos pelas autoridades ugandesas sob a acusação de conspirarem para derrubar o presidente Idi Amin __ anunciou hoje uma porta voz governamental.

A rádio do Uganda informou por seu lado de que o acidente ocorreu quando os três homens, o arcebispo Jawani Luwum e os ministros dos Recursos Hidráulicos e Assuntos Internos, respectivamente, coronel Erinayo Oryema e Oboth Ofumbi, tentaram dominar a escolta militar, quando estavam a ser conduzidos num veículo para interrogatórios.

Os três foram presos ontem, após uma manifestação maciça em que 3.000 soldados do exército do presidente Amin exigiram a execução sumária dos indivíduos envolvidos na conspiração. As notícias da morte do arcebispo e dos dois ministros foram anunciadas por rádio Uganda no seu boletim noticioso rotineiro das 10 horas locais (sete em Lisboa) de hoje numa emissão captada em Nairobi.

Os Estados Unidos, por intermédio da Agencia Central de Informações (CIA), a Grã-Bretanha e Israel foram também acusados de envolvimento no malogrado golpe.

Manifestantes etíopes em defesa da revolução

A disposição de «defender energicamente a Revolução» foi ontem afirmada na Etiópia por milhares de pessoas, que se manifestaram em diversos pontos do país.

Na cidade histórica de Lalibela, cerca de 25 mil camponeses reuniram-se num comício impressionante e apoiaram as recentes medidas tomadas contra membros reaccionários do Derg. Na província de Jeju, na região administrativa de Wollo, trabalhadores, soldados e membros das milícias empunhavam cartazes em defesa da Revolução. Noutra provincia de Wollo (em Worehimenu) 450 membros das milícias populares terminaran um curso de instrução militar com vista a «defender as conquistas da Revolução» contra os ataques dos reaccionários. Em todo o país estão a constituir-se «comités de defesa da Revolução».

Inglaterra vai voltar ao banco dos réus

No dia 19 de Abril serão reabertos os debates sobre o processo de Estrasburgo. Este processo foi instaurado depois do conhecimento das torturas que as «forças de segurança» britânicas infligiam aos irlandeses, no Ulster.

A decisão de reabrir o debate foi tomada, terça-feira, em Estrasburgo, pela Conferência Europeia dos Direitos do Homem. Londres tentou convencer o Governo irlandês a fazer parar o curso do processo, argumentando com a «modificação da situação» no Ulster. Mas o procurador-geral irlandês recusou, categoricamente, esses «argumentos» que estão em desacordo com os factos. A promessa de não mais recorrer a torturas, também não surtiu melhor efeito.

A Imprensa de Fleet-Street recebeu com grande inquietação a notícia da continuação do processo. Jornal «Daily Telegraph» qualificou aquela decisão de «rude golpe» infligido à Inglaterra. «A Inglaterra», constata «The Times», perde o processo sobre as torturas que tentou esconder».

Enquanto isto o ministro britânico, do Interior, Merlyn Rees, anunciou na quarta-feira que não haverá amnistia para os membros do IRA «Provisório» detidos nas prisões de Inglaterra».

Por outro lado, foi ordenada a saída da Inglaterra, por motivos de segurança, ao antigo agente da CIA, Philip Agee, e ao jornalista americano, Mark Hosenball, após ter sido indeferido o seu recurso contra a deportação.

Parlamentares trabalhistas gritaram «Vergonha e Desgraça», quando o ministro do Interior, Merlyn Rees, informou a Câmara dos Comuns de ter decidido ir para a frente com as ordens de deportação emitidas em Novembro passado.

Novas armas americanas provocam desequilíbrio

Na mesma altura em que falam de desarmamento, os Estados Unidos estão prestes a conseguir armas modernissimas e com um poder de destruição jamais alcançado, susceptíveis de alterar o equilíbrio de forças no mundo. A revelação saiu do Departamento de Defesa, quando o dr. George Beilmeir, director da Agência de Projectos Pesquisas avançadas do Pentágono, reviu o desenvolvimento, dentro dos próximos 15 anos, de «raios da morte» com laser de grande energia, armas em órbita ao redor da terra e sistemas de detecção e ataque automático de submarinos equipados com mísseis. Disse Beilmeier: «Estamos na véspera de inovações importantes que poderiam influenciar dramaticamente a nossa segurança. Surgiu uma nova capacidade que poderá mudar dramaticamente o equilibrio do Poder».

Menos fulminante e mais puritano, apesar das declarações à «Playboy» durante a campanha eleitoral, Jimmy Carter nomeou um cobrador de impostos para persuadir os seus compatriotas a deixarem de «viver em pecado», na mesma ocasião em que propõe uma mudança no sistema de impostos sobre rendimentos que actualmente torna mais barato a alguns casais viverem em concubinato. Aliás, já na semana passada, Carter, um baptista convicto, havia convocado funcionários governamentais para lhes comunicar que não gostava disso. Agora, o presidente norte-americano vai modificar o seu programa pedindo ao Congresso que «trate melhor os casais consorciados» e que reduza os subsídios aos solteiros.

No campo político, Clark Clifford, emissário da presidência dos EUA chega hoje a Atenas, depois de passar por Viena, numa viagem para «apuramento de factos» no Mediterrâneo Oriental a fim de determinar o papel do seu país na disputa de Chipre. Manterá encontros com Caramanlis, membros do governo grego e elementos da oposição. Pelo seu lado, a China fez saber aos EUA que estava disposta a abrir negociações para resolver o contencioso financeiro que opõe os dois países desde a Revolução Chinesa, em 1949. Washington reclama a Pequim 196,9 milhões de dólares em bens norte-americanos, especialmente activos industriais confiscados pelos comunistas. Como resposta, os Estados Unidos congelaram 76,5 milhões de dóalres de bens chineses no seu território.

Itália

Confirmam-se ligações "gansters" — neofascistas

Existem estreitas ligações, especialmente no plano financeiro, entre os grupos clandestinos neofascistas italianos e o grande banditismo de delito comum. Os dez milhões de liras provenientes de um resgate e encontrados em poder do neofascista Pierluigi Concutelli, preso no passado domingo em Roma, confirmam esta tese, que também é perfilhada pelo próprio ministro do Interior, Francesco Cossica. Um juiz romano, Vittorio Occorsio, que havia sido o primeiro a compreender estas ligações e estava prestes a revelar como estavam interligados os elos, foi abatido «misteriosamente» em 10 de Julho do ano passado, e Pierluigi Concutelli agora está preso como presumível autor deste assassínio. Os dez milhões de liras encontradas em seu poder são provenientes do resgate pago pela libertação de Emanuela Trapani, em 23 de Janeiro último, que havia sido raptada pelo «inimigo público número um» da Itália, Renato Vallanzasca.

A Polícia considera que Vallanzasca, antes de ser preso, dois dias depois de Concutelli, pode ter estado escondido nos meios neofascistas, que lhe terão fornecido armas e automóveis em troca dos dez milhões de liras encontrados com Concutelli, que também é militante da «Ordine Nuovo».

Entretanto, o juiz de instrução, Alberto Corrieri, terá constatado a existência de uma rede internacional de auxílio aos neofascistas. Concutelli foi referenciado em Espanha, na Suíça e mesmo em Angola. Por sua vez, os serviços secretos revelavam que a Mafia e os neofascistas se equivaliam no contrabando de armas, havendo também contactos entre as duas «organizações» quando se trata da «reciclagem» do dinheiro obtido através de resgates.

Os homens do «antiterrorismo» italiano evocam ainda as declarações do cérebro do assalto ao banco de Nice, Albert Spaggiari, que afirmou ter agido por conta de uma rede internacional de extrema-direita, «La Catena», e lembram que o montante deste roubo fabuloso foi encontrado apenas parcialmente.

Numerosos elementos e testemunhos após a queda dos coronéis da Grécia, e do fascismo em Portugal, confirmaram as estreitas ligações existentes entre grupos clandestinos europeus, por vezes financiados por certos industriais, como Andrea Piaggio, preso em 1974, e uma das maiores fortunas de Génova. Essas revelações não surpreendem muito os especialistas. Os estranhos elos entre os grupos clandestinos, que por vezes contam até com a colaboração de serviços secretos, como prova o processo do atentado de Milão, em 1969, e os interesses convergentes de malfeitores, bombistas ou mesmo personagens da alta finança são, para estes especialistas, «lógicos ou mesmo inevitáveis». Resta estabelecer como são geridos os fundos clandestinos. Já em 1974, o então ministro do Interior, Paolo Emílio Taviani, afirmava: «Existe uma estrutura derivante europeia da Internacional fascista. A Internacional Negra é um facto.» O juiz Luciano Volante denunciou uma «cimeira» europeia de grupos clandestinos de extrema-direita que se realizou em Lyon (França), em Dezembro de 1974.

Uma outra reunião do mesmo tipo ter-se-ia realizado, no ano passado, em Barcelona.

O grande problema é que parece impossível localizar os «cérebros» dessas organizações e, com mais razão, deitar-lhes a mão «por falta de provas». Como acontece com a Mafia...

Governador de São Paulo quer um Partido Socialista

Apontado como homem de confiança de Geisel, o governador do estado de São Paulo, Brasil, Paulo Egydio Martins, falou na hipótese de criação de um partido socialista naquele país, «que representaria uma parcela ponderável da opinião pública», desde que não incluísse nas suas fileiras «subversivos» e «terroristas». Rejeitou entretanto, a legalização do Partido Comunista, pois diz que este é «totalitário». Essas ideias do governador de São Paulo foram demonstradas numa entrevista à rádio e à televisão em que revelou a sua «preferência pessoal» por mais partidos políticos além da oficialista ARENA e do oposicionista M. D. B.

Entretanto, em Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, o prefeito da cidade, Marcos Klassman, teve o seu mandato suspenso e os direitos políticos retirados pelo periodo dez anos. Motivo: na qualidade de presidente da Comissão dos Direitos Humanos do Rio Grande do Sul, proferiu um discurso e disse que poderia apresentar documentos que provavam a existência de tortura naquele estado e no país todo, além de discursos de Jimmy Carter, que provam as torturas no Brasil e na América Latina. O antecessor de Klassman, Glénio Peres, teve o mesmo destino, no passado dia 2, pelas mesmas razões.

PLATAFORMA ELEITORAL NA ÍNDIA

O partido governamental indiano chegou a uma plataforma eleitoral com o partido comunista e com agrupamentos políticos que mantêm fortes influências em alguns Estados, para os 45 lugares do Parlamento a que não concorre.

Na verdade, a lista que apresentou o Partido de Congresso apresenta apenas candidatos para 497 dos 542 lugares do Parlamento.

O filho da sra. Gandhi, Sanjay Gandhi (à volta do qual se tem estabelecido violenta polémica) é candidato do partido do Congresso para distrito de Amethi, confrontando-se aí com a oposição de Ravindra Pratap Singh. Pela primeira vez, Sanjay se candidata a um cargo público. O maior rival da sra. Gandhi é o candidato do partido Janata, Raj Narain, que, nas últimas eleições de 1 971, perdeu por 100 mil votos.

Noticiário em colaboração com as agências ANOP, France Presse Inter Press Service, Novosti, Prensa Latina e Reuter

Espectáculos

A classe teatral toma posição contra assassinatos no Brasil

.Em documento lido depois dos espectáculos em cena e através de um abaixo-assinado enviado às autoridades brasileiras, a classe teatral portuguesa, na sua quase totalidade, tomou posição contra o assassinato de três antifascistas brasileiros (Pedro Pomar, Angelo Arroyo e João Baptista Drumond) a prisão, na mesma altura, de mais doze e o desaparecimento de vários outros às mãos da polícia política brasileira e, nomeadamente, do II Exército de S. Paulo.

O documento foi subscrito colectivamente por dezasseis companhias de teatro (Adoque, Bando, Barraca, Cooperativa Rafael Oliveira, Teatro Experimental de Cascais, Casa da Comédia, Casa da Cultura da Margem Sul, Bonecreiros, Centelha, Comuna, Cornucópia, Faz-Tudo, Proposta, Grupo 4, Grupo Teatro Hoje e Teatro Estúdio de Lisboa) e individualmente por todos os seus elementos. Assinaram também muitos elementos de outros grupos, nomeadamente Nicolau Breyner, Rogério Paulo, Ribeirinho, Rui e Hernâni Martins, José Viana, Hermínia Silva, Guida Maria, Artur Ramos, Cândido Mota, Fernanda Franco, Ivone Silva, Vítor Mendes, Lygia Teles e António Machado.

Os membros da classe teatral portuguesa manifestam no referido documento o seu «repúdio perante tais factos atentatórios dos direitos fundamentais da pessoa humana»; exigem «a imediata libertação daqueles que se encontram encarcerados» e apelam à solidariedade do povo português «para com estes antifascistas em risco de serem mortos».

Esta tomada de posição foi ainda completada no passado dia 12 com uma recolha de fundos, nos teatros, para as famílias das vítimas da repressão fascista brasileira.

COMUNA RECUSA PARTICIPAR NO FESTIVAL DE SÃO PAULO

.Paralelamente, a «Comuna — Teatro de Pesquisa», declinou um convite para se apresentar no Festival Internacional de Teatro que se realiza em S. Paulo e para que tinha sido convidado por Ruth Escobar. A Comuna participara no I Festival, em 1974. Desta feita enviou à conhecida empresária de origem portuguesa uma carta, onde afirma:

«Tendo tomado conhecimento do assassinato de três antifascistas brasileiros e da prisão de mais de 12, dos quais seis não identificados, a Comuna está a participar activamente no movimento desencadeado em Portugal, de solidariedade, de repúdio e de exigência da identificação e da libertação imediata de todos os prisioneiros.

Conhecemos e sofremos o fascismo. Lutámos contra ele e continuaremos lutando, por todas as formas ao nosso alcance, onde quer que continue a fazer as suas vítimas.

«Por isso vimos informá-la que deve cessar imediatamente todas as «démarches» que tem vindo a fazer para a nossa participação no Festival de S. Paulo.»

O categorizado agrupamento que tem em cena uma peça de conteúdo antifascista («O Muro», baseado no livro de José Gomes Ferreira «Aventuras de João Sem Medo»), acrescenta na carta enviada a Ruth Escobar:

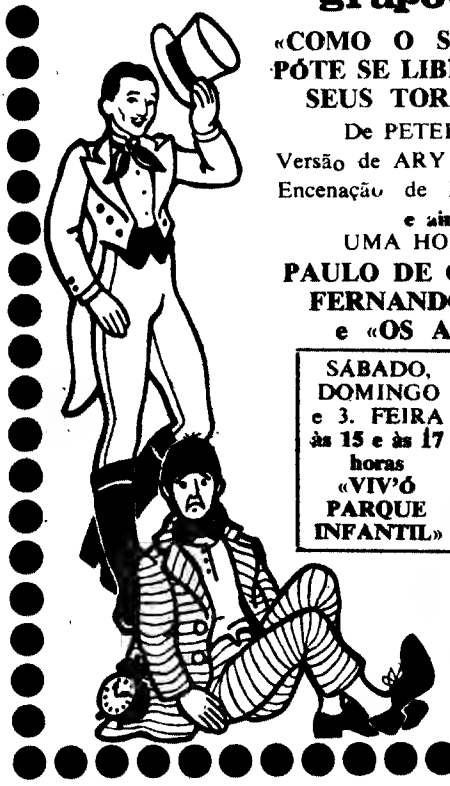
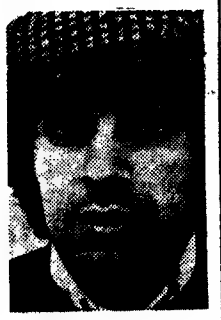
«Uma das contribuições que podemos dar, neste momento, para reforço do movimento de alerta à opinião pública no sentido de isolar e pressionar o Governo brasileiro, é recusarmo-nos a apresentar os nossos espectáculos no Brasil (cujo Governo, tão impune e revoltantemente atenta contra a liberdade, a dignidade e a vida humana) enquanto esta situação não se alterar. Porque, se os nossos espectáculos são armas de combate, que podemos e devemos utilizar em situações semelhantes como já fizemos em Portugal e noutros países dominados por governos opressores, são as circunstâncias de momento e as condições em que nos apresentamos, que conferem significado de luta à nossa presença em cada caso concreto.»

COMUNA
TEATRO DE PESQUISA
Diáriamente, às 21.30 h.
«O MURO»
Inspirado nas «AVENTURAS DE JOÃO SEM MEDO» de José Gomes Ferreira
— 3.º MÊS —
ÚLTIMAS
Domingo só «matinée» às 18 h.
SÓ ATÉ DIA 27
PRAÇA DE ESPANHA
METRO: PALHAVÃ
Telef. 762624

MARIA VITÓRIA
VIVA O CARNAVAL...
...com uma grande REVISTA!
UM ENORME ÊXITO!!!
A sensacional PLURAL REVISTA
TEATRO
Telef. 36 17 40
HOJE
E TODAS AS NOITES
às 20.30 e 22.45 horas
AOS DOMINGOS
«MATINÉES» às 16 horas
2.ª feira há espectáculos
O DESCANSO SERÁ
4.ª FEIRA DE CINZAS

(Não acons. a men. 18 a.)

EUGÉNIO SALVADOR
em «O Homem do Trombone»
UM POPULAR ELENCO
com:
SALVADOR
IVONE SILVA
HENRIQ. SANTANA
LYGIA TELLES
CARLOS GONÇALVES
HERMAN JOSÉ
IGOR SAMPAIO
LUÍS MÁRIO
ODETE ANTUNES
LINNA MORGADO
A atracção japonesa
YUKIE
UM CORPO DE BAILE INTERNACIONAL
UM CARNAVAL MELHOR
COM A MELHOR REVISTA
AVISO Adquira os bilhetes com a maior antecedência. Bilhetes à venda sem aumento de preço

5 ÚNICOS ESPECTÁCULOS
DE 6.ª. FEIRA, 18
A 3.ª FEIRA DE CARNAVAL
com início às 21.30
TEATRO ABERTO
P.ça de ESPANHA (metro PALHAVÃ) telef. 77 09 69
grupo 4 apresenta
«COMO O SR. MOKIMPÓTE SE LIBERTOU DOS SEUS TORMENTOS»
De PETER WEISS
Versão de ARY DOS SANTOS
Encenação de RUI MENDES
e ainda:
UMA HORA COM
PAULO DE CARVALHO
FERNANDO TORDO
e «OS AMIGOS»

SÁBADO, DOMINGO e 3. FEIRA às 15 e às 17 horas «VIV'Ó PARQUE INFANTIL»

PAULO CARVALHO

Cenas & Cenários

Os três ministros da peça de Peter Weiss «como o sr. Mokimpóte se libertou dos seus tormentos».

CARNAVAL COM «MOKIMPÓTE» PARA O GRUPO 4

O Grupo 4 prepara-se para repor apenas durante os dias 18, 19, 20, 21 e 22 de Fevereiro, a peça de Peter Weiss que foi um dos grandes êxitos teatrais do ano de 1975, «Como o sr. Mokimpóte se libertou dos seus tormentos», em versão portuguesa de Ary dos Santos e com música de Fernando Tordo e Pedro Osório.

Trata-se de uma peça que procura fazer reviver, na sua pureza e na sua comunicação directa e divertida, as formas do teatro de feira, do cantor ambulante e do saltimbanco.

Sob a direcção de Rui Mendes, que teve a colaboração plástica de Augusto Sobral, Manuel Amado, Vicente Galfo, Inês Guerreiro, Mário Garcia e João Teodoro, estarão em cena os actores: Álvaro Faria, Costa Ferreira, Henriqueta Maya, Irene Cruz, João Perry, José Gomes, Manuel Cavaco, Morais e Castro, Rui Mendes e Vicente Galfo. Direcção de montagem de Luís Cipriano.

Na segunda parte dos espectáculos que o Grupo 4 vai apresentar durante o Carnaval actuarão ainda Paulo de Carvalho, Fernando Tordo, Edmundo Silva e o conjunto «Os Amigos».

«VIVÓ PARQUE INFANTIL» TAMBÉM NO TEATRO ABERTO

Igualmente no Teatro Aberto e em virtude de ter esgotado a lotação desde que estreou «Vivó Parque Infantil», o Grupo 4 apresenta na semana de Carnaval duas sessões (matinées) no sábado, domingo e terça-feira, respectivamente às 15 e 17 horas.

José Barata Moura integrado no Grupo 4 e no espectáculo «Vivó Parque Infantil» é aqui acompanhado por Madalena Pestana e Antonieta Santos.

«MÚSICAS MÁGICAS» DA CORNUCÓPIA PARA AS CRIANÇAS

Nos dias 19, 20, 21 e 22 de Fevereiro, o Teatro da Cornucópia que continua a apresentar à noite «Alta Áustria» de Kroetz, realiza quatro «matinées» para crianças com «Músicas Mágicas» de Catherine Dasté.

Trata-se do primeiro espectáculo para crianças realizado por esta companhia sob a orientação de Glicínia Quartin, com tradução de Marcia Breia, música de Orlando Costa e interpretação de Augusto Figueiredo, Orlando Costa, Luís Lima Barreto, Raquel Maria, Jorge Nascimento, Márcia Breia, Gilberto Gonçalves, Alexandre Passos, José Caldeira e José Jorge.

Estreado em Julho do ano passado, as «Músicas Mágicas» foram já vistas por cerca de 10 000 crianças

Televisão

Canal da Crítica

Por MÁRIO CASTRIM

CARTA A D. ANTÓNIO

Senhor bispo

Acabo de oubir a referência que do *Telejornal* do Porto fizeram à sua comunicação sobre a prática da tortura. Também em França os cristãos organizados insistiram junto do Papa para que tomasse posição. Assim fez Paulo VI: a prática da tortura foi formalmente condenada.

Daquilo que sobre o assunto D. António terá dito, quase nada soubemos. Que *está em avanço crescente no mundo essa vaga de barbarização*, já se sabia. Faltou apenas dizer em que «mundo». Há certas formas de fugir, assumidas em certas formas de generalizar.

D. António, na comunicação que sabemos longa, não deixou, certamente, de condenar a «vaga de barbarização». Mas para a grande audiência a tónica apareceu colocada noutro texto bem diferente.

Mostra-se D. António muito preocupado, a propósito dos julgamentos de agentes da ex-PIDE, com *o aparecimento de estados de consciência colectivos, veiculados muitas vezes pelos «mass media» que a todos nos possam envolver e criar porventura tendências e responsabilidades colectivas de vingança e retaliação.*

Mais ainda. *Quer-se* — terá dito D. António — *que o mesmo tribunal julgue os homens mas que julgue também o regime; que o tribunal julgue o regime e com isso julgue os homens. Tais exigências, além de serem decerto ilegítimas e inviáveis em processo penal, não poderiam senão conduzir ao absurdo e à injustiça.*

D. António aponta como merecedores de julgamento o exército, a universidade, a Imprensa «na sua generalidade» e a Igreja portuguesa «naquilo que teve de nacionalista e maurrassiana; e os partidos democráticos de antes do 28 de Maio; e o povo português.

Conclusão: *os homens julguem os homens e nada mais. Julgar um regime é outra coisa. É sobretudo tarefa da História.*

Ai D. António, D. António!

A HISTÓRIA JÁ CHEGOU

Enfrentamos aqui, D. António, uma série de problemas e de confusões.

Não se vê a tal possibilidade de vingança e retaliação. Nenhuns *mass media* pediram se reabrisse, nem que fosse por umas remaninhas, o Campo de Morte do Tarrafal e dá-lo a experimentar aos antigos devotados agentes. Ninguém pediu para eles a estátua, a tortura do sono, os espancamentos até à morte, as prisões de anos e anos sem julgamento, e assim por diante. Pede-se apenas, como a quaisquer criminosos, o justo castigo em vez das descaradas absolvições a que temos assistido, graduado conforme as responsabilidades, sim, mas sem perder de vista que o simples facto de haver pertencido a uma organização de terror fascista, como era a PIDE, constitui matéria criminal bastante — ou deveria constituir.

Porque, ó D. António!, era ou não era a PIDE uma entidade que praticava a tortura, desde a mais primária à mais científica? Era ou não verdade que agentes seus seguiam cursos especializados organizados pela Gestapo e pela CIA? Era ou não verdade que militantes comunistas, socialistas, católicos, simples democratas, foram barbaramente torturados por indivíduos que não se identificavam previamente, que eram apenas agentes da PIDE?

Ó D. António! Que fazer senão exigir o castigo desses homens, envolvendo nessa condenação o regime que justificava a sua existência, não por zões que adivinham da própria zões que adivinham da própria essência dele?

Que vem a ser isso de se esperar pela História para condenar o regime? Mas a História já veio, D. António! A História está a ser. A História não precisa de mais 50 anos para condenar a PIDE, a Gestapo, as forças do Chile, do Brasil, do Uruguai, de Israel. Hoje, no dia de hoje, a História já condenou o Tarrafal, o Carabanchel, os campos de concentração, as câmaras de gás, o Estádio de Santiago. A História não precisa nem mais uma hora para ter a certeza da sua razão.

Sem o que entraríamos no jogo macabro. Só a história pode julgar o regime; os «pides» não podem ser julgados em função do regime; logo, os «pides» têm direito, pura e simplesmente, não já à absolvição, mas a não serem submetidos a julgamento...

D. António, D. António, que lástima!

É TEMPO DE TOCAR O SINO A REBATE

..Momentos antes ouvíramos algumas palavras extremamente simples e lúcidas de Fernando Piteira Santos, em nome de um grupo de portugueses interessados no destino do seu povo e da sua pátria.

Piteira Santos não usou subterfúgios nem perífrases. Foi direito ao assunto: *há um perigo fascista.*

Mais: *É um perigo grave. Existem condições que têm favorecido o progresso do fascismo.*

Passa a enumerar alguns incómodos sintomas de desestabilização, por exemplo a reintegração nos quadros públicos do aparelho de Estado, *carreiras docentes e carreira judicial de elementos que não são favoráveis à democracia e que por vezes são seus apostados inimigos.*

Depois de uma referência à Imprensa ao serviço do fascismo (que não mereceu uma palavra a D. António...), Fernando Piteira Santos apela para *a convergência de todos os antifascistas em actos concretos de denúncia e combate ao fascismo.*

Estas palavras têm de ser ouvidas. É urgente que sejam ouvidas por todos e particularmente pelos católicos que constituem a grande maioria do povo português. As suas palavras, D. António, pelo menos aquelas que ouvimos no *Telejornal*, não servem esse projecto. Não vêm como factor de união dos católicos em torno da luta antifascista, agem, pelo contrário, como factor de desagregação. A verdadeira solidariedade tem a ver com os oprimidos e com os humilhados, que são os pobres, os trabalhadores, os velhos, os doentes, os desempregados — e nunca com as sociedades geradoras dos males ou com os seus fiéis servidores, sejam ex— sejam futuros.

Os técnicos da tortura não merecem nenhum aceno, por muito ambíguo que seja, de simpatia. Não devem beneficiar do apoio de nenhuma tecnocracia. Nem mesmo da tecnocracia da caridade.

TEATRO LAURA ALVES

As Calcinhas Amarelas

UMA COMÉDIA DE José Vilhena

com

IRENE ISIDRO BARROSO LOPES MANUELA MARIA

LUIZ HORTA CARLOS MIGUEL

MARIA JOÃO PAULA GUEDES

e

TEREZA ZILOC

! AMANHÃ DUAS SESSÕES !

ás 20.30 e 22.45 h

Hoje

Martinho da Vila

I PROGRAMA

1.º Período

13.30 — **Ciclo Preparatório TV**
18.05 — Fecho.

2.º Período

18.30 — Abertura e **Bonecos** — **Barbapapa** — «O Malabarista de Notre Dame», «Tempo de Brincar» e «A Senhora que trata do bebé».
19.00 — **Faz de Conta**
19.35 — **As Viagens de Gulliver** — 3.º episódio. «Capturados». Gulliver resolve ir procurar o pai ao longo da costa. Mas um bando de piratas aprisiona-o e leva-o para o seu navio.
20.00 — **Cientificamente**
20.30 — **Telejornal** — 1.ª edição.
21.05 — **O Homem e a Terra** — As Viagens de Daimiez.
21.40 — **Martinho da Vila** — Programa musical. 2.º Programa dedicado à actuação do famoso cantor brasileiro no Algarve. Realização de José Elyseu.
22.00 — **Um Programa da Direcção de Informação**
23.20 — **Telejornal** — 2.ª edição.
23.35 — Fecho.

II PROGRAMA

20.30 — **Telejornal**
21.00 — **A RAPARIGA** (Eltávozott Nap) — Intérpretes: Kabi Kovacs, Adam Szirtes, Teri Horvath, Gabor Harsanyu, Sznzsa Palos. Realização: Marta Meszaros.
22.35 — Fecho.

Amanhã

I PROGRAMA

1.º Período: **13.30**: Ciclo Preparatório TV. **18.05**: Fecho.

2.º Período: **18.30**: Abertura e Jardins Zoológicos da RDA. **19.00**: Abre-te Sésamo. **19.30**: Tropicália — Tradição e presença da cultura portuguesa no Brasil. **20.00**: Momento Desportivo. **20.30**: Telejornal — 1.ª edição. **21.05**: Momento Político — Programa da Secretaria de Estado da Comunicação Social. **21.25**: Melomania. **21.55**: Eduardo VII — 7.º episódio. **23.00**: Telejornal — 2.ª edição. **23.15**: Fecho.

II PROGRAMA

20.30: Telejornal. **21.00**: Banyon — 4.º episódio. **22.00**: Documentário. **22.50**: Fecho.

PARA REPARACÃO DO SEU TV

SOS - CLÍNICA DE TELEVISÃO

COM RADIO-TELEFONE PARA MAIOR RAPIDEZ E EFICIÊNCIA

DESLOCAÇÃO E ORÇAMENTO GRATIS — SERVIÇO PERMANENTE

Telefs. 722786-834271

Avenida S. João de Deus, 13-B - Rua Macau, 8

Desporto

TAÇA DE PORTUGAL

Arrifana e Braga palcos para sábado

A Federação Portuguesa de Futebol, que em questões de antecipações de jogos da especialidade, quer se refiram aos «Nacionais» quer concirnam à Taça que temos (e que já revelou, felizmente, alguns tomba-gigantes), não costuma ser «madrasta», autorizou e ninguém lhe vai criticar tal atitude, bem pelo contrário — alterações (antecipações) para o próximo sábado, relativamente à Taça de Portugal (campos de «Carolina Leite», em Arrifana-Vila da Feira —, onde se desloca o Setúbal, Famalicão, onde o Infesta é visitante, e (1.º de Maio», que recebe o Olhanense), acertos na III Divisão Nacional e em juniores, bem como transferências (veja-se o Maria da Fonte-Fafe, em Pousada de Saramagos) na «Taça», mudanças de inícios de encontros.

Por todas essas razões, consultemos o quadro a seguir:

Sábado — Taça de Portugal: Arrifanense-Vitória de Setúbal e Famalicão-Infesta, em Pousada de Saramagos, ambos, às 15 horas e Braga-Olhanense, às 15 e 30.

III Divisão (marcação de jogos em atraso) — Série C — Guarda-Covilhã (da 14.ª jornada), às 15 horas em Celorico da Beira Série D — Marrazes-Castelo Branco (da 11.ª jornada) às 16 horas.

Juniores — Zona A — Gil Vicente-Varzim, às 15 horas. Zona B — Nelas-Covilhã, às 15 e 30; Académico de Viseu-Boavista, às 16 horas; Viseu-Boavista, às 16 horas; Guarda-F.C. Porto, às 15 horas. Zona C — Almada-Vitória de Setúbal e Atlético-Sesimbra ambos às 16 horas: Olhanense-Ferreirense e Benfica-C U. F. ambos às 15 e 30.

Domingo — Taça de Portugal — Maria da Fonte-Fafe, em Pousada de Saramagos, às 15 horas.

III Divisão (marcação de jogos em atraso) — Série A Mogadourense-Mirandela (da 14.ª jornada). Série B — Penalva do Castelo-Paços de Brandão (da 17.ª jornada) Série D — Eléctrico-Bombarralense (da 14.ª jornada), todos às 15 horas.

Juniores — Zona A — Vitória de Guimarães-Vianense em Moreira de Conegos; Braga-Ermezinde, no campo da Ponte, em Braga; Mirandela-Amarante, em Vila Flor. Zona C — Mirandense-União de Leiria, em Fala, S. Martinho do Bispo, todos às 11 horas.

Entretanto, está já marcado para o dia 22 do corrente (terça-feira de Carnaval) às 15 horas, o jogo Guarda-Feirense, referente à 9.ª jornada.

CARNAVAL BRASILEIRO
COM A E.DE SAMBA
VAPORES DO REGO
NA NAVE PRINCIPAL
DA FIL TEL: 761911
DIAS ... 19.20.21.22.26 FEV.

LA FORA

ANDALUZIA

José Martins e Fernando Mendes continuam a perder tempo na Volta à Andaluzia que amanhã termina, mantendo todavia os lugares que desde o arranque vêm ocupando, respectivamente o 13.º e o 23.º lugares. Para não variar, o alemão Thurou continua a não deixar que os seus adversários conquistem qualquer vitória por etapas, enquanto a «Ra-

Continua na página seguinte

EM QUATRO FASES

Portugal prepara-se para os Jogos Olímpicos

Com o pensamento nos Jogos Olímpicos de Moscovo, em 1980, a Comissão Executiva do Comité Olímpico Português, entregou ao secretário de Estado da Juventude e Desportos, dr. Joaquim de Sousa, um projecto do plano para a preparação dos atletas nacionais. Esse plano, que foi elaborado a pedido do próprio secretário de Estado, prevê um desdobramento em quatro fases, uma para cada um dos 4 anos que nos separam da XXIV Olimpíada.

A primeira fase, a cumprir-se ainda este ano, prevê a concretização de uma primeira triagem selectiva das possibilidades de representação de cada modalidade olímpica, após se ter providenciado no sentido da generalização da ideia de que a participação nos Jogos de Moscovo está aberta a todas as modalidades. A segunda fase, em 1978, será dedicada a uma progressiva preparação dos atletas e consequente preparação das federações, tanto técnica como materialmente, provendo-a dos meios necessários para que possam dar seguimento à preparação dos atletas que denotem qualidades que lhes permitam acesso aos Jogos. Para uma melhor orientação prevê-se que haja um acompanhamento, mesmo ao nível de clubes, que poderá ser prestada por técnicos da Direcção-Geral dos Desportos, com informação ao Comité Olímpico Português, ou, noutra alternativa, por uma comissão mista destes dois organismos.

Ainda nesta fase, e no final do segundo quadrimestre, as diferentes federações deverão estar em condições de pré-seleccionar os seus representantes, de modo a que estes possam ficar, desde logo, sob a observação do sector responsável pela medicina desportiva, possibilitar um controlo mais eficaz do Comité Olímpico, da Direcção dos Desportos e das próprias Federações. Por outro lado, será intensificado o intercâmbio internacional em confrontos de coeficiente de dificuldade progressiva. A terceira fase, a ter lugar em 1979, será consagrada à preparação de atletas e dirigentes, definindo-se as representações nacionais, de modo a que se possa fazer uma estimativa dos meios financeiros necessários à fase final da preparação e à deslocação a Moscovo.

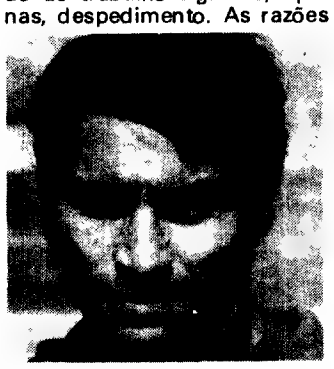
Em 1980, serão intensificados os diferentes planos de trabalho de modo a seleccionar os melhores e mais aptos, terminando, se possível, com estágios em locais apropriados, em conjuntos com equipas de outros países concorrentes. Dois meses antes da realização dos Jogos Olímpicos de Moscovo deverá estar completamente definida a composição da representação nacional.

A ser aprovado pelas partes interessadas, este deverá ser o plano a seguir pelas entidades responsáveis pelo desporto no nosso País, em colaboração com o Comité Olímpico Português, tendo em vista uma representação condigna do desporto nacional nos Jogos Olímpicos de Moscovo.

FUTEBOL EM EBULIÇÃO

QUARESMA

Parece ter sido informado, em carta assinada pelo presidente da Direcção do seu clube (Belenenses), de rescisão do contrato, expressão desportiva que transposta para o mundo do trabalho significa, apenas, despedimento. As razões



não parecem explícitas, a decisão nada fica a dever a unilateralismo e a prepotência de acordo com a manchete desta manhã de um órgão da especialidade e, por estas e outras razões, sem esquecer os dinheiros que os atletas de Belém dizem não receber, vai dar muito que falar. E fazer correr muitos rios de tinta.

PUNIÇÕES

Quaresma, «capitão» do Belenenses, de que outro local falamos por ter sido dispensado, unilateralmente, da agremiação a que pertenceu nos últimos vinte anos, e Montória, do Varzim, foram os únicos jogadores a serem penalizados na Divisão Maior,, de acordo com as decisões do Conselho de Disciplina da FPF, que lhes «aplicou» um jogo «de ausência». Pincho, Nogueira, Ailton, Fonseca e Adolfo, foram repreendidos, enquanto Wagner, Fraguito e Rodrigues Dias foram notificados de advertência.

Nas II e III Divisões, dos 111 jogadores castigados, real-

Continua na página seguinte

Descubra Portugal viajando de comboio

ASSIM VAI O TOTOBOLA

PROGNÓSTICOS DOS ÓRGÃOS DE INFORMAÇÃO PARA O CONCURSO Nº 25, DE 20 DE FEVEREIRO DE 1977

Alvo Desportivo, 211 2xx 112 1xx2; Auto-Rádio, 211 212 xx2 1112; Cardeal Saraiva, 211 21x 122 112x; A Comarca de Arganil, 211 212 112 111x; Cavalgado do Ritmo, 211 21x xx2, 1112; O Distrito de Setúbal, 211 212 x11 1x11; Rádio Totobola, 211 212 212 1112; Correio do Douro, 11x x1x 222 12x1; Barlavento, 211 x1x 111 xx1x; O Comércio de Leixões, 211 211 x12 11x2; O Conselho de Estarreja, 211 21x 112 1x12; Correio dos Açores, 2x1 212 112 1112; Correio de Coimbra, 211 211 112 1x12; Pajú Informativo, 211 211 11x 1x2x; Objectivo, 2x1 21x x12 11x2; Pajú Desportivo, 211 2x2 212 1x12; Correio do Vouga, 211 212 112 1112; A Defesa, 211 211 x12 111x; Diário de Coimbra, 211 211 x1x 111x; Diário de Lisboa, 2x1 2x2 x12 11x2; Ecos de Cacia, 2x1 211 212 1112; Estrela da Manhã, 211 212 112 1x12; Estúdio 64, 211 212 1xx 1112; Eu Sei Tudo, 211 211 11x 1112; Jornal de Gaia, 211 212 112 111x; Folha de Domingo, 2x1 2x2 112 11xx; Jornal da Beira, 211 212 112 1112; O Jornal de Felgueiras, 2x1 212 11x 1112; O Jornal da Lixa 211 21x x12 11x2; Jornal de Sintra, 2x1 212 1x2 1112; Linhas de Elvas, 211 2xx 112 1111; Litoral, 211 212 112 111x; Manchete Desportiva, 211 211 112 111x; Maria da Fonte 211 2x2 1x2 111x; Mundo Desportivo, 211 212 112 1112; O Norte Desportivo, 211 21x 1x2 11xx; Notícias de Chaves, 2x1 212 2x2 11x2; Notícias de Évora, 211 21x 11x 111x; Notícias de Felgueiras, 2x1 212 112 111x; Notícias de Guimarães, 211 212 222 1122; Notícias das Caldas, 211 212 112 1x1x; A Ordem, 2x1 211 x21 1x12; Penalti, 211 212 112 1112; Placard Desportivo, 2x1 2xx 112 111x; Presença Coimbrã, 211 21x 112 1112; Programa Sem Nome, 211 212 1x2 11x2; Quadrante Desportivo, 211 212 11x 1112; Quadrante Norte, 2x1 21x 122 1111; Rádio Alvo, 1x1 222 xx2 1112; Panorama, 2x1 21x 1x2 1112; Rádio Placard, 111 111 111 1111; Rádio Sports, 211 211 112 1112; Reconquista, 2x1 211 21x 111x; Renovação 211 2x1 1xx 11x2; Repórter do Dia, 2x1 212 x12 1111; Resenha Desportiva, 211 212 122 1112; Encontro Musical, 211 211 112 111x; Dimensão 3, x11 x1x 212 11x2; Primeiro Andamento, 211 x11 11x 1xx2; RDP — Desporto, 211 212 112 1112; A Voz das Beiras, 211 2x1 222 1212; A Voz do Domingo, 211 21x 112 11x2; Voz de Lamego, 211 211 112 11x2; A Voz de Palmela, 211 211 2x2 1122; Boletim Desportivo, 2x1 11x xx2 1112; Jornal da Graça, 211 211 212 1112; Miscelânia Musical, 111 111 111 1111; Montra do Êxito, 211 212 112 1112; Música e Desporto, 211 212 122 1112; O Primeiro de Janeiro, 211 212 1x2 1112; Programa da Manhã, 111 x21 1xx 2x1x; Só-Rádio, 211 2x1 212 111x; A Voz dos Ridículos, 2x1 2xx xx2 11x2.

16ª. ÉPOCA

	RESUMO 1	X	2	BOLAS 1	X	2	(a)
1. ARRIFANENSE - SETÚBAL	5	1	68	1	1	10	
2. GUIMARAES - BOAVISTA	55	18	1	9	2	1	
3. PORTO - MONTIJO	73	1	0	11	1	1	
4. UNIAO LAMAS - SPORTING	3	5	66	1	1	10	
5. SANJOANENSE - FARENSE	60	12	2	9	2	1	
6. ORIENTAL - P.de FERREIRA	22	20	32	4	3	5	
7. LIMIANOS - C.da PIEDADE	48	14	12	8	2	2	
8. NACIONAL - ALMADA	49	16	9	9	2	1	
9. MARIA DA FONTE - FAFE	6	11	57	1	2	9	
10. FAMALICAO - INFESTA	72	1	1	10	1	1	
11. SARAGOÇA - SANTANDER	60	12	2	9	2	1	
12. CELTA - BÉTIS	53	17	4	8	3	1	
13. BURGOS - REAL MADRID	7	20	47	1	3	8	

a) Nos termos do Artº. 13º do Regulamento Geral dos Concursos se houver necessidade de sortear o resultado dos jogos não realizados na data do concurso, as bolas entrarão na esfera do sorteio nas quantidades do presente mapa;

A "chave" lógica será: 211 212 112 1112

Desporto

FUTEBOL EM EBULIÇÃO

Continuação da pág. anterior

cem-se os nomes de Agostinho (Salgueiros), Sérgio (Feirense), Formiga (Sesimbra), Furtado (Trancoso), pelos quatro jogos, e Monteiro, do Bairro Latino, que levou com três «domingos» de uma assentada. Alcides e Adanjo, do Cova da Piedade, Carlos Alves, do Lousanense, e Paulino, do Benevente, são outros nomes a vincar.

BRASIL

. A selecção brasileira de futebol vai disputar três desafios amigáveis contra equipas europeias, no próximo mês de Junho, confirmou um representante da Confederação Brasileira de Desportos.

Os jogos serão disputados a 8, 12 e 23 de Junho, respectivamente, contra as equipas da Inglaterra, da RFA e da Escócia, sendo os desafios efectuados no Estádio do Maracanã, no Rio de Janeiro, no que respeita aos encontros com ingleses e alemães; e no Estádio Morumbi, de São Paulo, quanto ao terceiro encontro.

CASINO ESTORIL
NOITES DE CARNAVAL

THE FANTASTICS
KRISTINE
ARI LOPES e SHELA
MARCO
ZOUKY GALI GALI
HIGH SOCIETY BALLET

"EXPERIENCIA" "HIGH TENSION" "SYGMA"
"CAVALINHO 77" ORQ. CASINO ESTORIL

WHITE HEAT
"STRIP-SHOW"-SÓ NO WONDER BAR

BAILES DE MÁSCARAS
DOMINGO E SEGUNDA-FEIRA
BAILES TRAPALHÕES

PREÇOS
Dias, 19-20 e 22 de Fevereiro-SALÃO RESTAURANTE: 800$00 p./pessoa, c./direito a Jantar (bebidas não incluídas). WONDER BAR: 500$00, p./pessoa, entrada. BAR AMERICANO: 200$00, p./pessoa, entrada.
Dia, 21-SALÃO RESTAURANTE: 1.100$00, p./pessoa, c./direito a Jantar (bebidas não incluídas). WONDER BAR: 700$00, p./pessoa, entrada. BAR AMERICANO: 300$00, p./pessoa, entrada. (Taxas e Impostos Incluídos).
Dias, 20 e 22-MATINÉES DANÇANTES c./SHOW, 17 h. Chá completo, 150$ EARTHA KITT não actua nas matinées

TODAS AS NOITES
O «SHOW» HABITUAL
NO GRANDE SALÃO RESTAURANTE ÀS 23,30 H.
NO WONDER BAR A 1,0 H.

PORTUGAL

AUTOMOBILISMO

. .A Comissão Desportiva Nacional decidiu que, paralelamente ao Campeonato Nacional de Ralis, destinado a condutores que participem com automóveis do Grupo 1, de montagem nacional. Para ter direito à classificação no Troféu Nacional, o condutor deverá tripular, em todas as provas, automóveis da mesma marca. No final do Campeonato serão atribuídas taças aos três condutores com melhor pontuação.

DAMAIA

A lista dos corpos gerentes, eleitos em Assembleia Geral Ordinária do Damaia Ginásio Clube, segundo um ofício que nos foi remetido pela sua direcção, para o ano corrente, é a que passamos a diculgar (para que conste): Mesa da Assembleia Geral — presidente, José Craveiro; 1.º secretário Mário Lima; 2.º secretário, Vinagre Manteigas (António); Direcção: Álvaro Costa Matos, presidente; Vítor Manuel Costa, vice-presidente: Jorge Correia, 1.º secretário; Barriche Diogo, 2.º secretário; Brandão dos Santos (José Joaquim), tesoureiro; João Rolo, 1.º vogar; José Pinto Alves, 2.º vogar; e João Teodoro, José Manuel Barriche Diogo, António Deus e José Maria Vinagre, suplentes; Conselho Fiscal — Martins Afonso, presidente; Rodrigues dos Santos, secretário; Figueiredo Mendes, relator.

PUGILISMO

Ficam os nossos leitores (os interessados, obviamente) que se encontram abertas as inscrições para a prática da supracitada modalidade, todas as terças e quintas-feiras, a partir das 18 horas. O técnico «José Anjos» atende os interessados (aqueles que podem ser, ou não, leitores desta secção o «DL»).

SÁBADOS

A Comissão de Atletismo do Sport Lisboa e Benfica vai realizar aos sábados, a partir das 16 horas, torneios de corta-mato e marcha atlética, abertos a todos os rapazes e raparigas que nunca tenham praticado oficialmente a modalidade. Serão realizadas diversas provas de acordo com os escalões etários dos atletas. As inscrições poderão ser efectuadas no próprio local.

VELA

Trezentos e noventa velejadores de quatro países, (Espanha, França, Inglaterra e de Portugal) e clubes de todo o País, disputarão, ao largo da Marina de Vilamoura (Algarve), de 19 a 22 do corrente, o III Torneio Internacional de Carnaval — Campeonato Ibérico de Snipes.

Esta prova internacional de vela, organizada pela Associação Naval de Lisboa, que conta com o apoio da Comissão Regional do Turismo do Algarve, é aberta às classes «470», «Snipe», «Finn», «420», «Vaurien», «Lasen», «Europe» e «Optimista», num total de 8 classes em prova ao mesmo tempo, em campos diferentes.

VILAMOURA E LOULÉ

. .No próximo dia 27, em Vilamoura, efectua-se o I Grande Prémio Internacional das Amendoeiras, prova pedestre Organizado pela Federação Portuguesa de Atletismo, com a colaboração da Comissão Regional de Turismo do Algarve e da Associação de Atletismo de Faro, o I Grande Prémio Internacional das Amendoeiras conta com a presença dos melhores atletas portugueses e com atletas estrangeiros convidados (Grã-Bretanha, Itália, Espanha, Holanda, Bélgica e França).

Simultaneamente, disputar-se-ão os Campeonatos Nacionais de Corta-Mato, com a participação de 150 atletas portugueses. Entretanto, para o dia 20 de Fevereiro, está marcado, para a Avenida Costa Mealha, em Loulé, o III Grande Prémio do Carnaval, para ambos os sexos.

LÁ FORA

Continuação da página anterior

leigh» domina colectivamente.

Amanhã termina como acima referimos esta «clássica» prova espanhola, que antecede de poucos dias uma outra, não menos importante, e também não menos concorrida a nível internacional. Referimo-nos à Volta ao Levante, onde em princípio participará Agostinho e a Teka.

Classificação na etapa: 1.º, Thurou (Raleigh), 2.56.25; 2.º, Gavazzi (Jully), 2.56.29; 3.º, Thalu (Teka), 2.56.32; 4.º, Chinotti (Jolly), m.t.; 16.º, Fernando Mendes (Teka), m.t.; 19.º, José Martins (Kas), m.t.

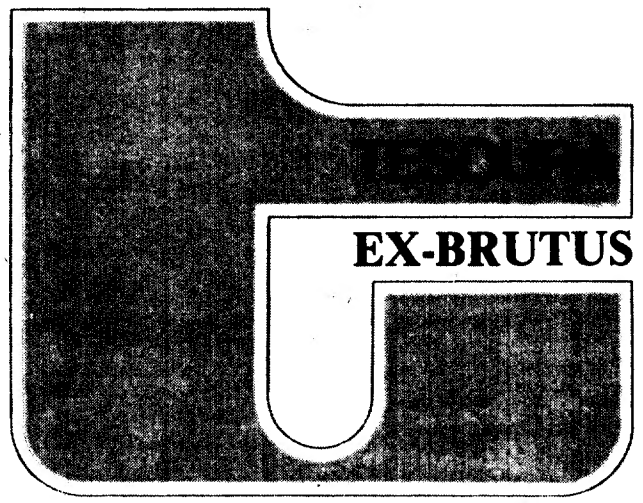
GERAL — 1.º, Thurou (Raleigh), 15.45.01; 2.º, Perurena (Kas) a 1.25; 3.º, Verplancke (Flandria) a 1.34; 4.º, Gonzalez Linares (Kas) a 1.36; 5.º, Kuiper (Raleigh) a 1.47; 13.º, José Martins (Kas) a 2.33; 23.º, Fernando Mendes (Teka) a 3.13.

EQUIPAS: 1.º, Raleigh; 2.ª, Kas; 3.ª, Flandria; 4.ª, Jollyceramica; 5.ª, Teka, 6.ª Novostil.

RARO

O ex-campeão do Mundo, Tigran Petrosian, iniciou um encontro de xadrez pela rádio, em dois tabuleiros, com um adversário colectivo: a tripulação do navio atómico «Artika». Estão planeados duas a três jogadas por semana. Os marinheiros do referido navio, a fim de estudarem melhor a réplica, reunnem-se diriamente na sala de xadrez do barco.

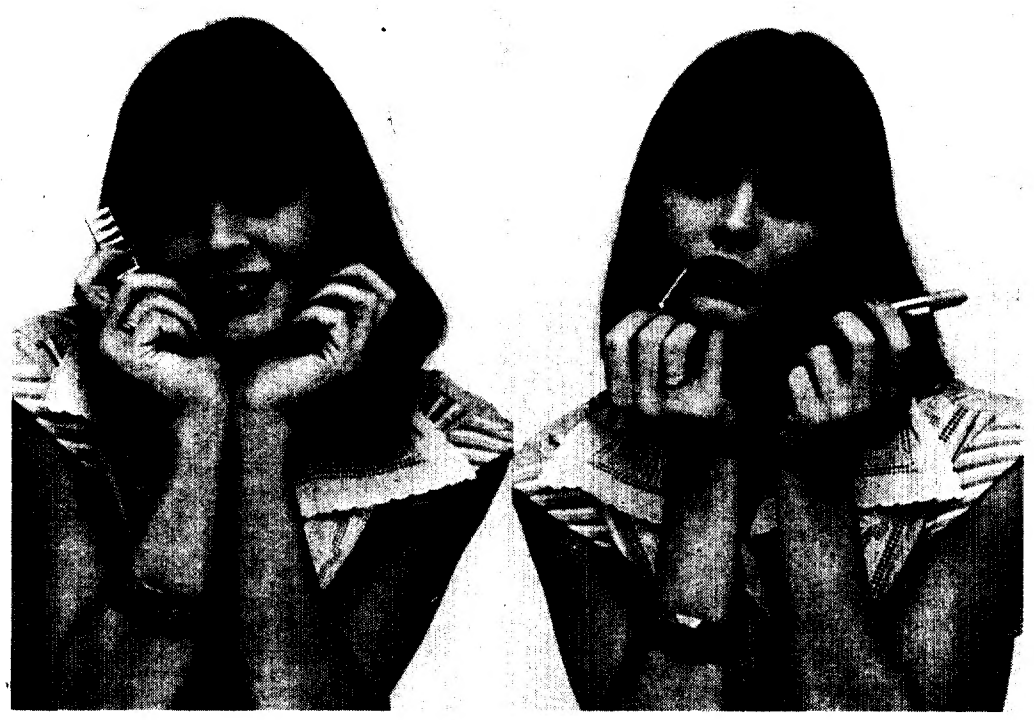
PARA VESTIR BEM E BARATO



Apresenta a colecção para a Primavera

ABERTOS ATÉ ÀS 20 HORAS
Av. da República, 51-C — LISBOA

carnaval
HOTEL DAS ARRIBAS
HA
MOTEL PISCINA
Tel. 290 105 — 290 276
Praia Grande — Colares
— Conjunto Código
— Rosita Afonso
— Nelito ventriloquo e o Pato Chico
380$00
Ceia e Baile — dia 19 até às 6 da manhã
divirta-se à grande



MAQUILHAGE «FANTASIA» — PRIMAVERA-VERÃO 1977 — «Fond Teint», «MANGUE», «Fard», «TRIPOM», «baton», «HETCHI» e «HYDRA» transparente. Antes da maquilhage os inegualáveis cremes de «GUERLAIN» e, também de «GUERLAIN» os demaquilhantes e as loções «AROMATIQUE» ou «Calmante»

O «DIÁRIO DE LISBOA» VENDE-SE NO PORTO

O «Dário de Lisboa» encontra-se àvenda nas tabacarias de Léça, Matosinhos, Foz, Avenida da Boavista, Carvalhosa, Rotunda da Boavista, Carvalhido, Praça Marquês de Pombal, Rua de Costa Cabral, Constituição, Praça da República, Bonfim e Antas e na Tabacaria do Bar-Restaurante do Aeroporto em Pedras Rubras.

Geral

FREITAS DO AMARAL NA R.D.P.

C.D.S. quer "substituir P.S. no Governo"

«O objectivo do C.D.S. é substituir o P.S. no Governo», declarou ontem o prof. Freitas do Amaral aos microfones da R.D.P., no programa «Contraponto». O líder «centrista» referia-se a um hipotético «compromisso histórico à portuguesa», ou seja ao namoro ou entendimento actuais entre o P.S. e o seu partido.

Sublinhando que tal compromisso «não existe, pura e simplesmente», o presidente do C.D.S. referir-se-ia, entretanto, (e sobretudo) à crise económica, tendo declarado que «não se faz a reconstrução económica, sem se dar a devida importância à iniciativa privada.»

Depois de defender a existência de empresas privadas concorrentes das públicas, adiantou: «como partido que respeita a legalidade democrática, não podemos atacar as nacionalizações» (...) «nesta fase elas não podem ser atingidas, porque estão protegidas pelo escudo visível da Constituição».

Confiante na chegada ao poder pela via eleitoral, e recusando «alianças com este ou aquele partido», o prof. Freitas do Amaral falou ainda da necessidade da «acalmia política», como medida para vencer a crise e, para tal, propôs um pacto social «trilateral», englobando o Governo, os patrões e os trabalhadores!

Liberdade de Imprensa contada por um americano

PORTO, 17 — Dedicada aos profissionais da Imprensa portuguesa, realiza-se amanhã uma conferência, seguida de debate, por Elmer Lower, vice-presidente da American Broadcasting Company (ABC) e ex-presidente da ABS News.

A conferência terá lugar no auditório do «Jornal de Notícias», nesta cidade.

Ontem, no Palácio Foz, em Lisboa, Elmer Lower abordou o sistema americano do Telejornal.

BBC EM DEBATE

Entretanto prosseguem no Instituto Britânico, em Lisboa, as conferências seguidas de debate sobre a BBC. Para hoje, às 18.30, está prevista uma comunicação de David Waine, da secção de Bristol da BBC.

Com esta palestra fica encerrado o ciclo iniciado a 1 de Fevereiro sobre a BBC.

C.R. declarou inconstitucional "censura" à Informação madeirense

FUNCHAL, 17 — Com o parecer do Conselho da Revolução hoje publicado no «Diário da República», foi definitivamente afastada a hipótese dos órgãos da Comunicação Social madeirense, estatizados, passarem a ser censurados pela CIRCE.

A CIRCE (Comissão dos Interesses Regionais da Comunicação Social Estatizada) fora criada por decreto da Assembleia Regional da Região Autónoma da Madeira considerado inconstitucional pelo C.R.

Ao considerar a inconstitucionalidade do decreto da Assembleia Regional, o Conselho da Revolução impede o regresso da censura à RTP, à RDP e à ANOP na Madeira.

Resta dizer que a ideia da CIRCE partiu do PSD/PPD, que a fez passar na Assembleia Regional sem a menor dificuldade, já que conta com uma esmagadora maioria de deputados.

tempo

Situação do tempo 09.00 H.

Em Portugal Continental o céu estava em geral muito nublado o vento era fraco ou moderado de Sudoeste havia neblinas e nevoeiros e chuviscava nos locais de Norte e Centro

TEMPERATURAS EXTREMAS

FARO
Máxima 18º
PENHAS DA SAÚDE
Mínima 0º

PREVISÃO GERAL ATE ÀS 24 H. DE AMANHÃ

Céu muito nublado; vento moderado de Sudoeste; períodos de chuva ou chuvisco mais frequentes nas regiões de Norte e Centro; passagem a regime de aguaceiros a partir do fim do dia com vento a rodar para Noroeste.

TEMPERATURAS DO AR
09.00 H.

PORTO	11º
P. DOURADAS	2º
COIMBRA	10º
PORTALEGRE	6º
LISBOA	12º
FARO	11º
FUNCHAL	14º

MARÉS DE HOJE

PREIA-MAR		BAIXA-MAR	
2.28	4,2 m	8.15	0,9 m
14.55	4,0 m	20.28	0,9 m
DIA 18			
3.11	4,3 m	8.54	0,8 m
15.35	4,1 m	21.05	0,9 m
DIA 19			
3.50	4,3 m	9.29	0,8 m
16.12	4,1 m	21.40	0,9 m

AMANHÃ
NASCER ÁS 7.24
OCASO ÁS 18.17

DIA 18 — DIA 26 — DIA 5 — DIA 12

farmácias de serviço

LISBOA

TURNO 23
ANDRADE RIBEIRO — Av. Infante Santo, 66-B. tel. 666971
ASCENSO — Pr. Norte, 11-A (B.º Encarnação). telfs 311216-310172.
BELO — Av. de Roma, 53-A tel. 776314.
CENTRAL — Rua de S. Paulo, 108. Tel. 320389.
DOURO — Alameda Linhas de Torres, 93-A-B tel. 791131.
FRAZÃO — Rua Cruz Santa Apolónia, 90-92. tel. 847019.
GARANTIA — Av. P. Manuel da Nóbrega, 54-A-B tel. 723000.
GONÇALVES, LDA — R. Rosa, 176-178. Tel. 362687.
IMPARCIAL — R. General Taborda, 28. tel. 680931.
LINAIDA — Rua Ferreira Borges, 30. tel. 660955.
MACEDO — Est. Poço do Chão, 69-C.tel. 703697.
MAGALHÃES — Av. Almirante Reis, 4-D tel. 549479.
MARBEL — Av. de Roma, 131-A, tel. 776235.
MARLUZ — C.ª da Picheleira, 140-B-C. Tel. 720703-728395.
MORÃO — Largo da Graça, 63. Tel. 860700.
NEVES — Rua Bela Vista à Lapa, 35. Tel. 661251.
SALDANHA — Av. Praia da Vitória 53-55. tel. 43938.
S. BARTOLOMEU — V.ª Paulo Jorge, 1. Tel. 790969.
S. JOÃO — Estrada da Luz, 124-A. tel. 78379.
S. SEBASTIAO — Largo de S. Sebastião da Pedreira, 1-9 tel. 548642.
SEREJO — Rua Rui de Sousa, lote 65, (Chelas).
SIMÕES PIRES — Rua da Prata, 115. tel. 362350.
TANARA — Rua Rodrigo Reinel, 3-A, tel. 611814.
TELES — R. João de Barros, 2-frente, tel. 638176.
UNIVERSITÁRIA — Rua Alfredo R. Gameiro, 29-D tel. 778953.
VALE — Av. Marquês de Tomar, 45-49. tel. 773043.
VITÁLIS — Rua Morais Soares, 69, tel. 841779.

Permanente
ASCENSO — P. Norte, 11-A (B.º Encarnação). tel. 311216-310172.
GARANTIA — Av. P. Manuel da Nóbrega, 54-A/B tel. 723000.
LINAIDA — Rua Ferreira Borges, 30. Tel. 660955.
MARBEL — Av. de Roma, 131-A tel. 776235.
S. JOAO — Est. da Luz, 124-A. tel. 783179.
MORÃO — Largo da Graça, 63. tel. 860700.
S. SEBASTIÃO — L.º S. Sebastião da Pedreira, 1/9, tel. 548642.
TELES — Rua João de Barros, 2-frente, tel. 638176.
SALDANHA — Av. Praia da Vitória, 53-55, tel. 43938.

LINHA DE CASCAIS

ALGÉS
Combatentes, Av. Comb. G. Guerra, 166 (Telf. 2113953)
ALCABIDECHE
Carvalho, Até às 21 horas.
PORTO SALVO
Ferreira - Bastos — Até às 21 horas.
CARCAVELOS
Central, Até às 24 e das 0 às 9 horas.
S. DOMINGOS DE RANA
Godinho da Silveira, Av. Saboia, 29-B (Telf. 260085) Até às 21 horas.
PAÇO DE ARCOS
Trindade, R. Costa Pinto, 184 (Telf. 2432034) Até às 24 e das 0 às 9 horas.
OEIRAS
Godinho, R. Cândido dos Reis, 98 (Telf. 2430090). Até às 22 horas.
NOVA OEIRAS
Leal, Até às 21 horas.
PAREDE
Macau, R. J. Elias Garcia, 60-C (Telf. 2471785) Até às 24 e das 0 às 9 horas.
PAREDE
Junqueiro-Mendes, Até às 21 horas.
MURTAL
Primavera, R. das Parreiras, 2 (Telf. 2472278) Até às 24 e das 0 às 9 horas.
AMOREIRA
Amoreira, (Telf. 262313/267314). Até às 22 horas. horas.
ESTORIL
Marques dos Santos, R. Ferreira J. A., 15 (Telf. 260116) Até às 21 horas.
CASCAIS
Cordeiro, Av. Comb. G. Guerra, 40 (Telf. 280170/281419). Até às 21 horas.
A. Costa, R. Freitas Reis, 24-C (Telf. 280214) Até às 24 e das 0 às 9 horas.

LINHA DE SINTRA

AMADORA
Campos, R. Elias Garcia, 185 (Telf. 930072) Serviço permanente.
Dias, Av. Marquês de Pombal, lote 9 (Telf. 934589) Até às 22 horas.
Nova, R. Elias Garcia, 10 (Telf. 972530) Até às 22 horas.
DAMAIA
D. João V; Av. Gurgel do Amaral, 2-A (Telf. 970461).
QUELUZ
Correia, L. do Mercado, 3 (Telf. 950906).
CACÉM
Garcia, Av. dos Missionários, 2 (Telf. 2942181).
MEM MARTINS
Miranda Garcia, Est. de Mem Martins, 173-B (Telf. 2914103).
S. PEDRO DE SINTRA
Valentim (Telf. 980456).
SINTRA
Misericórdia, Via (Telf. 2930391).
COLARES
Abreja (Telf. 299088).

OUTRA BANDA

ALCOCHETE
Gameiro, L. António dos Santos Jorge, 15 (Telf. 234100).
ALHOS VEDROS
Portugal, Av. da Bela Rosa, 8 (Telf. 204250).
ALMADA
Galeno, R. Capitão Leitão, 85-B (Telf. 2760565).
BAIXA DA BANHEIRA
Nova Fátima, Est. Nacion. 1.244-A (Telf. 2040141).
BARREIRO
Mascarenhas Neto, R. Almeida Garrett, 1 (Telf. 2072454).
COVA DA PIEDADE
Morgado, R. Cabo da Boa Esperança, 25-A (Telf. 2767356).
MOITA
Silva Rocha, P. da República, 16 (Telf. 239029).
MONTIJO
Giraldes, R. Almirante Reis, 45 (Telf. 2310008).
SESIMBRA
Lopes, R. Cândido dos Reis, 21 (Telf. 2233028).
SETÚBAL
Rosado Pinto, P. do Bocage (Telf. 22484).
Nova, R. General Gomes Freire (Telf. 22052).
SEIXAL
Godinho, L. da Igreja, 51 (Telf. 2218580).

PORTO

CONTUMIL — Rua de Contumil, 540, tel. 485755;
VAZ TEIXEIRA — Rua do Heroismo, 56, tel. 52851;
BIRRA — Praça da Liberdade, 125, tel 20463;
COSTA LIMA — Av. da Boavista, 855, tel 60606;
MARQUES DE MENDONÇA — Rua do Ameal, 251, etl. 487118;
MONTE CATIVO — Rua Monte Cativo, 444, tel. 481687;
CARDONA DOS SANTOS — Rua de D. Manuel II, 90, tel. 315051;
ORIENTAL — Rua do Bonjardim, 727, tel. 27878.

(De dia e toda a noite)
PASTELARIA — Rua André de Resende, 92, tel 687011;
ALMEIDA CUNHA — Rua Formosa, 327, tel. 24874;
SAMPAIO — Rua de Cedofeita, 636, tel. 21782;
SÃO JERÓNIMO — Rua de Santos Pousada, 622, tel. 54526.

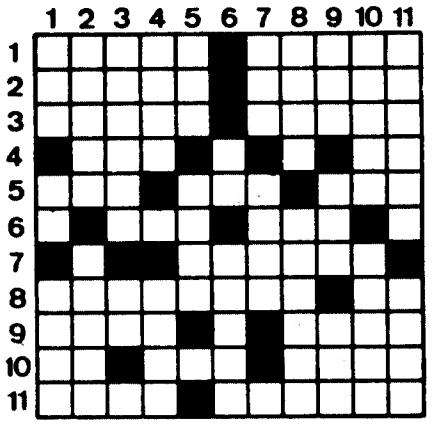
LOPES RODRIGUES — Rua Fernandes Tomás, 41, tel. 22634;
OLIVAIS — Rua Bernardo Albuquerque, 159, tel. 72904.

palavras cruzadas

COM PROVÉRBIO
PROBLEMA N.º 11677

HORIZONTAIS

1 Rio. do estado do Panamá. Embebe.
2 Freguesia do concelho de Mogadouro. Combinar.
3 Assanha. Recuperei.
4 Rijeza. Reis.
5 Pedra de altar. Transpira. Mecânica.
6 Artéria. Íntimo.
7 Habitara.
8 Pisarem. Rubídio (s.q).
9 Icei. Entusiasmo (fig).
10 Prefixo de negação. Macere. A mais velha de determinadas mulheres.
11 Charneca. Transpiraria.



VERTICAIS

1 Pronome possessivo. Prefixo que designa afastamento. Irmão de Abel.
2 Abranger. Folha de palmeira.
3 Vazar com broca. Vê.
4 Gorgulho tropical. Cume.
5 Sufixo que designa abundância. Caruma.
6 Pronome pessoal. Enfeitas.
7 Oceano. Serra de Portugal.
8 Líquido gorduroso. Mamadura.
9 Liga. Maior. Ver.
10 Porto e cidade de França. Equipal.
11 Areenta. Cidade de Espanha.

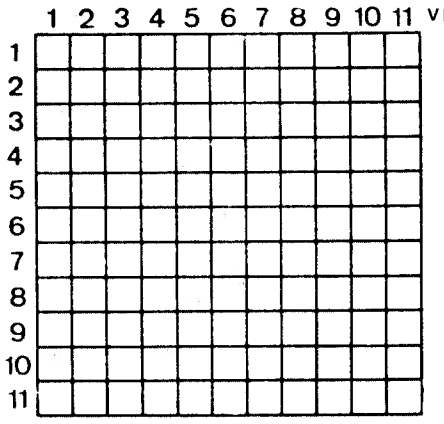
Resolveu completamente este problema?
Procure agora em segundo passatempo o PROVÉRBIO nele inscrito.

NOVA MODALIDADE
PROBLEMA N.º 7737

HORIZONTAIS:

1 Conjunção. Progenitor. Cidade de Espanha.
2 Regaçada. Nome de mulher.
3 Nome de letra. A mais velha de determinadas mulheres.
4 Desagradáveis.
5 Átomo. Dividir ao meio. Pronome reflexo.
6 Moveu os remos. Roces.
7 Satélite de Júpiter. Grande quantidade. Antes do meio dia.
8 Adoça com mel. Queimar.
9 Palmeira de Amazónia. Jarro (planta).
10 Espécie de forragem (Bras). Aguce.
11 Ósmio (s.q.) Ouro (s.q). Unir por casamento.

VERTICAIS:



1 Cânhamo de Manila. Oceano. Enguia.
2 Falda. Insistis.
3 Bruxa. Triturara.
4 Espécie de chibo africano. Desfiladeiro dos Alpes Dolomíticos que liga o vale de Livinallongo com o vale de Ampezzo.
5 Deus dos rebanhos. Amuralha. O mesmo que uma (ant e pop).
6 O vencimento diário de um soldado.
7 Prefixo de negação. Unhas. Actínio (s.q).
8 Venera. Origem.
9 Numeral cardinal. Sacerdotes.
10 Joeira. Espalhara (fig).
11 Seguia. Catedrais. Ratar.

SOLUÇAO DO PROBLEMA N.º 11676

HORIZONTAIS:	VERTICAIS:
1 Adama. Barca.	1 Aparta. AMOR.
2 Pelar. Ariel.	2 DEVE. Rirá.
3 Avoca. Rasga.	3 Alo. Acorram.
4 Re. Amaro. Or.	4 Maçã. Ode. Co.
5 Ama.	5 Arama. Sós.
6 Arco. O. Chia.	6 Amo. Ne.
7 Iodo. Pior.	7 Barra. SER.
8 Arre! Ocos.	8 Arão. Cio. Ru.
9 Mar. Sés. Aso.	9 Ris. Chocara.
10 Aço. Erros.	10 CEGO. Irosos.
11 Ramos. Ruas.	11 Alarga. Sós.

PROVERBIO

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 7736

HORIZONTAIS:	VERTICAIS:
1 Zaimo. Matar.	1 Zagari. Ária.
2 Adros. Amara.	2 Adoa. Orçara.
3 Goa. Oro. Lis.	3 Ira. Ide. Si.
4 Aa. Ac.	4 Mo. Aramo. Aa.
5 Irradia.	5 Oso. Rias. Mo.
6 Iodai. Armas.	6 Rua. Dar.
7 Remadores.	7 Mão. Dão. Afá.
8 Ac. Osa. Sm.	8 Am. Birra. Im.
9 Ras. Rã. Gue.	9 Tal. Ame. Grã.
10 Iriam. Firma.	10 Ária. Assumi.
11 Aa. Ao. Mais.	11 Rascas. Meãs.

outros espectáculos

LISBOA/Teatros

VARIEDADES
21.30 (13 anos)
«Isto é que me Dói»

ABC
20.30, 22.45 (18 anos)
«Cada Cor seu Paladar»

ADÓQUE
20.30, 22.30 (18 anos)
«A Paródia»

MARIA VITÓRIA
20.30 e 22.45 (18 anos)
«O Bombo da Festa»

TEATRO DO BAIRRO ALTO
21.45 (13 anos)
«Alta Austria»

COLISEU
21.30 (6 anos)
1.ª Companhia Internacional de Circo 1977)

COMUNA
21.30 (18 anos)
«O Muro»
21.45 (13 anos)

MARIA VITÓRIA
«O Bombo da Festa»

MONUMENTAL
21.15 (18 anos)
«Uma Estranha Forma de Amar»

CASA DA COMÉDIA
21.45 (13 anos)
«O Equívoco»

LAURA ALVES
21.30 (18 anos)
«As Calcinhas Amarelas»

LISBOA/Cinemas

CAPITÓLIO
21.15 (18 anos)
«O Último Tango em Acapulco»

EUROPA
21.15 (13 anos)
«E Tudo o Vento Levou»

MONUMENTAL
21.15 (18 anos)
«Lucky Lady»

VOX
21.15 (10 anos)
«Cantinflas Pepe»

PARIS
21.15 (13 anos)
«O Triunfo de Casta Susana»

OLIMPIA
Sessões permanentes (18 anos)
«Fantasia Azul»

CALEIDOSCÓPIO
21.15 (6 anos)
«O Primeiro Turista no Espaço»

INEARTE
21.15 (18 anos)
«A História de um Patife»

SATÉLITE
21.15 (18 anos)
«A Última Mulher»

JARDIM
21.00 (18 anos)
«Prazeres Colectivos»

CINEBOLSO
21.30 (18 anos)
«As Memórias Íntimas de Miss Aggie»

LUMIAR
21.15 (18 anos)
«Os Malditos»

CINE AUDITÓRIO
21.15 (10 anos)
«O Fugitivo»

PROMOTORA
21.15 (18 anos)
«A Mais Antiga Profissão»

RESTELO
21.15 (13 anos)
«A Filha de Ryan»

LINHA DE SINTRA

AMADORA
Lido
21.15 (13 anos)
«O Triunfo de Casta Susana»

AMADORA
Cinestúdio
21.30 (18 anos)
«As Aventuras de um Motorista de Táxi»

MEM MARTINS
Cine Chaby
21.15 (18 anos)
«A Honra de um Herói»

SINTRA
Carlos Manuel
«Vitória em Entebbe»

OUTRA BANDA

ALMADA
Incrível
21.15 (18 anos)
«O Fugitivo da Ilha do Diabo»

ALMADA
Academia
21.15 (13 anos)
Teatro «A Grande Jogada»

LINHA DE CASCAIS

PAÇO DE ARCOS
Chaplin
21.15 (13 anos)
«O Puro Anselmo e o seu Devasso Escudeiro»

PAREDE
Royal
21.15 (18 anos)
«Isabela, Duquesa do Diabo»

ESTORIL
Palácio
21.15 (18 anos)
«As Golpistas»

CASCAIS
S. José
21.15 (10 anos)
«Vamos a Isto Rapazes»

PORTO/Teatros

COLISEU
21.30 (6 anos)
«O Circo de Moscovo»

SÁ DA BANDEIRA
21.30 (13 anos)
«As Coisas que o Padre Faz»

PORTO/Cinemas

JÚLIO DINIS
17.45 e 21.15 (13 anos)
Com Jeito vai de Bacamarte» à solta»

ESTÚDIO
21.15 (13 anos)
«Ela diz sempre não»

ESTÚDIO 400
21.15 (14 anos)
«A Espada Relâmpago»

ÁGUIA DE OURO
21.15 (13 anos)
«Passado Inesquecível»

BATALHA
21.15 (13 anos)
«O Lutador da Rua»

CARLOS ALBERTO
21.15 (6 anos)
«Mas que Tropa»

ESTÚDIO FOCO
21.15 (13 anos)
«Perfume de Mulher»

VALE FORMOSO
21.15 (13 anos)
«Afeição»

PASSOS MANUEL
21.30 (18 anos)
«Flic Story»

OLIMPIA
21.15 (14 anos)
«Matar, Fugir ou Morrer»

TRINDADE
21.30 (6 anos)
«O Peito ou a Perna»

RIVOLI
21.15 (4 anos)
«Os Trabalhos D'Astérix»

S. JOÃO
21.00 (6 anos)
«Hei na Montanha»

SALÃO BEBÉ
21.15 (13 anos)
«A Flauta Mágica»

COIMBRA

AVENIDA
21.45 (18 anos)
«Voando sobre um ninho de Cucos»

S. TEOTÓNIO
21.15 (6 anos)
«Um Rei em Nova Iorque»

TIVOLI
21.15 (13 anos)
«A História de Fernão Capelo Gaivota»

rádio

1.º Programa

16.00: Noticiário — «Musivária». **17.00**: Gira-discos. **18.05**: «O Povo e a Terra», programa do Emissor Regional do Sul — Música portuguesa. **19.00**: «A criança», programa do Emissor Regional de Coimbra. **19.30**: Acção sindical. **20.00**: «Jornal da Noite». **20.30**: Orquestras. **21.00**: 22.º episódio do folhetim «Jane Eyre», de Charlotte Brontë, numa adaptação de Alice Ogando. **21.19**: «Contraponto». **23.30**: Polidesporto. **00.00**: «Último Jornal». **00.15**: «Jazz». **00.30**: Música de filmes. **01.00**: «Música na Noite».

2.º Programa

16.00: Música de cravo: Interpretações do cravista Igor Kipnis. **16.30**: «Que quer ouvir?»: «Requiem», op. 5, de Berlioz. **18.00**: As Sinfonias de Schubert: Sinfonia n.º 7, em dó maior. **18.50**: «Conjunto Mozart de Viena», dirigido por Willi Boskowski, interpreta: Quatro Danças Alemãs, K. 602, de Mozart. **19.00**: «O Canto e os seus Intérpretes», por Maria Helena de Freitas. **20.00**: A Orquestra de Câmara Inglesa: Serenata n.º 7, em ré maior, K. 250 («Haffner»), de Mozart. **21.05**: Ópera: 1.º Acto da ópera «A Noiva Vendida», de Smétana. Cortejo dos Nobres, da ópera «Mlada», de Rimsky-Korsakoff. **22.00**: Concerto pelo trio Pró-Arte: Trio op. 66 n.º 2, de Mendelssohn. **22.40**: Octeto de Cordas (Quartetos n.º 14 e 15), de Darius Milhaud. **23.00**: Intercâmbio musical — Festival de Berlim de 1976, gravações cedidas pela Sender Freies Berlin. Concerto pela Orquestra Filarmónica de Berlim. **1.ª parte** — Abertura da música de cena para a peça de Goethe «Egmont», op. 84 — Concerto n.º 5 em mi bemol maior, p/piano e orquestra, op. 73. **Intervalo**: Sonata para violino e cravo n.º 6, de Bach. **2.ª parte** — Sinfonia n.º 7, em lá maior, op. 92. **01.00**: Fecho.

3.º Programa-Nacional e Regional (290 m)

16.00: «Variante» (continuação). **16.10**: Casos ao acaso, por Orlando Dias Agudo (repetição). **16.20**: Disco... rendo, por Mário Martins. **17.10**: Prevenção e saúde, pelo dr. Cruz Cardoso (repetição). **18.00**: Emissão regional (Emissor de Porto Alto). «Contacto». **18.30**: Actualidade. **18.45**: Fórmula 1. **20.15**: Antologia. **20.30**: Pesquisa. **21.00**: A Música e as Vozes. **21.30**: «Quando o Telefone Toca». **23.03**: «Nocturno». **24.00**: «Nocturno» (continuação). **00.15**: «Dia a dia com o passado». **00.30**: «Imprevisto». **02.00**: Fecho.

3.º Programa-Local (187,5 m)

18.00: «Entardecer». **18.15**: Sal e pimenta (repetição). **18.45**: Totodesporto. **19.30**: Romance de uma cidade (repetição). **20.15**: Apontamento biográfico. **21.00**: Fecho.

4.º Programa-Emissão Total

19.00: Em Órbita. **20.00**: Programa da Noite. **22.00**: Auditório. **24.00**: Prisma. **02.00**: Fecho.

ESTE É O BOLETIM DE VOTO PARA O GRANDE PRÉMIO TV DA CANÇÃO

AS SETE CANÇÕES

— publicação editora deste boletim —
Diário de Lisboa

GRANDE PRÉMIO TV DA CANÇÃO 1977
RTP — RADIOTELEVISÃO PORTUGUESA, EP

Título da canção escolhida .... com o nº [ ]

Cantada por .... na versão [ ]

Nome do concorrente ....

Endereço ....

Localidade .... Telefone ....

Este é o seu boletim de voto individual, que será considerado nulo se não fôr correcta e completamente preenchido, em letra bem legível, com os nomes da canção e respectivo número de ordem e do intérprete e correspondente versão, exactamente nos mesmos termos apresentados na RTP. O seu nome e morada são também imprescindíveis.
Limite de recepção: até às 24 horas (locais) de 6ª feira, 18 de Fevereiro de 1977.

PROGRAMA
«AS SETE CANÇÕES»
RTP — RADIOTELEVISÃO PORTUGUESA, EP
APARTADO - 4186
LISBOA 1

cole no endereço postal

cinemas • cinemas • cinemas

ALVALADE
Tel. 897 480 — 15.30, 18.30 e 21.15

Grupo D (18 anos)

O novo fenómeno do filme de acção

BIG BOSS

2.ª semana

O Implacável

APOLO 70
Tel. 763319 14.00, 16.30, 19.00, 21.15

Um dos momentos cruciais da história do Mundo!

ALVORADA DE UM SOLDADO

um filme de Stuart Cooper

Não acons. a men. de 13 anos

Hoje ás 24,00 horas

Grupo D (18 anos)

ESPIA EM CALCINHAS DE RENDAS

AVIS
Tel. 47163 — 15.30, 18.30 e 21.15

Intedito a menores de 18 anos

NO CALOR DE JÚLIA

2.ª Semana

Este filme contém cenas eventualmente chocantes

BERNA
Tel. 776098 — 14.00, 16.30, 19.00 e 21.15

Não aconselhável a men. de 18 anos

Fábio Testi, Mariangela Melato, Maurice Gabriel em

NADA

um filme de Claude Chabrol

CASINO ESTORIL
Tel. 264521 — 17.00 e 21.15

Não acons. a menores de 18 anos

OS MALUCOS DE HONG KONG

CALEIDOSCÓPIO
Tel. 795093 — 14, 16.30, 19, 21.15

Para todos

Festival Jerry Lewis

O PRIMEIRO TURISTA NO ESPAÇO

Um filme de Norman Tauros

CASTIL
Tel. 630194 15.00, 17.00, 19.00 e 21.15

Nao acons. maiores 18 anos
Laura Antonelli e Umberto Orsini

2.ª Semana

ENCONTRO DE AMOR EM BALI

Amanhã às 24 h em antestreia

Erna Schurer, Femi Benussi em
A BELEZA FASCINANTE DE ROBERTA

Um filme de Alfredo Risso
Interdito a menores de 18 anos

CONDES
Tel. 322523 — 14, 16.30, 19 e 21.15

Não acons. menores de 13 anos

A missão impossível

O RAID RELÂMPAGO DOS COMANDOS

Com Charles Bronson

EDEN
Te. 320768 — 14, 16.30, 19, 21.15

No mais puro estilo oriental, a magia da força e da fúria!

O DRAGÃO DE OURO

com Lo Lieh e Birte Tove

Interdt. a men. de 18 anos

ESTÚDIO
Tel. 535134 — 15.30, 18.30 e 21.15

Não acons. menores de 13 anos

1943 — UM ENCONTRO

c/ Anna Gagnani, Eurico Maria

ESTÚDIO 444
Tel. 779095 — Estreia às 21.15

Não acons. a menores de 18 anos

CASAMENTO MODERNO

IMPÉRIO
Tel. 555134/5 — 15.15, 18.30 e 21.15

Interdito a menores de 18 anos

Catherine Deneuve e Jean-Louis Trintingant

2.ª Semana

A AGRESSÃO
(L'Agression)

Real. de Gerard Pirés

LONDRES
Tel. 801313 14.00, 16.30, 19 e 21.15

Não acons. a menores de 13 anos

OH! MEUS AMIGOS

7.ª semana

Pietro Fermi

MUNDIAL
Tel. 538743 — 15.00, 18.15, 21.30

Não acons. men. 18 anos

A obra prima de Bernardo Bertolucci

1900 — 2.ª parte

STADIUM
Tel. 2112544 — 19.00, 21.30

Maiores de 18 anos

AMOR À ITALIANA

com Jack Lemmon, Juliet Mills, Clive Reviel

DIÁRIO DE LISBOA vende-se na TABACARIA PAULA Em ARMAÇÃO DE PÊRA

NIMAS
14,15, 16.30, 18,45 e 21.15

Nao acons. a men. 18 anos

O OUTRO

Um filme de Robert Mulligan

ODEON
Tel. 326283 — 15.15, 18.15 e 21.10

Int. a men. de 18 anos

ADOLESCENCIA PERVERTIDA

Contém cenas event. chocantes

PATHÉ
Tel. 821933 14.15, 16.30, 18.45, 21.15

Interdito a menores de 18 anos

BEL AMI

«Play Boy

3.ª Semana

Este filme pode ser considerado pornográfico

POLITEAMA
Tel. 323805 14.15, 16.30, 19 e 21.30

Não acons. a menores de 13 anos
Uma autêntica lacada de riso

CARAMBOLA

2.ª semana

RESTELO
Tel. 610375 — 21.15

Não acons. a menores de 13 anos

A FILHA DE RYAN

ROMA
Tel. 727778 — 15.30, 18.30 e 21.15

Não acons. men. 18 anos

A MUNDANA FELIZ

c/ Lymn Redgrave

ROXY
Tel. 48560 14.00, 16.30, 18.45 e 21.15

Um filme onde a perversidade não tem limites

VIAGEM AO INFERNO

2.ª Semana

com Christina Lindberg

Não acons. a men. de 18 anos

S. JORGE
Tel. 554153/4 — 15, 18.15 e 21.30

Em 2.ª semana
Nao acons. a men. de 18 anos
«1900» — 1.ª PARTE
Atenção: A 2.ª parte de **«1900»**
Está em exibição no Cinema Mundial

TIVOLI
15,15, 18.30, 21.15

Não acons. menores de 18 anos
Um filme de Alan Bridges

FORA DE ESTAÇÃO

Cliff Robertson, Vanessa Redgrave, Susan George

UNIVERSAL
Tel. 774402 — 15.00, 19.00, 21.00

Não acons. a menores de 13 anos

VIVA PORTUGAL

Um filme de Christiane Gerhards, Malte Rauch e Samuel Schirmbeck

Às 17 e 21 h **O ANO 01** um filme de Jacques Doillon, Alain Resnais e Jean Rouch

D. JOÃO V — DAMAIA
Tel. 971794 — Às 21.15

Grupo D maiores 18 anos

L'ASTRAGALE

Sem Piedade

DL
RENASCENÇA GRÁFICA, S.A.R.L.
ADMINISTRAÇÃO-GERAL
RUA CASTILHO, 185, 1.º, 2.º
TELEF. 654531/2/3/4
REDACÇÃO, SERVIÇOS TÉCNICOS
E PUBLICIDADE
RUA LUZ SORIANO, 44
TELEF. 321154/5, 320271/2/3
RUA DA ROSA, 75
END. TEL. DIBOA TELEX 12363
LISBOA-PORTUGAL

Anker Joergensen, primeiro-ministro da Dinamarca, recebeu efusivamente Mário Soares. (Telefoto UPI-ANOP)

Soares amanhã em Roma

Continuação da pág. 1

alemão italiano, todos juntos tentando uma conjugação de esforços que arraste socialistas e franjas sociais-democratas de esquerda, dos respectivos países.

. . Mas...

Mas, para a direita, as eleições parlamentares europeias do ano que vem são, talvez, mais importantes.

É que, ainda que os poderes da Assembleia de Estrasburgo sejam limitados, o seu papel terá um grande alcance político. Franz Joseph Strauss, «leader» da democracia-cristã bávara, apresenta-se como o motor desta mobilização direitista que visa preparar «uma alternativa 78» para a Europa. A Strauss atribui-se o projecto de criação de uma «frente moderada europeia» abrangendo uma vasta gama política, tendo como denominador comum um tema muito em voga (de exportação E. U. A.) que é o se considerar irmãos gémeos o marxismo e o fascismo. Desta frente Strauss (que num grande rodopio europeu passa de entrevistas em Roma com Giovani Leone para almoços em Madrid com o rei Juan Carlos) incluíria para já o primeiro-ministro espanhol Adolfo Suarez, o presidente do Senado italiano Amintore Fanfani, Giulio Andreoti e um Governo português que contasse com o apoio do C. D. S., não desdenhando do que se passa pela Bélgica e pela Inglaterra.

. Claro que Strauss não está só. Apoios diversos de meios industriais, sobretudo ramos de electrónica e aronáutica alemãs federais. Bastará citar que a empresa Messerschumidt-Doeljon-Blohm, que produz o avião de combate anglo-germano-italiano MCR-Tornado, e que é um dos suportes da manobra de Strauss, tem como chefe Ludwig Boelkon que é, desde Janeiro, vice-presidente do grupo de conselheiros industriais da N.A.T.O.

Trata-se, para a «frente moderada», de impedir que socialistas e sociais democratas, sejam quais forem as posições dos comunistas italianos e franceses, obtenham uma maioria relativa no parlamento europeu.

Istp explica muitas coisas.

Explica por exemplo por que a democracia cristã italiana congela quaisquer confrontos com a esquerda cedendo ou esquivando-se ao combate, impedindo quaisquer medidas internas de fundo, apesar da situação social e económica se degradar de dia para dia, tentando assim prolongar a permanência no Governo até que chegue a sua «hora europeia»; explica também em boa parte a nóvel «oposição civilização» do C.D.S. que apoia também a integração. A «jogada é orte», e está bem longe dos entusiasmos despropositados que as iniciativas europeias do Governo P.S. suscitaram em meios lisboetas afins.

Mário Soares chegará amanhã a Roma, sendo provável que até veja o Papa. As últimas notícias dão como possível um afrouxamento da oposição italiana às pretensões do Governo P.S.

PASSAGEM POR COPENHAGA

Um encontro com o primeiro-ministro dinamarquês Anker Joergensen assinalou esta manhã a escala de Mário Soares em Copenhaga na sequência da sua digressão pelas capitais da Europa dos «Nove» com o objectivo de sensibilizar os dirigentes de cada país para aceitarem a adesão, como membro de pleno direito, de Portugal à C. E. E. No encontro desta manhã na capital da Dinamarca participou igualmente o ministro português dos Negócios Estrangeiros, Medeiros Ferreira. Até à hora de encerrarmos a nossa edição, não havia notícias pormenorizadas acerca do encontro.

Entretanto, anunciava-se esta manhã de Copenhaga que Mário Soares almoçaria hoje com a rainha Margarida, no Palácio de Amaliendorf.

FINS DE SEMANA em LONDRES
PARTIDAS: 5as feiras
JANEIRO A MARÇO
Preços excepcionais desde 4.050$
INCLUINDO:
Avião a jacto TAP • Hotel • Transportes em terra • Visita • Assistência abreu
ORGANIZAÇÃO EXCLUSIVA
abreu
fundada em 1840
LISBOA Av. da Liberdade, 160 • Telef. 371341
PORTO Av. dos Aliados, 207 • Telef. 37921
COIMBRA Rua da Sota, 2 • Telefs. 27011-2
FARO Rua Cons. Bivar, 65 • Telefs. 25035/6
CONSULTE SEU AGENTE DE VIAGENS

Conivências com bombistas na P.J.M.?

. Os advogados dos assistentes constituídos no processo da rede bombista foram notificados para assistirem amanhã à audição das declarações de Ramiro Moreira quando foi preso, gravadas em fita magnética. Estranhamente e conforme consta do despacho do instrutor do processo dr. Dário Rainho, a gravação será ouvida na presença dos réus Ramiro Moreira e Manuel Teixeira Gomes. Desta circunstância porém não foram notificados os assistentes legais. Aliás é curioso o teor do próprio despacho: «Para audição da fita gravada com os arguidos Ramiro Moreira e Manuel Teixeira Gomes e, ainda, com os assistentes até lá constituídos, designo o dia 8, às 15 horas». Daqui se depreende, à primeira vista, que a audição é para os arguidos e, só, em segúndo plano, para os assistentes.

Este pormenor torna-se mais inquietante se tivermos em conta que os advogados dos réus já ouviram aquela gravação no passado dia 8 do corrente mês. Pergunta-se então: que se pretende com a presença daqueles réus, amanhã, nas instalações da P.J.M., no Restelo? Em resposta certos observadores levantam três hipóteses, de nenhuma forma descabidas, sobretudo para quem tenha acompanhado com atenção o evoluir deste processo: fuga dos dois «operacionais da bomba», na deslocação de Caxias para o Restelo; eliminação física do Ramiro, pelo menos, já que ele é tido como peça fundamental a quem os «responsáveis morais» nunca perdoarão as revelações que fez; e, por último, a destruição da fita magnética, documento importantíssimo do processo.

Frise-se, a propósito que os responsáveis da rede tentaram pôr Ramiro além-fronteiras, dispensando os seus serviços com uma «indemnização» de 10 contos, após o rebentamento ocorrido em S. Martinho do Campo, altura a partir da qual aquele «operacional» começou a ser referenciado. Ramiro recusaria todavia aquela proposta uma vez que, para além da insignificante «indemnização», constara que um ex-«pide» ligado à rede havia sido abatido em Espanha, por «ordens superiores».

Por outro lado, sabe-se que enquanto os advogados dos detidos e dos arguidos são recebidos por vezes com manifestações de muita simpatia por muitos dos funcionários da P. J. M., os advogados das vítimas são hostilizados, sob uma arrogância bem característica dos tempos do fascismo.

EM LIBERDADE

Relativamente ao processo, os chamados autores morais, presentemente em liberdade, estão também incriminados. São eles: Joaquim Ferreira Torres, major Mota de Freitas e Abílio de Oliveira, dos quais terão partido as ordens para a grande maioria dos atentados referenciados no processo. São igualmente incriminados Décio Sotto Maior e António Silva Santos, que estiveram detidos em Caxias, tendo sido posteriormente libertados.

Grande parte dos arguidos são considerados membros do M. D. L. P. Um deles, Manuel Macedo, intitulava-se mesmo secretário daquela organização terrorista encabeçada por Spínola e é tido como um dos intermediários da dupla Joaquim Torres-Mota Freitas e Ramiro Moreira. Funções idênticas teria também, como já tivemos ocasião de noticiar Júlio Regadas que é ainda acusado de participar em vários atentados, nomeadamente na série de Braga, em 2 de Janeiro de 1976 e na explosão do automóvel ocorrida na Av. da Liberdade em Lisboa e que provocou um morto.

Entretanto, termina hoje o período de vistas concedido aos advogados. Caso não sejam requeridas diligências, o juiz-instrutor elaborará o parecer final dentro de 30 dias. Tal parecer será submetido ao C. R. que dele poderá recorrer para o Supremo Tribunal Militar.

. Esta manhã tentámos contactar com os Serviços de Polícia Judiciária Militar e com o gabinete do dr. Dário Rainho para esclarecer os motivos da deslocação dos bombistas ao edifício do Restelo. Ninguém atendeu os telefonemas que fizémos.

OUTRO PRESIDENTE EX-A.N.P.

Vereadores P.S. e C.D.S. apresentam demissão

Poderão efectuar-se brevemente novas eleições para a Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos, paralisada por desinteligências entre partidos ali representados.

Vereadores eleitos pelo PS e pelo CDS incompatibilizaram-se com o presidente da Câmara eleito, José Simões de Abreu, do PPD, o qual já antes do 25 de Abril ocupava aquelas funções, na altura como membro da ANP.

As atitudes do presidente da Câmara, tentando aplicar o Código Administrativo de Marcelo Caetano provocou já a demissão dos representantes do CDS (dois) e do PS (um), e dos seus substitutos. Na próxima quarta-feira deverão tomar posse os segundos substitutos, que tudo indica se venham a demitir também, obrigando o governador civil, para evitar a paralisação do executivo camarário, a nomear uma comissão administrativa e a reabrir o prosso eleitoral. Aliás a Câmara, por falta de «quorum» (o PSD só elegeu dois vereadores) tem-se mantido praticamente sem actividade.

Também na Assembleia Municipal de Figueiró dos Vinhos se mantém o impasse, já que ainda não se conseguiu chegar a acordo quanto ao nome a eleger para presidente. O PSD propõe um seu militante, que é apoiado pelos seus 6 representantes, enquanto o PS (dois) e o CDS (quatro apoiam a eleição dum membro do PS. A votação traduz-se sempre num empate.

Navios de arrasto já sairam para o mar

Todos os navios da pesca do arrasto (cerca de 20) que se encontravam atracados no porto de Lisboa devido à paralisação do sector, sairam ontem à noite para o mar após o acordo a que chegaram os representantes dos trabalhadores e os secretário de Estado das Pescas e da Marinha Mercante.

Dentro da normalização do sector estão também já marcados as saídas de bacalhoeiros e navios da pesca longínquia.

ESCLARECIMENTO

O Sindicato dos Oficiais Maquinistas da Marinha Mercante remeteu a decisão de aderir às formas de luta desenvolvidas no sector das pescas para uma conulta a efectivar aos oficiais maquinistas embarcados, segundo deliberação da assembleia geral de 4 de Fevereiro. Embora o conflito esteja resolvido e esta questão ultrapassada, a rectificação do que dora noticiado é nos solicitada pelo Conselho Executivo daquele sindicato.

Em Moçambique

Portugueses conservam regalias da Função Pública

. A Embaixada de Portugal em Maputo, capital de Moçambque, indicou que os funcionários de nacionalidade portuguesa, contratados pelo Governo moçambicano, conservam integralmente os direitos que beneficiam de acordo com a legislação da função pública portuguesa.

Este esclarecimento vem reproduzido no diário «Notícias», de Maputo, precisando que foi transmitido pela Embaixada a fim de pôr termo aos boatos que circulam na comunidade portuguesa.

Segundo as estimativas mais generalizadas, há em Moçambique entre 15 a 20.000 portugueses.

Morto a tiro por engano

RESENDE, 17 — Um homem tomado por assaltante foi abatido a tiro anteontem à noite próximo desta vila no lugar do Castelo, junto a um cruzamento de estradas. Regressava a casa, no lugar de fogueira, S. Martinho de Mouros, o carpinteiro Manuel da Fonseca, de 31 anos, acompanhado do seu vizinho Abel Monteiro, de 51 anos. Estava bastante escuro e sem que nada o fizesse prever soaram dois tiros. O Manuel Fonseca atingido pelo projectil na cabeça tombou no chão ferido de morte.

Só mais tarde se apurou o que sucedera: o comerciante José Cardoso Azevedo, de 41 anos, de Vila Verde, S. Martinho de Mouros, vira os dois vultos. Julgando ir ser assaltado, puxou da pistola e disparou. Só depois deu conta do lamentável engano que causou a morte a um pacífico cidadão.

TIRAGEM MÉDIA DIÁRIA
EM JANEIRO: 45.122

tome nota

O «COCKTAIL»

Um «cocktail», que teve como pano de fundo o elegantíssimo e sofisticado Clube Residencial da Boavista, serviu para assinalar a primeira visita oficial ao Porto do embaixador do Japão em Portugal, sr. Okuchi. E não há dúvida que a visita ficará na memória de todos aqueles que tiveram a dita de assistir ao tão bem regado «cocktail».

Se não existissem outros motivos, bastaria a presença das individualidades convidadas, entre as quais figurava o sr. Kaúlza de Arriaga para quem as atenções gerais se voltaram. Quem não soubesse do motivo da reunião pensaria tratar-se de uma recepção oferecida pelo general-comandante do M.I.R.N. ... Assim, o sr. Okuchi, o anfitrião, mais parecia, naquele meio selecto, um convidado vulgar...

Claro que ali não havia convidados vulgares se recordarmos a presença de Vera Lagoa, tão efusiva nas saudações trocadas com o sr. Kaúlza, do vice-governador civil, em serviço oficial, do coronel Carlos Azeredo, do major Sampaio Cerveira, ex-2.º comandante da P.S.P., do comendador sr. José Abreu, que também foi ex-deputado da ANP e é administrador da TABOPAN (este possivelmente já esquecido dos problemas que afectam a indústria do sector madeireiro que da parte da manhã expusera ao dr. António Celeste), e, ainda, de muitos comerciantes e industriais que aproveitaram o ensejo para esquecer também os problemas angustiantes com que se debatem depois do 25 de Abril...

Resumindo: um «cocktail» a lembrar o antigamente.

SERÁ POSSÍVEL?

Aquelas pessoas que se interessam minimamente pela vida cultural do País não desconhecem o nome de Michel Giacometti. Ele está para sempre vinculado à pesquisa etnográfica, num tempo, não se esqueça, em que ela comportava toda a espécie de sacrifícios. Residente em Portugal há cerca de 20 anos, Michel Giacometti deu à sua pátria de adopção mais, muito mais, em suor, em ciência e em devoção do que muitos portugueses aqui natos e (mal)criados.

Pois ao que parece o Ministério do Trabalho está a pôr em causa a presença de Michel Giacometti como chefe do Departamento de Etnografia do INATEL...

Até se diz que na base do estranho procedimento está o facto de Michel Giacometti ser estrangeiro. Será possível?

Rendimentos e Preços

Por resolução do Conselho de Ministros o economista e deputado à Assembleia Legislativa pelo P.S.D./P.P.D., Alfredo António de Sousa, foi nomeado vice-presidente do Conselho Nacional de Rendimentos e Preços.